

**Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da Agricultura
(1918-2013): Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de
Autoridades Arquivísticas (FNAA)**

Ana Margarida de Almeida Casimiro Rodrigues

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação – Área de Especialização em Arquivística**

outubro, 2013

**Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da Agricultura
(1918-2013): Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de
Autoridades Arquivísticas (FNAA)**

Ana Margarida de Almeida Casimiro Rodrigues

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação – Área de Especialização em Arquivística**

outubro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, Professora Auxiliar do Departamento de História da FCSH-UNL e da Doutora Maria Dulce Alves Freire, Investigadora Auxiliar do ICS-UL.

Aos meus pais, José e Arlete, com Amor e Saudade

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar este espaço para deixar as minhas palavras de agradecimento a todos aqueles que, de diversos modos, me acompanharam, motivaram e auxiliaram ao longo da preparação, escrita e finalização da presente dissertação.

Primeiramente, surgem as pessoas responsáveis pela orientação científica deste trabalho. Agradeço à Professora Maria de Lurdes Rosa pela sua orientação e apoio. Agradeço à Doutora Dulce Freire, por estar ao meu lado, motivando-me científica e profissionalmente e, sobretudo, por ser sempre uma amiga.

O meu agradecimento igualmente à Dr. Lucília Runa, que se mostrou sempre disponível a auxiliar-me na minha incursão pelo FNAA e com a qual tive conversas elucidativas e vitais à concretização deste estudo.

Em termos de inspiração intelectual de longa data, e responsável por me ter transmitido um método de trabalho que me acompanha sempre, não posso deixar de referir a Professora Doutora Ana Isabel Buescu.

Agradeço também à Doutora Rita Almeida de Carvalho, pela informação disponibilizada relativamente ao ICA-AtoM, e à Mestre Cátia Matias Trindade, por me ter disponibilizado, na íntegra, a sua dissertação de mestrado, logo após a sua defesa.

Para a Sónia Ferreira, a Irene Catarino e a Marina Figueiredo, minhas colegas e amigas, vão as minhas palavras de gratidão pelo companheirismo, amizade e pelas valiosas sugestões.

Por fim, e como não poderia deixar de ser, uma palavra a toda a minha família. Ao Nirav, à minha irmã Paula, ao Miguel, à minha tia Palmira e aos meus sogros, Rajani e Subhashrao: obrigada pelo vosso amor, carinho e apoio.

RESUMO

Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da Agricultura (1918-2013): Uma contribuição para o Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)

Ana Margarida de Almeida Casimiro Rodrigues

PALAVRAS-CHAVE: Descrição de Entidades Produtoras, Registos de Autoridade Arquivística, Ministério da Agricultura, Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas.

O objeto de estudo desta dissertação são as entidades ministeriais tutelares da agricultura entre 1918 e 2013. As razões desta escolha prendem-se com o facto de estas serem entidades cuja produção documental e património arquivístico são fundamentais para a compreensão e estudo do sector primário da economia nacional durante todo o século XX até ao momento presente.

Foi primeiramente realizado o estudo orgânico-funcional das entidades ministeriais, efetuado com base na sua legislação de criação, remodelação, fusão e extinção e que possibilitou a identificação da quantidade, natureza, duração e estrutura de cada uma delas.

Tal estudo permitiu a identificação de 17 entidades ministeriais e a confirmação de que todas estas entidades reuniam as condições necessárias para serem consideradas produtoras de fundos documentais da Administração Pública Portuguesa, logo que todas podiam ser objeto de criação de Registos de Autoridade Arquivística.

Os estudos orgânico-funcionais realizados foram então canalizados para a criação de um total de 17 Registos de Autoridade Arquivística, feitos com base no modelo do Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA) e seguindo os princípios estabelecidos pelas normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos (*ISAAR-CPF*), bem como os estabelecidos pelas *Orientações para a Descrição Arquivística*.

Ao utilizar o modelo do FNAA, a presente proposta tem como objetivos: identificar univocamente cada uma das entidades ministeriais estudadas enquanto autoridades arquivísticas produtoras de fundos documentais; identificar e mapear o seu percurso institucional e administrativo; facilitar a reunião intelectual da documentação produzida por estas entidades.

A proposta apresentada nesta dissertação pretendeu assim articular o paradigma custodial atual, com as possibilidades trazidas pela mudança para um paradigma pós-custodial e potenciadas pelas tecnologias de informação (das quais o FNAA constitui o modelo nacional atualmente na vanguarda). Com isto espera-se poder contribuir para o módulo de entidades produtoras (MEP) do FNAA, nomeadamente na sua vertente de criação de registos para organizações (extintas) da Administração Pública.

ABSTRACT

Organizational and institutional study of the Ministry of Agriculture (1918-2013): A contribution to the Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)

Ana Margarida de Almeida Casimiro Rodrigues

KEYWORDS: Archival Description of Producing Entities, Archival Authority Records, Ministry of Agriculture, Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas.

This dissertation is focused on studying the organizational and institutional evolution of the Ministry of Agriculture between the years 1918 and 2013. These entities were chosen in the quality of records producers which are fundamental to the study and understanding of the national economy primary sector throughout the twentieth century.

The first study to be conducted was the organizational and institutional evolution of these government entities (the ministries which were responsible for the agrarian sector). This study was based on the legislation which created, remodeled, merged or extinguished these ministries and allowed the identification of the quantity, nature, duration and structure of each one of them.

This study allowed the identification of 17 ministries and confirmed that all these ministries met the necessary requirements to be considered Portuguese Government records producing entities and could, therefore, originate Archival Authority Records.

The organizational and institutional study thus allowed the creation of 17 Archival Authority Records, based on the model of the Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA) and following the standards established by the International Council on Archives (*ISAAR -CPF*), as well as those established by the *Orientações para a Descrição Arquivística*.

Being based on the FNAA model, this proposal aims at: uniquely identify the ministries as archival records producing entities; identify the institutional and administrative pathway of these entities; identify the records produced by these entities.

The proposal presented in this dissertation sought to articulate the current custodial archival paradigm, with the possibilities brought by the shift to a post-custodial paradigm and enhanced by information technology. With this proposal and creation of Archival Authority Records for extinct entities of the Portuguese Public Administration, we hope to contribute to the módulo de entidades produtoras (MEP) of the FNAA.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Problemática, etapas de trabalho e objetivos	5
I. 1. Formulação da problemática	5
I. 2. Etapas de trabalho e seus objetivos.....	11
Capítulo II: As entidades tutelares da agricultura e seu estudo orgânico-funcional	14
II. 1. As fontes de história contemporânea portuguesa.....	14
II. 2. Os fundos documentais produzidos pelas entidades tutelares da agricultura.	16
II. 3. A evolução da estrutura orgânico-funcional das entidades tutelares da agricultura (1918-2013).....	21
Capítulo III: A normalização arquivística, os registos de autoridade e a sua aplicação prática em contexto nacional e internacional	40
III. 1. Normalização da descrição arquivística e criação de registos de autoridade	40
III. 2. O “Censo-Guía de archivos de España e Iberoamérica” e o ICA-AtoM	47
III. 3. O Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA).....	50
Capítulo IV: Os registos de autoridade arquivística para as entidades tutelares da agricultura (1918-2013).....	53
IV. 1. Metodologias e normas seguidas na elaboração dos registos de autoridade arquivística.....	53
IV. 2. Os registos de autoridade arquivística para as entidades tutelares da agricultura.....	54
IV. 3. Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (módulo de entidades produtoras).....	57
Conclusão	59
Referências bibliográficas	61

Apêndices.....	i
----------------	---

Apêndice A.

Critérios aplicados na criação dos Registos de Autoridade Arquivística para as entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013).....	ii – xv
---	---------

Apêndices B.

Registos de Autoridade Arquivística correspondentes a cada uma das entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013) e que constituem a proposta de contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)	xvi – cxvi
---	------------

Apêndices C.

Proposta de preenchimento do elemento de informação “Estruturas Internas” (Zona da Descrição) mediante a introdução de um recurso gráfico, o organograma	cxvii
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS

ACE – Administração Central do Estado

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AP - Administração Pública

APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

DGA – Direcção-Geral de Agricultura

DGARQ – Direcção-Geral de Arquivos

DGLAB – Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

EGAD-ICA – Experts Group on Archival Description – International Council on Archives

FNAA – Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

ICA – International Council on Archives

ICA-AtoM – International Council on Archives – “Access to Memory”

ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families

ISAD (G) – General International Standard for Archival Description

ISDF – International Standard for Describing Functions

ISDIAH – International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

MACP – Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MAFA – Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MAP – Ministério da Agricultura e Pescas

MAPA – Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MAPF – Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas

MOPCI – Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central

PPA – Portal Português de Arquivos

RAA – Registo (s) de Autoridade (s) Arquivística (s)

RPA – Rede Portuguesa de Arquivos

INTRODUÇÃO

«Os Arquivos registam decisões, ações e memórias. Os Arquivos constituem um património único e insubstituível transmitido de geração em geração. Os documentos de arquivo são geridos desde a sua criação para preservar o seu valor e significado. Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida.»¹

Elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, em 2010, e aprovada pela UNESCO, em 2011, a *Declaração Universal sobre os Arquivos* veio afirmar oficialmente o valor dos arquivos e do património arquivístico e o seu papel fundamental na garantia de uma governação transparente e responsável, bem como na proteção dos direitos de cidadania, da memória individual e coletiva e do conhecimento do passado, para uma melhor gestão do futuro. No entanto, este valor do património arquivístico é proporcional ao seu estado de conservação e ao seu nível de acesso por parte, quer das instituições, quer dos cidadãos. Consciente deste facto, o Programa “Memória do Mundo”, criado pela UNESCO em 1992, tem vindo a pôr em marcha, a nível mundial, esforços concretos de recuperação, organização e disponibilização do património documental².

Esta dissertação, partindo do reconhecimento internacional da importância do património documental e da sua acessibilidade, foca-se na questão da gestão e disponibilização dos acervos documentais contemporâneos produzidos pelos organismos da Administração Central do Estado (ACE) em Portugal. A necessidade de delimitar um objeto de estudo mais específico e exequível no âmbito de uma dissertação de mestrado, conduziu à seleção (enquanto entidades produtoras de fundos documentais) das entidades ministeriais tutelares do sector da agricultura, desde o início do século XX até ao presente ano de 2013.

Tendo em conta a pergunta de partida “Qual o melhor método para agilizar o acesso aos fundos documentais produzidos pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura entre o período de 1918-2013?”, a metodologia aplicada a este material empírico (as entidades ministeriais) traduziu-se na realização do estudo da sua evolução

¹ Retirado de Conselho Internacional de Arquivos – Declaração Universal sobre os Arquivos.

² Cf. EDMONDSON, Ray – Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do património documental.[S.l.]: UNESCO, 2002.

orgânico-funcional. Este estudo, não só permitiu a identificação e delimitação temporal destas entidades, como também se revelou crucial para concretizar o objetivo da presente dissertação: a criação de Registos de Autoridade Arquivística (RAA) para as entidades ministeriais tutelares da agricultura entre 1918 e 2013, segundo o modelo do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA).

A criação destes RAA foi enquadrada por uma reflexão sobre a descrição arquivística de entidades produtoras, bem como por uma panorâmica de outras práticas existentes a nível nacional e internacional. Esta reflexão possibilitou a escolha informada do modelo do FNAA, por ser o que mais se coaduna com as entidades a descrever e pela perspectiva concreta de contribuição para o seu conteúdo enquanto plataforma de partilha, cruzamento e disponibilização de informação arquivística.

A conjugação interdisciplinar de duas áreas científicas (a História e a Arquivística) fica patente ao longo de todo este trabalho, e é, no fundo, o reflexo da atividade que enquadrou a investigação e desembocou na realização da presente dissertação.

O interesse pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura surgiu no âmbito do trabalho desenvolvido enquanto bolseira de investigação do projeto “Agricultura em Portugal: Alimentação, Desenvolvimento e Sustentabilidade (1870-2010)”³. Por sua vez, o interesse despertado pela questão da disponibilização dos acervos documentais produzidos por organismos da ACE e a proposta de articulação com a criação de RAA no âmbito do FNAA, decorre das novas realidades e possibilidades de estudo disponibilizadas durante a realização deste curso de mestrado.

Em termos de estrutura e de organização desta dissertação, optou-se pela divisão em quatro capítulos.

No **Capítulo I** procede-se à explanação mais detalhada da problemática que conduziu à investigação, definindo os seus objetivos específicos e descrevendo os métodos aplicados e as etapas de trabalho realizados.

O **Capítulo II** é referente às entidades tutelares da agricultura, que são o objeto empírico desta dissertação. Aqui, a reflexão inicia-se com um estado da questão sobre o

³ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a decorrer no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (PTDC/HIS-HIS/122589/2010).

acesso às fontes documentais produzidas pelos organismos da administração pública em Portugal durante o século XX. Restringe-se depois o âmbito da reflexão aos fundos documentais produzidos pelas entidades tutelares da agricultura. Através dos roteiros e inventários arquivísticos existentes, pretende-se igualmente apresentar a situação atual dos fundos arquivísticos produzidos pelos ministérios em estudo. Por fim, através do estudo orgânico-funcional, procede-se à identificação de quais foram as entidades ministeriais que, entre 1918 e 2013, detiveram a tutela da agricultura em Portugal.

No **Capítulo III** efetua-se uma reflexão em torno de problemáticas diretamente relacionadas com as Ciências da Informação e da Documentação. De facto, para a aplicação do modelo do FNAA na descrição de entidades produtoras de fundos documentais tornou-se essencial compreender globalmente os seus objetivos, os seus antecedentes e os projetos existentes a nível internacional. Mais especificamente, foi necessária uma abordagem aos conceitos de normalização da descrição arquivística e registos de autoridade arquivística, cujos estudos e documentos técnicos estão na base da criação do FNAA.

O **Capítulo IV** apresenta de modo sistematizado a proposta de criação de RAA para serem integrados no FNAA. Parte-se do estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da agricultura (apresentado no **Capítulo II**) e têm-se em consideração as normas e práticas nacionais e internacionais de descrição de entidades produtoras de fundos documentais (apresentadas no **Capítulo III**). É ainda o **Capítulo IV** que remete para o produto final e central desta dissertação e que corresponde ao material apresentado nos **Apêndices A, B e C**.

A tabela apresentada no **Apêndice A** corresponde aos critérios aplicados na proposta de criação de RAA para as entidades tutelares da agricultura (1918-2013). O preenchimento, ou não, de cada um dos elementos de informação encontra-se aí justificado e devidamente enquadrado pelas normas de descrição de entidades produtoras de fundos documentais.

O **Apêndice B** apresenta os 17 RAA criados para cada uma das entidades ministeriais e constitui a proposta concreta de contribuição para o FNAA.

O **Apêndice C** apresenta a proposta de preenchimento do elemento de informação “Estruturas Internas” (Zona da Descrição), mediante a introdução de um recurso gráfico que permita um imediato conhecimento da estrutura interna de cada uma das entidades. O referido recurso gráfico, além de possibilitar uma maior uniformização da informação apresentada e facilitar a sua consulta, permite retratar com rigor qualquer alteração significativa à estrutura inicial da respetiva entidade. Para cada uma das entidades descritas foi criado um organograma que representa a sua estrutura à data da criação. Nos casos em que ocorreu uma reestruturação profunda da entidade, sem que tal implicasse a sua extinção, foi criado um segundo organograma que ilustrasse tal transformação. Todos os organogramas apresentados no **Apêndice C** se encontram devidamente relacionados com o RAA a que se referem.

Assim, e como ficará patente ao longo desta dissertação, a criação dos RAA relativos às entidades ministeriais que exerceram a tutela da agricultura entre 1918 e 2013, pretende contribuir para a agilização do acesso aos fundos documentais destas entidades, através da sua disponibilização no FNAA. As potencialidades do FNAA foram utilizadas para mapear a evolução destas entidades produtoras; fazer o cruzamento desta informação, de modo a estabelecer as relações de sucessão entre estas entidades e a ligação entre estas entidades (individualmente e em conjunto) com os seus fundos documentais e outro tipo de recursos.

CAPÍTULO I: PROBLEMÁTICA, ETAPAS DE TRABALHO E OBJETIVOS

I. 1. Formulação da problemática

Na última década, a situação dos arquivos produzidos pelos organismos da Administração Pública e das respetivas entidades responsáveis pela custódia, organização e disponibilização dos fundos documentais de conservação permanente foi alvo de alterações significativas. Estas alterações foram provocadas por diversos fatores, entre os quais se destacam os programas de reestruturação das competências de gestão da informação e da documentação ao nível da Administração Central.

No decorrer de 2005, assistiu-se a uma alteração da relação entre os organismos da Administração Central do Estado (ACE) e respetivos arquivos⁴. O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) inaugurou um novo modelo de gestão dos arquivos da ACE, dando às secretarias-gerais de cada um dos ministérios as competências necessárias para a criação de unidades de arquivo autónomas. Tais unidades de arquivo, tuteladas pelas secretarias-gerais, passaram a ser responsáveis pela gestão integrada da produção documental, pela coordenação dos vários sistemas de arquivo e pela criação e gestão do arquivo central dos respetivos ministérios (documentação de conservação permanente)⁵.

Antes da vigência deste novo modelo, o organismo que detinha a competência legal de incorporação centralizada da documentação de conservação permanente era o então IAN/TT. No entanto, esta instituição não tinha capacidade para incorporar toda a documentação, sendo o novo modelo descentralizado uma tentativa de agilização da gestão dos arquivos da ACE (correntes, intermédios ou de conservação permanente)⁶. Este novo modelo descentralizado de custódia para os arquivos da ACE surge enquadrado pela

⁴ Atualmente, o modelo de gestão dos arquivos da ACE mantém-se quase inalterado, tendo as secretarias-gerais a responsabilidade de gerir a produção documental corrente dos respetivos ministérios e custodiar, em arquivo central próprio, a documentação de conservação permanente.

⁵ Para uma perspetiva geral destas reestruturações veja-se: PENTEADO, Pedro – “A nova arquitectura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos”. **Cadernos BAD**. N.º 2 (2006), p. 14-29.

⁶ Uma reflexão sobre a necessidade e os benefícios de substituição do modelo centralizado pelo modelo descentralizado, de âmbito ministerial, pode ser vista em: LACERDA, Silvestre, HENRIQUES, Cecília e SALGADO, José Maria – «Reorientando la política de salvaguarda y valoración del patrimonio archivístico del sector público». **Tabula**. N.º 8 (2005), p. 35-41.

realidade revelada em 2003 aquando da publicação do *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*⁷.

Este diagnóstico foi realizado com o objetivo de fazer o levantamento e caracterização do que se encontrava depositado (com referência ao ano de 2001) nos arquivos intermédios ou depósitos dos organismos da ACE. Da leitura dos textos introdutórios que fazem a apresentação do diagnóstico, depreendem-se as principais preocupações que conduziram à sua realização e de onde se destaca o desconhecimento, por parte das próprias entidades detentoras, das características, da extensão, da proveniência ou do estado de conservação do património documental à sua guarda. Os organismos alvo deste questionário foram, por questões de organização dos dados obtidos, divididos de acordo com os seus ministérios de tutela (num total de 15). Foi identificado um total de 392 fundos documentais⁸.

A publicação deste diagnóstico revelou a existência de cerca de 681 quilómetros lineares de documentação acumulada nos depósitos pertencentes aos organismos da ACE⁹. Documentação esta que, na maioria dos casos, se encontrava inacessível à consulta pelos cidadãos. Revelou ainda que apenas 2,6% dos organismos que foram alvo deste inquérito remetiam a sua documentação para incorporação no então IAN/TT, sendo que os restantes 73% acumulavam a documentação em vários depósitos dispersos pelo território nacional¹⁰.

Nesta linha, foi realizado um novo inquérito, em 2010 (referente ao ano de 2009)¹¹, desta vez já dentro da estrutura de gestão documental da ACE, inaugurada pelo PRACE, e com o objetivo concreto de conhecer o trabalho realizado pelas secretarias-gerais de cada ministério no âmbito das novas competências de gestão dos sistemas de arquivo.

Foram abrangidas por este questionário 15 secretarias-gerais, correspondendo aos ministérios em funções à data do mesmo, sendo que foram obtidas respostas de 14

⁷ Cf. SANTOS, M.L. Lima dos e PEREIRA, M. Halpern (coord.) – *Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central*. Lisboa: OAC,IAN/TT, 2003.

⁸ A lista dos ministérios que responderam ao inquérito, bem como o número total de fundos identificados em depósito, podem ser consultados em *Ibidem*, p. 141.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 143.

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 17.

¹¹ Cf. PENTEADO, Pedro (coord.) - *Situação dos sistemas de arquivo da ACE. Questionários 2010. Relatório Final*. Lisboa: DGARQ, 2010.

entidades (apenas a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros não respondeu)¹². Foram, igualmente, inquiridas diversas entidades da ACE, num total de 241 (das quais responderam 148) que, por questões de organização dos dados obtidos, foram divididas de acordo com os ministérios que as tutelavam¹³. Os dados obtidos, tanto para as secretarias-gerais, quanto para as entidades da ACE, foram alvo de análise comparativa, o que permitiu identificar a ação das secretarias-gerais na gestão dos sistemas de arquivo dos respetivos ministérios, bem como o grau de relação entre as secretarias-gerais e as restantes entidades ministeriais.

Dos resultados deste questionário, podem ser destacados os seguintes aspetos: apenas 13% dos organismos da ACE procedeu à transferência dos seus acervos documentais de conservação permanente para as respetivas secretarias-gerais, sendo que a maioria destes acervos continuou a ser remetida para depósitos próprios¹⁴; persistência dos obstáculos à consulta da documentação, sobretudo, por parte de utilizados externos, por motivos de falta de recursos humanos, pela inexistência de instrumentos de descrição e recuperação da informação e pela desorganização da documentação¹⁵; a dimensão total de documentação armazenada (à guarda das secretarias-gerais e das restantes entidades da ACE) era de cerca de 739 quilómetros lineares, sendo que cerca de 228 quilómetros lineares correspondiam a documentação acumulada e não tratada¹⁶.

Na base desta situação estão os procedimentos de transferência e de atribuição de custódia oficial para o património arquivístico e documental. A inexistência, até 2004, de um diploma legal que definisse o regime de incorporações obrigatórias dos acervos documentais produzidos pelos organismos da ACE é expressiva da falta de estruturação, a nível central, da gestão documental¹⁷.

O valor cultural do património arquivístico e a necessidade da sua salvaguarda e proteção foram contemplados em diplomas legais, como o Decreto-Lei n.º 447/88, de 10

¹² A listagem das secretarias-gerais inquiridas pode ser consultada em *Ibidem*. p. 10.

¹³ A listagem das entidades da ACE inquiridas pode ser consultada em *Ibidem*, p. 92-97.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 164.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 166.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 176.

¹⁷ A evolução da legislação relativa ao acesso à informação e às políticas de salvaguarda do património documental e o seu impacto nos arquivos portugueses são analisados no artigo: PAULO, Jorge – «La actividad legislativa y su impacto en los archivos portugueses». *Tabula*. N.º 8 (2005), p. 11-24.

de dezembro¹⁸, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro¹⁹ ou a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro²⁰. Contudo, foi o Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março²¹ que veio definir quais os arquivos públicos centrais e distritais destinatários da incorporação obrigatória da documentação com valor patrimonial.

Esta panorâmica de elevadas massas documentais produzidas pelos organismos da ACE, dispersas por variados depósitos, com elevada percentagem de documentação acumulada por avaliar e indisponível à consulta, é, assim, uma realidade de longa data. Como ficará patente no Capítulo II, desde pelo menos a década de 1980, que os problemas relacionados com o acesso e disponibilização das fontes para a história contemporânea portuguesa têm sido debatidos entre a comunidade arquivística e a restante comunidade científica, resultando em esforços notórios no sentido da sua resolução e disponibilização. Também os mapeamentos, feitos pelos inquéritos acima mencionados, são de extrema relevância para o conhecimento e a consciencialização de tal situação e para uma progressiva resolução da mesma.

A presente dissertação parte deste problema de fundo do acesso aos fundos documentais produzidos pelos organismos da ACE. Para tal, houve a necessidade de restringir a investigação a um objeto de estudo mais específico, pelo que este foi delimitado aos fundos documentais produzidos pelas entidades centrais tutelares do sector da agricultura desde o início do século XX até 2013. Assim, o material empírico deste estudo são as entidades ministeriais tutelares da agricultura existentes entre março de 1918 (data de criação do primeiro ministério com a tutela específica da agricultura) e julho de 2013 (data de nova mudança governamental, que implicou uma reestruturação ministerial).

O material empírico desta dissertação foi mantido somente ao nível dos sucessivos ministérios tutelares da agricultura. Tal escolha deve-se ao facto de estas entidades, enquanto entidades de topo da orgânica governamental, tutelarem globalmente os

¹⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 447/88. **D.R. I Série.** N.º 284 (1988-12-10), p. 4885. Regula a pré-arquivagem de documentação. Revoga o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro.

¹⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 16/93. **D.R. I Série-A.** N.º 19 (1993-01-23), p. 264-270. Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico.

²⁰ Cf. Lei n.º 107/2001. **D.R. I Série-A.** N.º 209 (2001-09-08), p. 5808-5829. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

²¹ Cf. Decreto-Lei n.º 47/2004. **D.R. I Série-A.** N.º 53 (2004-03-03), p. 1161-1162. Define o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos.

organismos, as instituições ou os serviços governamentais ligados à agricultura. Deste modo, através do estudo orgânico-funcional, obtém-se uma perspetiva a longo prazo da evolução destas entidades e do modo como estas se foram sucedendo.

A escolha destas entidades prendeu-se com o facto de estas serem entidades cuja produção documental e consequente património arquivístico são fundamentais para a compreensão e estudo do sector primário da economia nacional durante os séculos XX e XXI. A relevância das entidades ministeriais tutelares do sector agrícola torna-se ainda maior se se tiver em consideração que a agricultura foi, até meados do século XX, a atividade basilar da economia do País.

Para além disso, uma investigação preliminar ao estado atual dos fundos documentais permitiu reforçar a pertinência da escolha destas entidades. Os inventários referentes a estes fundos (que serão alvo de análise mais detalhada no Capítulo II) fazem referência à existência de vazios cronológicos na documentação; fundos documentais incompletos, não identificados e com suspeitas de perdas de informação (por eliminação, extravio ou más condições de conservação) e incapacidade de identificar o que é que se encontra exatamente em falta.

Assim, definida a questão de fundo, delimitado o objeto empírico desta dissertação e identificada a existência de problemas ao nível dos fundos documentais, surgiu a base da reflexão a efetuar ao longo desta dissertação: “Qual o melhor método para agilizar o acesso aos fundos documentais produzidos pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura entre o período de 1918-2013?”

Tal pergunta de partida suscitou outra questão: as entidades escolhidas para serem o material empírico desta reflexão não estavam, elas próprias, claramente identificadas e estudadas, sendo pouco claro o seu percurso e a sua evolução institucional.

As etapas de resolução destes problemas e as soluções adotadas ficam descritas no Subcapítulo 1.2 – Etapas de trabalho e seus objetivos. O método proposto nesta dissertação para agilizar o acesso aos fundos documentais produzidos pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura no período de 1918-2013, é proceder à criação de RAA para estas entidades. A criação destes RAA foi feita com base no modelo do FNAA.

A adoção do FNAA, como modelo a seguir para a criação dos RAA apresentados nesta dissertação, prendeu-se com vários fatores, de entre os quais se destacam: o FNAA é gerido pelo órgão nacional de coordenação das políticas arquivísticas (a DGLAB), sendo, atualmente, a plataforma que potencia a criação e a utilização de RAA a nível nacional; o FNAA é parte integrante da Rede Portuguesa de Arquivos e é considerado pela entidade gestora como o « pilar estruturante da informação disponibilizada na rede »²²; o FNAA reúne num só espaço virtual informações relativas a produtores, detentores, funções e recursos, relacionando-as de modo a permitir um acesso interativo e eficaz a diversos tipos de informação arquivística. Tais características, conjugadas com o facto de o FNAA se reger segundo as normas nacionais e internacionais de criação de RAA, foram determinantes para a sua escolha.

Aos fatores acima expostos, acresce o facto de o FNAA não ter sido ainda alvo, em termos académicos, de uma dissertação que utilize o seu modelo conceptual e normativo como base para a criação e proposta de disponibilização de RAA. Embora tenha sido já objeto de duas dissertações no âmbito de programas de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, estas ocuparam-se do FNAA numa perspetiva distinta da que aqui se efetua.

A primeira, da autoria de Carla Alexandra Silvério²³, trata-se do relatório de estágio realizado na DGARQ no âmbito do Mestrado em CID da FCSH-UNL. Uma vez que foi efetuado durante a definição e implementação do FNAA reflete parte do processo de determinação do seu modelo de funcionamento e gestão. A autora refere que nas vésperas da entrega deste relatório foram dados a público os documentos técnicos da DGARQ relativos ao modelo lógico da RPA e ao FNAA²⁴. A contribuição deste relatório para o processo de implementação do FNAA passou por uma reflexão em torno da importância de criação de RAA para produtores ativos da ACE e por uma contribuição prática de criação de RAA relativos à Presidência do Conselho de Ministros.

²² Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008, p. 6.

²³ SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito – Contributo para a construção do Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas. Lisboa: FCSH-UNL, 2008.

²⁴ *Ibidem*, p. 8.

A segunda dissertação, da autoria de Cátia Trindade²⁵, é uma reflexão sobre a importância da criação de RAA aplicados às entidades coletivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal. Esta dissertação, embora utilize o FNAA enquanto exemplo prático de ficheiro de autoridades em funcionamento, tem como base a norma ISAAR(CPF) e propõe alterações aos campos de descrição aí definidos.

A proposta apresentada nesta dissertação, tendo como base o modelo do FNAA para a criação destes RAA, inverte a lógica seguida tanto pelas normas nacionais e internacionais de criação de RAA, como pelos registos existentes no FNAA, ao nível de entidades produtoras de fundos documentais. De facto, o procedimento habitual traduz-se na criação de RAA com base nos seus respetivos fundos documentais. Contudo, nesta dissertação procedeu-se à criação de RAA referentes a entidades produtoras que ainda não se encontram devidamente relacionadas com os seus fundos documentais e, em alguns casos, cujos fundos documentais se encontram, em parte, por identificar.

Através do estudo orgânico-funcional dos ministérios tutelares da agricultura, efetuado com base nos seus diplomas legais de criação, reestruturação, fusão ou extinção, foi possível proceder à criação dos respetivos RAA. Este procedimento visou mapear os ministérios tutelares da agricultura que, no decurso da sua atividade (entre 1918 e 2013), produziram fundos documentais. Assim se pretendeu contribuir para a organização da informação respeitante a estas entidades produtoras, conduzindo a uma identificação mais eficaz e eficiente das mesmas e facilitando o acesso aos seus fundos documentais.

I. 2. Etapas de trabalho e seus objetivos

Expostas as questões de base desta dissertação, bem como a proposta em termos conceptuais e técnicos, torna-se premente definir as etapas de trabalho e seus objetivos. Ao longo desta dissertação foram efetuadas duas grandes etapas de trabalho, compostas por momentos de levantamento de informação, de trabalho prático e técnico e de reflexão teórica.

²⁵ TRINDADE, Cátia - A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal. Lisboa: FCSH-UNL, 2012.

A primeira etapa de trabalho consistiu na identificação das entidades seleccionadas como material empírico, uma vez que o seu percurso e evolução institucional eram pouco claros. Foi então necessário realizar o seu estudo orgânico-funcional, de modo a identificar a quantidade, natureza, duração e estrutura de cada uma delas.

Esta etapa dividiu-se em vários patamares e permitiu obter os seguintes resultados:

- 1) Levantamento e consulta sistemáticos dos diplomas legais (tidos como as fontes primárias deste estudo) responsáveis pela criação, organização, fusão e/ou extinção destas entidades;
- 2) Levantamento e consulta de fontes secundárias relevantes para o estudo, enquadramento e compreensão do funcionamento destas entidades;
- 3) Identificação unívoca de cada uma destas entidades, através do nome formal dado pelos respetivos diplomas legais e das datas extremas de existência. Tal permitiu a identificação de um total de 17 entidades ministeriais, com fica patente no Capítulo II;
- 4) Elaboração do estudo orgânico-funcional destas entidades (que constitui o Capítulo II), tendo como objetivo principal confirmar que todas reuniam os critérios necessários para serem consideradas entidades produtoras de fundos documentais públicos, logo que todas podiam ser alvo de criação de RAA. Tais critérios seguiram as características determinadas pelo documento *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas*, segundo o qual um produtor de fundos públicos tem que reunir as seguintes características:

«1. Possuir um nome e existência jurídica, decorrente de uma lei ou decreto, precisos e datados; 2. Apresentar atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto com valor legal; 3. Deter uma posição precisa numa hierarquia administrativa; 4. Ter poder de decisão para a resolução de assuntos que tocam às suas competências; 5. Apresentar uma orgânica interna definida.»²⁶.

A segunda etapa de trabalho, no seguimento do que fica anteriormente descrito, teve como produto final a criação de RAA para cada uma destas entidades ministeriais

²⁶ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008, p. 8.

(enquanto produtoras de fundos documentais) e visando a sua integração no FNAA²⁷. Tal como a etapa anterior, esta também se dividiu em vários patamares e permitiu obter os seguintes resultados:

- 1) Enquadramento teórico da criação dos RAA nas questões da normalização da descrição arquivística e da descrição de autoridades arquivísticas (Capítulo III);
- 2) Consulta e compreensão de modelos de gestão e partilha de RAA: ficheiros de autoridade (Capítulo III);
- 3) Consulta e compreensão do modelo nacional de gestão e partilha de RAA: o FNAA (Capítulo III);
- 4) Criação de RAA para entidades produtoras (Capítulo IV).

Os objetivos das duas etapas de trabalho acima identificadas foram:

- 1) A identificação da estrutura orgânico-funcional destas entidades e da sua evolução;
- 2) A identificação dos fundos documentais produzidos por estas entidades;
- 3) A compreensão do contexto de produção da documentação em causa.

Assim, ao criar RAA para entidades produtoras de fundos documentais, esta dissertação demonstra a importância de descrever as entidades produtoras de fundos documentais públicos com valor de conservação permanente, a fim de facilitar o acesso aos seus fundos documentais e de agilizar a avaliação e seleção do vasto volume de documentação da ACE que ainda se encontra por tratar.

²⁷ Vide Apêndices B: Registos de Autoridade Arquivística correspondentes a cada uma das entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013).

CAPÍTULO II: AS ENTIDADES TUTELARES DA AGRICULTURA E SEU ESTUDO ORGÂNICO-FUNCIONAL

O estudo orgânico-funcional de entidades produtoras de documentação permite, através da análise da legislação, traçar a evolução orgânica dos organismos e das instituições em causa e identificar as suas competências e funções em determinado momento. No caso específico das entidades ministeriais estudadas nesta dissertação, tratou-se de compreender e definir a estrutura, a hierarquia e o funcionamento enquanto departamentos da ACE.

Dada a problemática de partida desta dissertação, expressa no Capítulo I., o presente estudo orgânico-funcional teve que ser perspectivado tendo em conta três ângulos de abordagem. Em primeiro lugar, tornou-se necessário enquadrar este estudo na questão de longa data das fontes de história contemporânea portuguesa e dos debates e trabalho conjunto entre arquivistas e restante comunidade científica. Esta reflexão permitiu, por sua vez, estabelecer a ligação ao estado atual de localização e acesso dos fundos documentais produzidos pelos sucessivos ministérios que tutelaram a agricultura. Por último, a realização do estudo orgânico-funcional destes ministérios, possibilitou a identificação, o estabelecimento das datas de existência (produção documental) e o mapeamento da sua evolução enquanto entidades tutelares da agricultura. Este capítulo serviu, assim, de base à aplicação prática e técnica de criação de RAA para estas entidades no âmbito do modelo do FNAA.

II. 1. As fontes de história contemporânea portuguesa

Foram já várias as iniciativas realizadas pela comunidade científica portuguesa no sentido de agilizar o acesso aos fundos documentais relativos à época contemporânea e produzidos por organismos da Administração Pública.

Um dos primeiros grandes esforços foi posto em marcha na década de 1980 e resultou no *Roteiro das Fontes da história portuguesa contemporânea*²⁸, publicado entre 1984 e 1989. Aquando da sua publicação, as condições de organização, acondicionamento

²⁸ SERRÃO, Joel (coord.) - *Roteiro das fontes da história portuguesa contemporânea*. Lisboa: INIC, 1984-1989.

e inacessibilidade da documentação administrativa, refletiam-se gravemente nos progressos da investigação historiográfica nacional para a época contemporânea. Este roteiro, composto por quatro volumes, teve como objetivos organizar e recuperar a informação relativa à documentação produzida pelos organismos da administração pública nos séculos XIX e XX. Inicialmente pensado para cobrir todos os arquivos nacionais e estrangeiros com relevância para a história contemporânea portuguesa, o roteiro cumpriu em parte esta ambiciosa missão, sendo composto pelos seguintes volumes: Volumes 1 e 2: “Arquivos de Lisboa e Arquivo Nacional da Torre do Tombo”; Volume 3: “Arquivos do Estado e Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa”; Volume 4: “Arquivos do Brasil”.

Paralelamente à preparação do mencionado roteiro, foi realizado, em outubro de 1984, o *Colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa*²⁹. Este encontro, ao refletir sobre os desafios presentes e os projetos futuros, permitiu fazer o balanço da situação da investigação histórica contemporânea, do panorama arquivístico nacional da época e da relação entre historiadores e arquivistas. Ainda dentro desta linha de diálogo entre arquivistas e historiadores podem-se destacar as mesas-redondas promovidas pelo IAN/TT e realizadas entre 2001 e 2003³⁰. Estas mesas-redondas foram criadas com o intuito de dar voz às necessidades, dificuldades e preocupações dos utilizadores dos arquivos nacionais e de dar a conhecer aos mesmos utilizadores as atividades, os desafios e os projetos dos profissionais de arquivo. Mais recentemente pode ser destacada a iniciativa do I Encontro Anual de Arquivos Contemporâneos (realizado a 25 e 26 de outubro de 2012), com o intuito de congrega especialistas em Arquivos, Bibliotecas e Museus e de promover a reflexão e o diálogo numa conjuntura de mudanças globais no acesso, partilha, organização, descrição e recuperação da informação³¹.

Desde a década de 1990, vários foram os autores que, a título individual, refletiram acerca da preservação do património arquivístico nacional, das suas condições de acesso e do modo como a disponibilização da informação arquivística aos cidadãos tem vindo a ser

²⁹ LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern (coord.) - Arquivo e Historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa. Lisboa: INCM, 1988.

³⁰ HENRIQUES, Maria de Lurdes (coord.) – Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores. Mesas-redondas na Torre do Tombo. Lisboa: IAN/TT, 2004.

³¹ As informações e algumas comunicações apresentadas neste encontro podem ser consultadas *online* em: <http://encontro-arquivos-contemporaneos.blogspot.pt/p/apresentacao.html>.

feita, sobretudo após a revolução de 25 de Abril de 1974. De entre estas reflexões podem aqui referir-se os artigos e comunicações de Cláudia Castelo e Dulce Freire. A primeira autora tem contribuído para uma reflexão acerca do enquadramento legal do acesso à informação arquivística e do modo como este se espelha no quotidiano de investigação dos profissionais das Ciências Sociais³². Já Dulce Freire, nos artigos que publicou durante a década de 1990, sobretudo na revista *História*, trouxe a público experiências de investigação e de contacto direto com acervos documentais relacionados com o sector agrícola, alertando para a sua dispersão, difícil acesso e preocupante estado de conservação³³.

Mais recentemente, e promovidos pelo organismo de coordenação da política nacional de arquivos, estão os questionários já referenciados e analisados no Capítulo I e que se revelam fundamentais para o conhecimento da situação arquivística dos organismos da ACE³⁴.

II. 2. Os fundos documentais produzidos pelas entidades tutelares da agricultura

Após uma breve descrição do modo como os fundos documentais produzidos por organismos da administração pública têm sido pensados e acedidos, é altura de focar a análise nos fundos específicos relativos às entidades aqui em estudo.

Enquanto fontes e instrumentos de trabalho necessários à localização e estado atual de acesso a estes fundos surgem os inventários disponíveis na sala de referência do

³² Cf. CASTELO, Cláudia – Os arquivos do nosso (des)contentamento. *História*, Ano XVI (Nova Série), N.º 1 (1994), p. 72-75; CASTELO, Cláudia – Tendências da legislação nacional. A questão do acesso. *História*, Ano XVII (Nova Série), N.º 7 (1995), p. 38-43; CASTELO, Cláudia – Investigação em Ciências Sociais e acesso aos documentos da Administração Pública. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 8, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão: actas [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 200; CASTELO, Cláudia – Os arquivos como instrumento de controlo democrático. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9, Ponta Delgada (Açores), 2007 – Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2007.

³³ Cf. FREIRE, Dulce - Na câmara escura dos arquivos de fotografia. *História*. Ano XVI (Nova Série), N.º 2 (1994), p. 68-74; FREIRE, Dulce - A memória do século XX vai perder-se. *História*. Ano XVII (Nova Série), N.º 7 (1995), p. 16-19 e FREIRE, Dulce - Instituto da Vinha e do Vinho: espólio disperso a salvaguardar. *História*. Ano XX (Nova Série), N.º 8 (1998), p. 66-70.

³⁴ Cf. SANTOS, M.L. Lima dos e PEREIRA, M. Halpern (coord.) – Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central. Lisboa: OAC, IAN/TT, 2003 e PENTEADO, Pedro (coord.) - Situação dos sistemas de arquivo da ACE. Questionários 2010. Relatório Final. Lisboa: DGARQ, 2010.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), bem como os resultados obtidos no seu portal de pesquisa *online*³⁵.

Entre estes destaca-se o *Inventário da 1ª Incorporação do Ministério da Agricultura*³⁶. Este Inventário contém a listagem dos documentos que compõem o Fundo “Ministério do Fomento” (1783-1919) e o Fundo “Ministério da Agricultura” (1884-1943). Estes fundos, incorporados entre 1993 e 1994, encontram-se acessíveis no ANTT.

Para além de constituir um instrumento de trabalho para acesso a fontes respeitantes ao Ministério da Agricultura até 1943, este inventário inclui uma breve história administrativa, custodial e arquivística do Fundo “Ministério da Agricultura”. Esta permite compreender a evolução da estrutura do Ministério e, sobretudo, avaliar e reconstituir o percurso da respetiva documentação, abrangendo parte do período cronológico compreendido por esta dissertação.

As informações constantes neste inventário deixam patente o grau de continuidade e de inter-relacionamento entre os fundos a que respeita. De facto, o Fundo “Ministério do Fomento” incorpora o Subfundo “Direcção-Geral da Agricultura” (1783-1919), que inclui a documentação produzida e recebida ou herdada pela Direcção-Geral da Agricultura (DGA). À semelhança do que ocorre com o Fundo “Ministério da Agricultura”, também o Fundo “Ministério do Fomento” e respetivo Subfundo “Direcção Geral da Agricultura” têm datas extremas que antecedem a sua existência efetiva (1910). Deve-se isto ao facto de estes fundos e subfundo terem herdado documentação de entidades suas antecessoras.

Assim, o subfundo “Direcção-Geral da Agricultura” contém documentação produzida pela Repartição de Agricultura (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - MOPCI), ainda durante o século XIX, e pela DGA, criada em 1886, sob a tutela do MOPCI. Só em 1910, se dá a criação do Ministério do Fomento e a integração da DGA

³⁵ Cf. PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>.

³⁶ PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística - Ministério da Agricultura (1ª. incorporação). [Dactilografado]. Lisboa: IAN/TT, 2004.

na sua tutela. Tal situação manteve-se até 1917, altura em que o Ministério do Fomento foi extinto e a DGA ficou na dependência do então criado Ministério do Trabalho³⁷.

Este recuo temporal em relação ao âmbito cronológico da presente dissertação, justifica-se pelo facto de, com a criação do Ministério da Agricultura, em 1918, a DGA ter sido extinta, tendo todas as atribuições e competências sido transferidas para este novo ministério. Tal continuidade entre a DGA e o Ministério da Agricultura é ilustrada pelo facto de parte da documentação produzida pela DGA ter sido incorporada no acervo do Ministério da Agricultura, à data da sua criação (1918), e ter continuado até hoje como parte integrante do mesmo acervo. Quando, em 1940, o Ministério da Agricultura foi extinto, a documentação referente à DGA, seguiu, juntamente com a documentação produzida pelos serviços deste ministério, primeiro para o arquivo provisório existente na Calçada de D. Gastão (Lisboa), depois, em 1940 e 1942, para o depósito existente na Rua das Trinas (Lisboa) e seguidamente para um depósito situado em Amora (Seixal). Daí transitou, temporariamente, para o edifício da Biblioteca Nacional (Lisboa), para ser incorporada na Torre do Tombo, entre fevereiro de 1993 e setembro de 1994, onde se encontra atualmente³⁸.

Fica assim justificada a razão pela qual o Fundo “Ministério da Agricultura” tem datas extremas de produção entre 1884-1943³⁹. Em primeiro lugar, porque herdou documentação da DGA, existente desde a década de 1880; em segundo lugar porque incorporou a documentação do Subsecretariado de Estado da Agricultura (Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura), criado em 1932 e extinto em 1933; em terceiro lugar

³⁷ Cf. Subfundo “Direcção Geral da Agricultura”. PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4227794>>.

³⁸ Cf. PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística - Ministério da Agricultura (1ª. incorporação). [Dactilografado]. Lisboa: IAN/TT, 2004, p. 143.

³⁹ «Este acervo é composto pela documentação produzida por serviços do Ministério da Agricultura (1918-1932/1933-1940) e do Subsecretariado de Estado do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura (1932-1933), designadamente a Secretaria Geral; a Repartição de Contabilidade; a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas; a Direcção da Economia e Estatística Agrícola; a Direcção Geral do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas; a Direcção Geral da Acção Social Agrária; a Inspeção Geral da Agricultura; o Conselho Superior de Agricultura; a Inspeção Superior da Agricultura; a Inspeção dos Serviços de Patologia Vegetal; a Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos; a Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas e a Junta Médica do Ministério da Agricultura.» Cf. PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística – “Ministério da Agricultura”, in **Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: instituições contemporâneas**. Vol. V. Lisboa: IAN/TT, 2004, p. 169 e Fundo “Ministério da Agricultura”. PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223291>>.

porque reúne a documentação produzida pelo Ministério da Agricultura propriamente dito, durante o seu período de atividade (entre 1918-1932 e 1933-1940), sendo que a secção “Secretaria-Geral” contempla documentação que se estende até 1943.

Outro inventário que merece referência no âmbito deste estudo é o *Inventário dos documentos do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas*. Este inventário é fruto de um vasto processo de avaliação, seleção e arrumação de quatro depósitos, contendo fundos documentais à guarda da Secretaria-Geral do então MADRP⁴⁰. Como resultado desta intervenção, a documentação, que se encontrava dispersa nesses quatro depósitos⁴¹, foi reunida em dois depósitos⁴², igualmente pertencentes à referida secretaria-geral. Em 2003, toda esta documentação foi incorporada no ANTT, tendo passado a constituir a 2.ª incorporação do Fundo “Ministério da Agricultura”, no seguimento da 1.ª incorporação, que fica acima mencionada.

A documentação que constitui esta 2.ª incorporação, tendo sido inventariada pela entidade produtora, em 2002, tem como datas extremas os anos de 1911-1998 e encontra-se organizada segundo critérios da sua localização nos acima referidos depósitos, a saber:

- Acervo do Ex-Depósito da Calçada da Tapada;
- Acervo do Ex-Depósito da Rua Damasceno Monteiro;
- Acervo do Ex-Depósito da Rua do Guarda Jóias;
- Acervo do Depósito da Praça do Comércio.

⁴⁰ Um outro exemplo de recuperação e organização de património arquivístico relacionado com o sector agrícola, mas fora do âmbito direto de documentação produzida pelas entidades ministeriais, pode aqui ser citado. Trata-se do Fundo “EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais” (1920-1999). Este acervo documental encontrava-se igualmente sob a custódia da Secretaria-Geral do MADRP, estando disperso por três depósitos distintos em Lisboa, a saber, Grilo, Beato e Amoreiras. No entanto, durante o ano de 2001, a documentação foi incorporada na Torre do Tombo, após um processo de avaliação, seleção e organização. Cf. SEBORRO, Manuel (Coord.) - Cereais em Portugal no século XX. Instrumentos de pesquisa para a história dos organismos responsáveis pela política cerealífera em Portugal no século XX. Lisboa: MADRP, 2001 e Fundo “EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais”. PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4169363>>.

⁴¹ Todos estes depósitos estavam localizados na cidade de Lisboa e eram: Depósito da Calçada da Tapada, Depósito da Rua Damasceno Monteiro, Depósito da Rua do Guarda Jóias e Depósito da Praça do Comércio.

⁴² Os referidos depósitos foram o Depósito da Praça do Comércio e o Depósito da Calçada da Tapada, que passou a albergar, em 2002, após o processo de avaliação, seleção e arrumação dos quatro depósitos acima mencionados, a documentação já lá existente, conjuntamente com os acervos provenientes do Ex-Depósito da Rua Damasceno Monteiro e do Ex-Depósito da Rua do Guarda Jóias.

Assim, a documentação aqui inventariada é considerada sob um único fundo documental comum, o Fundo “Ministério da Agricultura”, abrangendo um longo período de produção documental, sem ter em conta as inúmeras reestruturações das várias entidades ministeriais tutelares da agricultura. A título de exemplo, pode ser mencionada a Série “Coleção de processos do Gabinete do Ministro da Agricultura”, com datas extremas entre 1949-1993, o que, por exemplo, inclui, como ficará patente pelo estudo orgânico-funcional destas entidades, produção documental de anos em que não existia um ministério específico para a agricultura, mas sim um Subsecretário (posteriormente Secretário) de Estado da Agricultura, subordinado ao Ministério da Economia⁴³.

Para além deste facto, e como fica expresso no prólogo do *Inventário dos documentos do Arquivo Histórico (...)*, esta documentação corresponde, na verdade, a uma pequena parte do que deveria ser o património arquivístico deste ministério. A documentação identificada é muitas vezes incoerente, havendo séries incompletas, o que deixa transparecer uma realidade de documentação dispersa ou mesmo extraviada, da qual se desconhece o paradeiro. No entanto, o aspeto que se revela mais preocupante é o facto de serem reconhecidas as lacunas nesta documentação, mas não ser possível precisar que lacunas são estas ou identificar qual a documentação em falta ou por localizar⁴⁴.

A existência de séries incompletas, bem como de documentação dispersa e não localizada, é apontada no prólogo do referido inventário como reflexo de fatores, como: a inexistência ao longo do século XX de critérios claros e inequívocos de avaliação e seleção da documentação de conservação permanente; a não atribuição ou a imprecisão na atribuição da responsabilidade pela tutela dos arquivos aquando da sucessão de organismos e serviços dentro do ministério ou mesmo aquando da sucessão dos próprios ministérios; fraca cultura organizacional e pouca sensibilidade em relação ao interesse histórico, cultural e científico de conservação de documentos e a existência de instalações e de condições pouco adequadas a uma boa preservação da documentação⁴⁵.

⁴³ Cf. PORTUGAL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral - Inventário dos documentos do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa: Secretaria-Geral do MADRP, 2002, p. 436-438.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 3.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 3.

O panorama mais recente do estado dos acervos documentais produzidos pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura fica expresso no *Relatório Preliminar de Avaliação dos Arquivos do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)*, disponibilizado, em janeiro de 2013, pela Secretaria-Geral do MAMAOT⁴⁶. Este relatório revela os seguintes valores referentes a um total de 27 serviços e organismos inquiridos: existência de 516 espaços distintos de armazenamento de documentação (em todo o território nacional); existência de cerca de 140 quilómetros lineares de documentação armazenada; existência de cerca de 41 quilómetros lineares de documentação de uso não-corrente, acumulada e não tratada (dos quais 3,6 quilómetros correspondem a documentação à guarda da secretaria-geral).

Traçado o panorama dos fundos documentais produzidos pelas entidades ministeriais aqui em estudo, torna-se relevante proceder ao seu estudo orgânico-funcional, de modo a facilitar a identificação unívoca de cada uma das entidades ministeriais em questão, possibilitar a sua descrição enquanto entidades produtoras de documentação (através da criação de RAA) e a consequente ligação aos respetivos fundos documentais.

II. 3. A evolução orgânico-funcional das entidades tutelares da agricultura (1918-2013)

O presente estudo orgânico-funcional foi efetuado com base na legislação de criação, remodelação, fusão e extinção das entidades ministeriais tutelares da agricultura, tendo sido utilizados igualmente estudos e bibliografia que permitiram fazer o enquadramento histórico e institucional das mesmas.

Tais entidades corresponderam, ao longo da cronologia estabelecida, a 17 ministérios com a função de coordenar as atividades relativas à agricultura, os quais estão sistematizados no quadro abaixo:

⁴⁶ Cf. PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Secretaria-Geral – Reorganização dos arquivos MAMAOT: relatório preliminar de avaliação. Lisboa: Secretaria-Geral do MAMAOT, 2013.

Ministério	Datas Extremas
Ministério da Agricultura	1918-1932
Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura	1932-1933
Ministério da Agricultura	1933-1940
Ministério da Economia	1940-1974
Ministério da Agricultura e Comércio	1974
Ministério da Coordenação Económica	1974
Ministério da Economia	1974-1975
Ministério da Agricultura e Pescas	1975-1981
Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas	1981-1983
Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação	1983-1984
Ministério da Agricultura	1984-1985
Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação	1985-1991
Ministério da Agricultura	1991-1995
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	1995-2004
Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas	2004-2005
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	2005-2011
Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	2011-2013

- **Ministério da Agricultura – as primeiras décadas (1918-1940)**

O Decreto n.º 3 902, de 09 de março de 1918⁴⁷, foi o diploma legal responsável pela criação da primeira entidade ministerial exclusivamente tutelar da agricultura em Portugal. Este primeiro Ministério da Agricultura foi assim criado na sequência da extinção do Ministério do Trabalho e no decorrer da I Guerra Mundial. Do extinto ministério transitaram para o Ministério da Agricultura, a ex-Direcção-Geral da Agricultura e a Junta do Crédito Agrícola.

A organização dos serviços foi aprovada pelo Decreto n.º 4 151, de 26 de abril de 1918⁴⁸. Globalmente coordenados pela Inspeção-Geral da Agricultura, os serviços foram divididos em serviços internos (Secretaria Geral; Conselho Superior da Agricultura e Repartição de Contabilidade) e serviços externos (Direções e Inspeções). Com sede em Lisboa, cada uma destas direções e respetivas inspeções administravam superiormente os serviços que lhe estavam subordinados. Listadas neste diploma legal de abril de 1918, surgem nove Direções de Serviços: Direcção da Instrução Agrícola; Direcção dos Serviços Agrícolas; Direcção dos Serviços Florestais e Aquícolas; Direcção dos Serviços Pecuários;

⁴⁷ Cf. Decreto n.º 3 902. **D.R. I Série.** N.º 46 (1918-03-09), p. 171-172. Cria os Ministérios da Agricultura e o das Subsistências e Transportes.

⁴⁸ Cf. Decreto n.º 4 151. **D.R. I Série.** 2.º Suplemento. N.º 88 (1918-04-26), p. 471-510. Aprova a organização do Ministério da Agricultura, anexa ao mesmo decreto.

Direcção da Hidráulica Agrícola; Direcção dos Serviços Fisiográficos; Direcção da Economia e Estatística Agrícola; Direcção do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas e Direcção do Comércio Agrícola (*vide* Apêndice C.1). Logo em maio de 1918 foi publicado outro decreto⁴⁹, que substituiu o Decreto n.º 4 151 e aprovou nova organização. No entanto, as modificações não foram substanciais e manteve-se a mesma estrutura de base do Ministério.

Apesar de o Ministério da Agricultura ter existido continuamente entre 1918 e 1932, foi, logo desde 1918, alvo de sucessivas alterações na estrutura dos seus serviços⁵⁰. Mário de Azevedo Gomes, ministro da agricultura entre dezembro de 1923 e fevereiro de 1924 testemunha, na obra *Dois meses no Ministério da Agricultura*⁵¹, algumas das mais relevantes missões do ministério, bem como problemas emergentes e respetivas soluções. O abastecimento público dos grandes centros urbanos surge referido como a atividade monopolizadora da ação do ministério nos seus primeiros anos de existência, impedindo o planeamento eficiente do fomento agrícola nacional. Este autor aponta já como objetivo do ministério a redução de despesas e a simplificação de serviços, que foi sendo materializada nas reestruturações que tiveram lugar até 1940.

Também Artur Castilho, no parecer sobre o orçamento do Ministério da Agricultura para 1926-1927, reconhece a existência de tais mudanças e reestruturações, identificando as mais significativas e justificando-as. Entende que, tendo sido criado para satisfazer as exigências de valorização do sector agrícola por parte da *classe agronómica*, o Ministério da Agricultura surge inicialmente com uma estrutura não adequada às necessidades do país, demasiado burocrática e sem a devida capacidade executiva. Assim, as transformações operadas durante a década de 1920 foram no sentido de reduzir os

⁴⁹ Tratou-se do Decreto n.º 4 249. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 101 (1918-05-10), p. 689-727. Aprova a organização do Ministério da Agricultura em substituição da que foi aprovada pelo Decreto n.º 4151, publicado em 2.º Suplemento ao Diário n.º 88, de 26 de Abril de 1918.

⁵⁰ Cf. Decreto n.º 6 308. **D.R. I Série.** N.º 264 (1919-12-27), p. 2585-2596. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. / Lei n.º 946. **D.R. I Série.** N.º 39 (1920-02-23), p. 296. Suspende o decreto com força de Lei n.º 6308, de 27 de Dezembro de 1919, que reorganizou os serviços do Ministério da Agricultura. / Decreto n.º 7 027. **D.R. I Série.** N.º 207 (1920-10-15), p. 1332-1337. Aprova a remodelação de serviços do Ministério da Agricultura. / Decreto n.º 10 349. **D.R. I Série.** N.º 264 (1924-11-25), p. 1791-1801. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura.

⁵¹ Cf. GOMES, Mário Azevedo – *Dois meses no Ministério da Agricultura*. Lisboa: Seara Nova, 1924.

órgãos centrais, manter os serviços florestais, pecuários e do crédito agrícola e apostar na reforma dos serviços ligados ao ensino e fomento (Direcção-Geral do Ensino e Fomento)⁵².

A reorganização mais significativa foi materializada pelo Decreto n.º 20 526, de 18 de novembro de 1931⁵³. Esta reorganização teve como objetivo descentralizar os serviços, dotando os técnicos locais de maior autonomia e responsabilidades; dividir o País em zonas agrícolas e, sobretudo, reorganizar a coordenação das direcções e dos vários serviços externos. A organização original estava, de acordo com o diploma legal mencionado, a provocar sobreposição e conflito de interesses entre as várias direcções de serviços existentes, sendo um obstáculo à sua intercomunicação. Deste modo, foi criada a Junta de Fomento Rural que, conjuntamente com o Centro de Investigação Agrária, passou a coordenar todos os serviços técnicos do ministério, a fim de estabelecer um plano de acção coeso e com objetivos comuns e corrigir a dispersão existente (*vide* Apêndice C.2)⁵⁴.

Foi, aliás esta reestruturação que, na sequência da extinção do Ministério da Agricultura e da incorporação de alguns organismos provenientes do também extinto Ministério do Comércio e Comunicações, deu corpo ao Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, criado em julho de 1932⁵⁵. De facto, embora este novo ministério tenha tido a duração de cerca de um ano, herdou a estrutura do extinto Ministério da Agricultura, tendo incorporado ainda alguns organismos do ex-Ministério do Comércio e Comunicações: a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos; a Comissão de Aproveitamento dos Carvões Nacionais; a Direcção-Geral das Indústrias; o Instituto Geográfico e Cadastral; a Direcção-Geral do Comércio e Indústria; a Bolsa de Mercadorias e Lisboa e os Armazéns Gerais e Industriais. (*vide* Apêndice C.3).

⁵² Cf. Castilho, Artur – O orçamento do Ministério da Agricultura para 1926-1927. Trabalhos Parlamentares. Porto: Imprensa Moderna, 1930, p. 9-10.

⁵³ Cf. Decreto n.º 20 526. **D.R. I Série.** N.º 266 (1931-11-18), p. 2519-2535. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura.

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, p. 2520.

⁵⁵ Cf. Decreto n.º 21 454. **D.R. I Série.** N.º 157 (1932-07-07), p. 1403-1404. Determina que os Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura passem respectivamente a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações e Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, e reorganiza os serviços que lhes competem - Extingue no Ministério das Obras Públicas e Comunicações o lugar de Sub-Secretário de Estado e cria igual lugar no Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.

Quando se deu a reinstituição do Ministério da Agricultura em 1933⁵⁶, a estrutura manteve-se igual à de 1931 (*vide* Apêndice C.4). Antes da extinção em 1940, o Ministério da Agricultura sofreu ainda algumas alterações, de entre as quais, merece destaque a profunda reestruturação operada em 1936.

Tratou-se da reorganização operada pelo Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de novembro de 1936⁵⁷. Os objetivos, enunciados no prólogo do referido Decreto-Lei, passaram por agrupar serviços de acordo com a natureza e funções; organizar cada ação antes da sua execução mediante planos previamente estudados e formulados; obrigatoriedade de apresentação de projetos e orçamentos antes de se proceder a qualquer despesa na instalação de estabelecimentos e/ou organismos; introdução de regras de seleção de recursos humanos. Esta reorganização de 1936 foi, de facto, profunda. Passou pela criação da Junta de Colonização Interna, bem como pela extinção de organismos como a Junta de Fomento Rural e o Centro de Investigação Agrícola, tendo os organismos anteriormente na sua dependência, sido redirecionados (com base na sua natureza e funções) para a dependência das respetivas Direções-Gerais (*vide* Apêndice C.5)⁵⁸.

Na linha da orientação geral de reestruturações que estava a ser seguida desde 1918, o resultado desta reorganização de 1936, foi uma estrutura mais centralizada e claramente mais hierárquica do que as estruturas anteriores.

- **A Agricultura sob a tutela do Ministério da Economia (1940-1974)**

A 27 de agosto de 1940, pelo Decreto-Lei n.º 30 692⁵⁹, os Ministérios do Comércio e Indústria e da Agricultura foram extintos e passaram a integrar o Ministério da Economia, enquanto, respetivamente, Subsecretaria de Estado do Comércio e Indústria e

⁵⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 22 873. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1463. Desintegra do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura os serviços respeitantes à produção agrícola, os quais passam a constituir o Ministério da Agricultura - Determina que o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura passe a denominar-se Ministério do Comércio e Indústria e extingue o Sub-Secretariado de Estado da Agricultura.

⁵⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 27 207. **D.R. I Série.** N.º 269 (1936-11-16), p. 1425-1451. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura.

⁵⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 27 207. **D.R. I Série.** N.º 269 (1936-11-16), p. 1425.

⁵⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 30 692. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 199 (1940-08-27). Cria o Ministério da Economia, para o qual transitam os serviços dos Ministérios do Comércio e Indústria e da Agricultura - Cria os lugares de Subsecretários de Estado da Assistência Social, no Ministério do Interior, da Educação Nacional, no Ministério da Educação Nacional, e da Agricultura e do Comércio e Indústria, no Ministério da Economia.

Subsecretaria de Estado da Agricultura (*vide* Apêndice C.6). A Subsecretaria de Estado da Agricultura manteve a mesma estrutura orgânica que tinha sido estabelecida para o Ministério da Agricultura pelo já mencionado Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de novembro de 1936.

Entre 1940 e 1958, os organismos que compunham a estrutura interna do Ministério, e sobretudo da Subsecretaria de Estado da Agricultura foram gradualmente alvo de diplomas legais que introduziram modificações orgânicas. Foi, por exemplo, o caso da Intendência-Geral dos Abastecimentos, da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, da Junta de Colonização Interna⁶⁰, da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas⁶¹ e da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários⁶². O objetivo das reformas operadas, durante a década de 1950, nos vários serviços e organismos do Ministério da Economia foram no sentido de dotar estes serviços de capacidade de resposta às exigências do desenvolvimento económico do pós-guerra. Estas reformas traduziram-se na simplificação de serviços; redução de despesas; supressão de regimes de exceção e imposição de regras de administração, procurando normalizar procedimentos e torná-los mais controláveis⁶³.

No entanto, a estrutura-base da Subsecretaria manteve-se inalterada até 1958. Neste ano, as Subsecretarias de Estado que compunham o Ministério da Economia foram extintas, dando lugar às seguintes Secretarias de Estado: Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado da Indústria e Secretaria de Estado do Comércio (*vide* Apêndice C.7)⁶⁴. Ao nível da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Agricultura houve algumas alterações dignas de menção, de entre as quais se destaca a extinção da Inspeção-Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas.

⁶⁰ Cf. Decreto-Lei n.º 32 439. **D.R. I Série.** N.º 272 (1942-11-24), p. 1433-1434. Introduz algumas modificações no Decreto-Lei n.º 27207, que promulga a organização dos serviços do Ministério.

⁶¹ Cf. Decreto-Lei n.º 40 721. **D.R. I Série.** N.º 163 (1956-08-02), p. 1258-1268. Reorganiza os serviços da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

⁶² Cf. Decreto-Lei n.º 41 380. **D.R. I Série.** N.º 263 (1957-11-20), p. 1136-1150. Reorganiza os serviços da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários.

⁶³ Cf. ACÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA: Agosto de 1950 a Dezembro de 1954. Lisboa: Editorial Império, 1955.

⁶⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 41 825. **D.R. I Série.** N.º 177 (1958-08-13), p. 890. Cria o Ministério da Saúde e Assistência e remodela a orgânica de vários Ministérios.

Até 1974, foram ainda integrados mais dois organismos na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura: a Junta de Hidráulica Agrícola (em 1966)⁶⁵ e o Gabinete de Planeamento (em 1970). O Gabinete de Planeamento funcionava como órgão técnico diretamente dependente do Secretário de Estado e tinha como funções assegurar e coordenar a atuação da Secretaria de Estado na preparação e execução dos planos de fomento, estabelecendo as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais de planeamento⁶⁶.

A reunião, num único Ministério da Economia, dos sectores da agricultura, comércio e indústria correspondeu a necessidades governamentais de concentração e agilização dos processos de gestão dos sectores económicos do País provocados pelo início da II Guerra Mundial. No entanto, o término deste conflito não correspondeu à criação de ministérios distintos para estes sectores económicos. Pelo contrário, o Ministério da Economia manteve-se durante 34 anos, sendo extinto em 1974. Para alguns autores, tal continuidade simbolizou a subordinação económica e social do sector agrícola perante os interesses e a influência exercida na economia do Estado Novo pelo sector da indústria⁶⁷.

• Os sucessivos Ministérios de 1974

Em março de 1974, o Ministério da Economia foi extinto após 34 anos de existência, sendo os seus serviços e organismos distribuídos por dois ministérios distintos⁶⁸. Um deles, para onde transitaram as Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, foi o Ministério da Agricultura e do Comércio. Por sua vez, a Secretaria de Estado da Indústria foi extinta, dando lugar ao Ministério da Indústria e Energia.

⁶⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 46 913. **D.R. I Série.** N.º 66 (1966-03-19), p. 390-396. Cria, integrada na Secretaria de Estado da Agricultura, a Junta de Hidráulica Agrícola e define a sua constituição e funcionamento - Revoga a Lei n.º 2028 e o Decreto n.º 37434.

⁶⁶ Cf. Decreto n.º 100/70. **D.R. I Série.** N.º 61 (1970-03-13), p. 303-304. Cria nas Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 49194, gabinetes de planeamento, órgãos técnicos directamente dependentes dos respectivos Secretários de Estado.

⁶⁷ Cf. FREIRE, Dulce – Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento, História (História Económica e Social Contemporânea), FCSH-UNL, 2007, p. 381-382. Este estudo inclui uma análise da evolução do enquadramento institucional da agricultura a partir dos anos de 1930, o que permite compreender as dinâmicas e tensões existentes entre o sector agrícola e os restantes sectores, que acabaram por se refletir nas reestruturações ministeriais ocorridas sobretudo entre 1940 e 1975.

⁶⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 108/74. **D.R. I Série.** N.º 63 (1974-03-15), p. 350-351. Extingue o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Indústria, cria o Ministério da Agricultura e do Comércio e o da Indústria e Energia - Altera a organização e competência de vários departamentos e serviços.

Esta reestruturação ministerial ocorreu nas vésperas da revolução de 25 de Abril de 1974, ainda no governo de Marcelo Caetano. Dada a curta duração deste ministério, a sua lei orgânica nunca foi publicada, mas, pela leitura do Decreto-Lei n.º 108/74, depreende-se que houve continuidade orgânica e estrutural das Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, herdadas do extinto Ministério da Economia (*vide* Apêndice C.8). O Ministério da Agricultura e do Comércio foi extinto a 25 de Abril de 1974, no âmbito da Lei n.º 1/74 (Junta de Salvação Nacional)⁶⁹, que procedeu à destituição do então Presidente da República e do Governo vigente.

A reestruturação seguinte foi feita já após a revolução de 25 de Abril, mais concretamente, a 15 de maio de 1974⁷⁰. O Decreto-Lei n.º 203/74, da responsabilidade da Junta de Salvação Nacional, criou um ministério onde foram incorporadas todas as atividades de produção, comércio, indústria e finanças. Tratou-se do Ministério da Coordenação Económica, que compreendia as seguintes Secretarias de Estado: Finanças, Planeamento Económico, Indústria e Energia, Agricultura, Comércio Externo e Turismo, Abastecimento e Preços (*vide* Apêndice C.9). Pela sua brevidade (cerca de dois meses), este ministério não foi objeto de publicação de lei orgânica.

Ao Ministério da Coordenação Económica sucedeu, a 18 de julho de 1974⁷¹, um novo Ministério da Economia, cuja orgânica foi publicada a 12 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 539/74⁷². Este ministério (*vide* Apêndice C.10) compreendia as Secretarias de Estado da Agricultura; da Indústria e Energia; do Comércio Externo e Turismo; do Abastecimento e Preços e das Pescas. Diretamente dependentes do ministro, contavam-se o Gabinete do Ministro; o Conselho Superior de Economia; a Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa e a Secretaria-Geral.

⁶⁹ Cf. Lei n.º 1/74. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 97 (1974-04-25), p. 582(1). Destitui das suas funções o Presidente da República e o actual Governo e dissolve a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado - Determina que todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passem a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 203/74. **D.R. I Série.** N.º 113 (1974-05-15), p. 623-627. Define o programa do Governo Provisório e estabelece a respectiva orgânica.

⁷¹ Decreto-Lei n.º 338/74. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 166 (1974-07-18), p. 826(1)-826(2). Extingue o Ministério da Coordenação Económica, cria os Ministérios das Finanças e da Economia e fixa a composição destes dois Ministérios.

⁷² Decreto-Lei n.º 539/74. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 238 (1974-10-12), p. 1214(2)-1214(5). Define a orgânica geral do Ministério da Economia e das Secretarias de Estado nele compreendidas.

A Secretaria de Estado da Agricultura era constituída pelos seguintes órgãos: Gabinete do Secretário de Estado; Gabinete do Planeamento; Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas; Direcção-Geral dos Serviços Pecuários; Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas; Junta de Hidráulica Agrícola. Note-se que todos eles eram oriundos da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Agricultura do Ministério da Agricultura e Comércio de 1974, que, por sua vez herdou a organização da Secretaria de Estado da Agricultura do anterior Ministério da Economia (1940-1974). Os novos organismos criados foram o Fundo de Fomento Rural; o Instituto de Reorganização Agrária (para onde transitou a Junta de Colonização Interna) e o Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Em março de 1975⁷³, este Ministério da Economia foi extinto, dando origem a vários ministérios, pelos quais foram distribuídas as várias Secretarias de Estado. No caso específico que importa a este estudo, foi criado o Ministério da Agricultura e Pescas.

- **Ministério da Agricultura e Pescas**

Criado pelo IV Governo Provisório, através do Decreto-Lei n.º 158-A/75, de 26 de março (Conselho da Revolução), o Ministério da Agricultura e Pescas só veio a ter a sua Lei Orgânica aprovada dois anos mais tarde, a 28 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 221/77⁷⁴.

Ao início integrava a Secretaria de Estado das Pescas, a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária e a Secretaria de Estado do Fomento Agrário. A estas Secretarias de Estado foi acrescentada, em, 1976, mediante a Orgânica do I Governo Constitucional⁷⁵, a Secretaria de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas e nomeado um Subsecretário de Estado das Florestas para coadjuvar o Ministro da Agricultura e Pescas. Este Subsecretariado de Estado das Florestas é convertido em Secretaria de Estado das Florestas pelo Decreto-Lei n.º 207/77, de 25 de maio⁷⁶.

Os objetivos da criação do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) ficam expressos no prólogo da sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 221/77). Após a longa

⁷³ Decreto-Lei n.º 158-A/75. **D.R. I Série.** 2.º Suplemento. N.º 72 (1975-03-26), p. 466-(4)-466-(5). Introduz alterações na estrutura do Governo.

⁷⁴ Decreto-Lei n.º 221/77. **D.R. I Série.** N.º 124 (1977-05-28), p. 1250-1263. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas.

⁷⁵ Decreto n.º 683-A/76. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 213 (1976-09-10), p. 2144-(1)-2144-(3). Orgânica do Governo.

⁷⁶ Decreto-Lei n.º 207/77. **D.R. I Série.** N.º 121 (1977-05-25), p. 1215. Altera a estrutura orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas.

subordinação à tutela do Ministério da Economia durante o Estado Novo e as tentativas falhadas de criação de um ministério dedicado ao sector agrícola (em 1974-1975), o MAP assumiu-se como a primeira entidade ministerial pós-revolução dotada de uma estrutura moderna e dinâmica que permitisse o «desenvolvimento e valorização do mundo rural e das pescas»⁷⁷, deixando clara a intenção de aproveitar as estruturas anteriores que se revelassem funcionais e úteis.

Fernando Oliveira Baptista, o primeiro a ocupar a pasta de Ministro da Agricultura e Pescas entre 26 de março e 19 de setembro de 1975, refere o facto de não se ter procedido, com a criação inicial deste ministério, à desestruturação de serviços herdados do Estado Novo, como foi o caso das Direcções-Gerais⁷⁸. Estas mantiveram a sua estrutura orgânica e os seus recursos humanos. De facto, a estrutura orgânica aprovada em 1977 (*vide* Apêndice C.11) foi consolidada e transformada ao longo dos anos de existência do ministério. A numerosa legislação publicada sobretudo no ano de 1979⁷⁹ ilustra este processo e teve como objetivo dotar os serviços e organismos de novas leis orgânicas e proceder à criação e regulamentação dos serviços regionais.

As intenções de transformação e modernização, que foram traçando a orientação do novo ministério, ficam bem patentes nos discursos de António Barreto⁸⁰ (ministro da Agricultura e Pescas entre 1976 e 1977): investimento na dinâmica entre investigação-desenvolvimento (materializada no Instituto Nacional de Investigação Agrária – INIA⁸¹); reabilitação do sector das pescas, pela criação da Direcção-Geral das Pescas e aposta no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP); renovação de entidades como a Junta

⁷⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 221/77. **D.R. I Série.** N.º 124 (1977-05-28), p. 1250.

⁷⁸ Cf. BAPTISTA, Fernando Oliveira – Portugal 1975: os campos. Porto: Afrontamento, 1978, p. 142-146.

⁷⁹ A título de exemplo podem ser mencionados os seguintes diplomas legais: Decreto Regulamentar n.º 6-A/79. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 70 (1979-03-24), p. 482(1)-482(15). Aprova a lei orgânica dos serviços regionais de agricultura do MAP. / Decreto Regulamentar n.º 13/79. **D.R. I Série.** N.º 95 (1979-04-24), p. 738-745. Lei Orgânica do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas. / Decreto Regulamentar n.º 39-A/79. **D.R. I Série.** 4.º Suplemento. N.º 175 (1979-07-31), p. 1762(12)-1762(24). Aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Investigação Agrária – INIA. / Decreto Regulamentar n.º 39-B/79. **D.R. I Série.** 4.º Suplemento. N.º 175 (1979-07-31), p. 1762(25)-1762(33). Aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Investigação das Pescas – INIP. / Decreto Regulamentar n.º 39-C/79. **D.R. I Série.** 4.º Suplemento. N.º 175 (1979-07-31), p. 1762(34)-1762(49). Lei Orgânica da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola – DGHEA.

⁸⁰ Discursos compilados em Barreto, António – Discursos na construção de um ministério. Colecção «Política de Agricultura e Pescas». Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas, 1997.

⁸¹ Relativamente ao INIA veja-se: Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. Instituto Nacional de Investigação Agrária - O Instituto Nacional de Investigação Agrária. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas. Instituto Nacional de Investigação Agrária, 1979.

Nacional dos Produtos Pecuários; descentralização dos organismos e criação de sete regiões agrárias, cada uma dotada de uma Direção Regional e respetivos diretores com poderes semelhantes aos dos Diretores Gerais.

Os objetivos de modernização a que o Ministério da Agricultura e das Pescas se propôs, juntamente com a profícua publicação de diplomas legais destinados a fixar as leis orgânicas dos serviços do ministério, ilustram as esperanças depositadas pelo sector agrícola no novo regime político democrático. Considerava-se necessário efetivar uma reestruturação fundiária, acelerar os processos de industrialização da agricultura e adaptar os órgãos e serviços ministeriais à nova realidade política e social⁸².

O MAP foi extinto em 1981, tendo-se mantido ao longo das orgânicas governamentais até ao VIII Governo Constitucional, altura em que deu lugar ao Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP).

- **Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas**

A Orgânica do VIII Governo Constitucional foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 290/81, de 14 de outubro⁸³, onde ficou expressa a linha de orientação do novo governo no sentido de reduzir a orgânica dos governos anteriores, num processo de simplificação e concentração de organismos e de preparação da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

O MACP não foi exceção, tendo sido criado com o objetivo de concentrar «...num só departamento a generalidade dos serviços que se ocupam do abastecimento em bens essenciais e da alimentação dos Portugueses...», integrando assim «...numa política unitária, os aspectos ligados à produção, à comercialização e aos preços dos produtos agrícolas e das pescas.»⁸⁴. Este ministério correspondeu à fusão de dois ministérios anteriores: o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério do Comércio e Turismo. A Lei Orgânica foi aprovada em 1982, pelo Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de julho. A

⁸² Cf. FREIRE, Dulce – Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento, História (História Económica e Social Contemporânea), FCSH-UNL, 2007, p. 382-383.

⁸³ Decreto-Lei n.º 290/81. **D.R. I Série.** N.º 236 (1981-10-14), p. 2727-2731. Aprova a Lei Orgânica do VIII Governo.

⁸⁴ Cf. *Ibidem*, p. 2728.

comparação com a estrutura orgânica do ministério que lhe antecedeu revela uma significativa redução do número de organismos que o compuseram⁸⁵.

Foram extintos organismos, mantiveram-se alguns organismos a título temporário e foram mantidos ou criados os seguintes serviços e organismos centrais: Direcção-Geral de Agricultura; Direcção-Geral da Pecuária⁸⁶; Direcção-Geral das Florestas; Direcção-Geral das Pescas; Direcção-Geral do Comércio; Direcção-Geral de Concorrência e Preços; Instituto Nacional de Investigação Agrária e de Extensão Rural e Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agrários e Alimentares (*vide* Apêndice C.12).

- **O Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação e o Ministério da Agricultura**

Uma lógica diferente de estruturação da orgânica governamental foi seguida pelo IX Governo Constitucional, o que se refletiu diretamente na entidade ministerial tutelar da agricultura. Se anteriormente (através do MACP) tinha englobado, numa lógica unitária, os sectores da agricultura, comércio e pescas, com a reestruturação expressa no Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de julho⁸⁷ e Decreto-Lei n.º 451/83, de 27 de dezembro⁸⁸, operou-se uma separação destes três sectores em ministérios distintos. O sector do comércio interno e externo reagrupou-se no Ministério do Comércio e Turismo, o sector das pescas foi individualizado no Ministério do Mar e o sector da agricultura formou o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (MAFA). O MAFA passou a ser composto pela Secretaria de Estado da Agricultura; Secretaria de Estado das Florestas; Secretaria de Estado da Alimentação e Secretaria de Estado das Estruturas e Recursos Agrários.

Na prática, e devido ao facto de o MAFA não ter tido Lei Orgânica própria, tal significou a manutenção da estrutura orgânica do extinto MACP, definida pelo já

⁸⁵ «De quase 3 dezenas de unidades orgânicas centrais opera-se, nesta primeira fase da reforma dos serviços do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, uma redução para cerca de metade.». Cf. Decreto-Lei n.º 293/82. **D.R. I Série.** N.º 171 (1982-07-27), p. 2228-2234. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas.

⁸⁶ A Direcção-Geral da Pecuária vê a sua estrutura orgânica modificada e aprovada em 1983, pelo Decreto Regulamentar n.º 68/83, de 13 de julho. (Cf. Decreto Regulamentar n.º 68/83. **D.R. I Série.** N.º 159 (1983-07-13), p. 2554-2574. Aprova a lei orgânica da Direcção-Geral da Pecuária.

⁸⁷ Decreto-Lei n.º 344-A/83. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 169 (1983-07-25), p. 2744(1)-2744(7). Aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional.

⁸⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 451/83. **D.R. I Série.** N.º 297 (1983-12-27), p. 4118. Mantém em vigor, no âmbito do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, o Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de Julho, ressalvadas as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de Julho.

mentionado Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de julho, com a exceção dos serviços e organismos pertencentes ao comércio e às pescas, que transitaram para os respetivos Ministérios⁸⁹ (*vide* Apêndice C.13).

O Decreto-Lei n.º 388/84, de 10 de dezembro, veio extinguir o MAFA, criando o Ministério da Agricultura (*vide* Apêndices C.14 e C.15). A nível estrutural registaram-se duas alterações. Em primeiro lugar, as Secretarias de Estado do anterior ministério foram extintas e no seu lugar foram criadas duas Secretarias: a Secretaria de Estado da Produção Agrícola e a Secretaria de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas. Em segundo lugar, os organismos que se encontravam anteriormente sob tutela conjunta com o Ministério do Comércio e Turismo passaram a ser da tutela exclusiva do Ministério da Agricultura⁹⁰.

- **Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação**

Logo no ano seguinte, com a promulgação da Lei Orgânica do X Governo Constitucional⁹¹, teve lugar mais uma reestruturação ministerial que resultou da fusão de dois ministérios, o da Agricultura e o do Mar e da integração dos respetivos organismos, serviços e empresas públicas (os relativos ao sector da agricultura, pescas e alimentação) num só Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (MAPA). Esta nova entidade ministerial tutelar da agricultura, cuja atividade se estendeu ao longo do XI Governo Constitucional⁹², teve a orgânica aprovada em 1986, pelo Decreto-Lei n.º 310-A/86, de 23 de setembro⁹³ e foi alvo de extinção em 1991.

Os objetivos do processo de mudança orgânica do MAPA tiveram em linha de conta o impacto da adesão de Portugal à CEE e refletiram-se em diferentes áreas de

⁸⁹ «É criado o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, o qual integra os serviços anteriormente integrados no extinto Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, à exceção dos da Secretaria de Estado das Pescas, agora integrados no Ministério do Mar, e dos da Secretaria de Estado do Comércio, agora integrados no Ministério do Comércio e Turismo.». Cf. Decreto-Lei n.º 344-A/83. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 169 (1983-07-25), p. 2744(5).

⁹⁰ Com a exceção do Instituto dos Produtos Florestais, que passou para a tutela exclusiva do Ministério do Comércio e Turismo. Cf. Decreto-Lei n.º 388/84. **D.R. I Série.** N.º 284 (1984-12-10), p. 3750-3751. Altera vários artigos do Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de Julho, que aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional.

⁹¹ Cf. Decreto-Lei n.º 497/85. **D.R. I Série.** N.º 290 (1985-12-17), p. 4177-4183. Aprova a Lei Orgânica do X Governo Constitucional.

⁹² Decreto-Lei n.º 329/87. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 219 (1987-09-23), p. 3632(2)-3632(6). Aprova a Lei Orgânica do XI Governo Constitucional.

⁹³ Decreto-Lei n.º 310-A/86. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 219 (1986-09-23), p. 2698(1)-2698(2). Aprova a orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

intervenção⁹⁴. No âmbito estrutural destacou-se a clarificação das atividades e funções dos vários serviços, a fim de evitar sobreposições ou vazios de competências; em matéria de gestão, deu-se maior relevância ao reforço dos poderes decisórios de chefias intermédias, de modo a diminuir a burocratização do sistema e reforçaram-se igualmente as competências das Direções Regionais de Agricultura⁹⁵; registou-se ainda um esforço de informatização de todos os serviços e organismos centrais e regionais do ministério (*vide* Apêndice C.16).

- **Ministério da Agricultura**

Em 1991 é criado, pelo XII Governo Constitucional, o Ministério da Agricultura. Tal significou o retomar da lógica de separação entre os sectores da agricultura e das pescas, criando novamente o Ministério do Mar e retirando do ex-MAPA os serviços e organismos relativos ao sector das pescas⁹⁶. Uma vez que o Ministério da Agricultura só foi alvo de nova lei orgânica em 1993, até esse ano, a sua estrutura orgânica correspondeu à estrutura do ex-MAPA, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 310-A/86, com exceção dos organismos transferidos para o Ministério do Mar.

O Decreto-Lei n.º 94/93, de 02 de Abril⁹⁷ deu nova estrutura orgânica ao Ministério da Agricultura, de acordo com a linha de ação considerada necessária na conjuntura de mudanças ao nível da Política Agrícola Comum. Estas orientações visaram três objetivos fundamentais: “fortalecer os serviços desconcentrados a nível regional e sub-regional”; modificar as práticas administrativas dentro do ministério, de forma a “facilitar a coordenação de actividades e o contacto com os cidadãos” e eliminar ou transferir serviços ou funções desnecessários ao ministério e à Administração Pública. Assim, foram extintos vários organismos, serviços e institutos, de entre os quais se podem mencionar as

⁹⁴ Cf. Domingues, Manuel – Mudança organizacional da administração pública. O caso do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1.ª Parte: metodologia, objectivos e política de actuação. Lisboa: MAPA. Secretaria-Geral, 1987.

⁹⁵ Estas competências foram reforçadas sobretudo nos seguintes domínios: «Extensão Rural e formação profissional de agentes económicos; Experimentação e divulgação técnica; Sanidade vegetal e animal; condicionamento e reconversão de culturas; apoio à industrialização e comercialização dos produtos agro-alimentares; controlo de qualidade dos produtos agro-alimentares; intervenção no processo de análise financeira de projectos de interesse regional e produção de estatísticas agrícolas.». Cf. Idem, *Ibidem*, p. 18-19.

⁹⁶ Decreto-Lei n.º 451/91. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 279 (1991-12-04), p. 6372(2)-6372(5). Aprova a Lei Orgânica do XII Governo Constitucional.

⁹⁷ Decreto-Lei n.º 94/93. **D.R. I Série-A.** N.º 78 (1993-04-02), p. 1641-1645. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura.

Direcções-Gerais de Planeamento e Agricultura; de Hidráulica e Engenharia Agrícola e da Pecuária e das Florestas (*vide* Apêndice C.17).

- **Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

A mudança de governo em 1995 e consequente aprovação da lei orgânica do XIII Governo Constitucional⁹⁸ veio constituir um novo ministério, sucessor do Ministério da Agricultura. Tratou-se do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)⁹⁹, o qual obedeceu novamente a uma lógica de extinção do Ministério do Mar, e consequente integração dos serviços e organismos oriundos deste ministério.

A orgânica do MADRP refletiu ainda uma crescente preocupação em supervisionar as políticas agroalimentares numa perspetiva da sua relação com o ambiente (prova disso foi a criação do Auditor de Ambiente) e sob o ponto de vista de uma maior vigilância sobre a saúde vegetal e animal, higiene pública e qualidade alimentar (criação do Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar). Ao mesmo tempo, foram extintos vários serviços e institutos (provenientes tanto do ex-Ministério da Agricultura, quanto do ex-Ministério do Mar), a saber: Direcção-Geral das Pescas; Escola das Marinhas do Comércio e Pescas; Gabinete dos Assuntos Europeus; Instituto das Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural; Instituto Florestal; Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agroalimentar; Instituto de Protecção da Produção Agroalimentar; Instituto Português de Investigação Marítima (*vide* Apêndice C.18).

Em 2004, aquando da tomada de posse do XVI Governo Constitucional surge um momentâneo Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas (MAPF). Este Ministério não foi objeto de lei orgânica, surgindo apenas no Decreto-Lei n.º 215-A/2004¹⁰⁰, como sucessor do extinto MADRP e, por isso, herdeiro dos seus serviços e organismos (*vide* Apêndice C.19). Um novo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas foi criado em abril de 2005 (*vide* Apêndice C.20), integrando «...os serviços, organismos e

⁹⁸ Decreto-Lei n.º 296-A/95. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 266 (1995-11-17), p. 7084(2)-7094(7). Aprova a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional.

⁹⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 74/96. **D.R. I Série-A.** N.º 139 (1996-06-18), p. 1554-1559. Cria a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

¹⁰⁰ Decreto-Lei n.º 215-A/2004. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 208 (2004-09-03), p. 5912(2)-5912(9). Aprova a orgânica do XVI Governo Constitucional.

entidades até aqui compreendidos no anteriormente designado Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.»¹⁰¹.

No ano de 2006 decorreu a implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)¹⁰², com objetivos de desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos; ganhos de eficiência destes serviços através da sua simplificação, racionalização, automatização e redução do seu número; aproximação aos cidadãos e reforço dos poderes locais e regionais. As grandes linhas de remodelação feitas de acordo com o PRACE foram traçadas em abril de 2006, aquando a aprovação deste programa de reestruturação. A RCM n.º 39/2006 contemplou detalhadamente as modificações a implementar no modelo organizacional das estruturas da ACE, o que, no caso do MADRP, se traduziu no redesenho da sua orgânica, conforme fica patente no Decreto-Lei n.º 209/2006¹⁰³.

Assim, a reestruturação do MADRP passou sobretudo pela criação de novos serviços e organismos que resultaram da fusão de vários outros, o que, na prática, correspondeu a uma diminuição de unidades orgânicas dentro do Ministério. Exemplos disso foram a criação da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que integrou as atribuições da Direção-Geral de Protecção das Culturas e do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica ou a criação do Instituto de Financiamento da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que integrou as atribuições do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola e as do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas.

Os serviços e organismos que foram mantidos, integraram igualmente funções e competências de outros que foram extintos, como a Secretaria-Geral, que integrou a Auditoria Jurídica ou a Direção-Geral das Pescas e Aquicultura, que agregou a Escola de Pesca e da Marinha de Comércio. Outra redução foi operada a nível regional com a redução das Direções Regionais de Agricultura de sete para cinco (*vide* Apêndice C.21).

¹⁰¹ Decreto-Lei n.º 79/2005. **D.R. I Série-A.** N.º 74 (2005-04-15), p. 2979-2986. Aprova a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional.

¹⁰² Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006. **D.R. I Série-B.** N.º 79 (2006-04-21), p. 2834-2866. Aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado.

¹⁰³ Decreto-Lei n.º 209/2006. **D.R. I Série.** N.º 208 (2006-10-27), p. 7492-7501. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O MADRP foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, o mesmo diploma que aprovou a estrutura orgânica do XIX Governo Constitucional e que criou o seu sucessor, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- **Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

O MAMAOT foi criado pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho¹⁰⁴. Este Ministério resultou da fusão de duas entidades ministeriais: o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional¹⁰⁵. Este diploma legal determinou que, enquanto não fosse estabelecida a sua orgânica por diploma legal próprio, a estrutura do MAMAOT seria composta pelos serviços, organismos, entidades e estruturas dos ministérios seus antecessores.

A sua orgânica veio a ser aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro (*vide* Apêndice C.22). Esta fusão de dois ministérios resultando na criação de um ministério com as dimensões do MAMAOT enquadrou-se no âmbito de um novo programa de reestruturação, cujo objetivo fundamental foi o de reduzir as estruturas orgânicas da Administração Pública: o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) aprovado a 20 de Julho de 2011, em reunião de Conselho de Ministros. Os seus objetivos e o propósito da sua criação numa conjuntura de redução de despesa pública e de concentração e otimização de recursos ficam patentes no prólogo do Decreto-Lei n.º 7/2012. O MAMAOT, para além de ter integrado as áreas provenientes dos dois ministérios extintos, integrou ainda atribuições de outros ministérios, como o da Defesa Nacional; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Obras Públicas, Transportes e Comunicações (ficando com a tutela da habitação social e reabilitação do património habitacional). Agregou, além disso, um sector que por diversas vezes no passado constituiu Ministério próprio: o Mar¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Decreto-Lei n.º 86-A/2011. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 132 (2011-07-12), p. 3996(2)-3996(7). Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

¹⁰⁵ Este Ministério viu, à semelhança do MADRP, a sua orgânica aprovada em 2006, pelo Decreto-Lei n.º 207/2006. **D.R. I Série.** N.º 208 (2006-10-27), p. 7473-7483. Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

¹⁰⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 7/2012. **D.R. I Série.** N.º 12 (2012-01-17), p. 214-229. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Devido à reestruturação governamental, operada durante o mês de julho de 2013, o MAMAOT foi extinto, dando lugar a dois ministérios distintos: o Ministério da Agricultura e do Mar e o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia¹⁰⁷.

As informações obtidas através dos inventários e inquéritos analisados no Subcapítulo II.2, conjugadas com o estudo orgânico-funcional efetuado no Subcapítulo II.3, permitem concluir que os fundos arquivísticos que se encontram acessíveis, não estão ainda devidamente relacionados com as respetivas entidades produtoras.

O fundo “Ministério da Agricultura” – 1.ª incorporação (custodiado pelo ANTT), enquadra a atividade das três primeiras entidades ministeriais aqui estudadas: Ministério da Agricultura. 1918-1932; Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933 e Ministério da Agricultura. 1933-1940. Embora tenha a designação genérica de fundo “Ministério da Agricultura”, a história administrativa, custodial e arquivística do seu inventário deixa patente que engloba os fundos produzidos por estas três entidades. O fundo “Ministério da Economia” (custodiado pelo ANTT)¹⁰⁸ contém apenas o subfundo referente ao Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria, o que, como fica patente pelo estudo orgânico-funcional realizado não corresponde à totalidade do que terá sido produzido pelos serviços e organismos que constituíram este ministério. Por sua vez, o *Inventário dos documentos do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do MADRP*, que corresponde à 2.ª Incorporação do fundo “Ministério da Agricultura” (custodiado pelo ANTT), embora tenha como datas extremas os anos de 1911-1998, não relaciona esta documentação com as numerosas entidades ministeriais que terão sido as suas produtoras e que foram mapeadas através do estudo orgânico-funcional.

Para além destas conclusões, a realização deste estudo orgânico-funcional permitiu finalizar a primeira etapa de trabalho proposta no âmbito desta dissertação: identificar as entidades escolhidas como material empírico, clarificando o seu percurso e evolução institucional. Tal possibilitou a identificação unívoca de cada uma, através do nome formal dado pelos respetivos diplomas legais e das datas extremas de existência.

¹⁰⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 119/2013. **D.R. I Série**. N.º 160 (2013-08-21), p. 5009-5020. Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

¹⁰⁸ Cf. Fundo “Ministério da Economia”. PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4224300>>.

O estudo permitiu isolar 17 entidades e constatar que todas reúnem os critérios necessários para serem consideradas entidades produtoras de fundos documentais públicos¹⁰⁹. Todas possuem um nome e existência jurídica, conferidos por diploma legal; apresentam atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto com valor legal; são detentoras de uma posição precisa numa hierarquia administrativa (neste caso são departamentos governamentais de topo – Ministérios); detém poder de decisão para a resolução de assuntos sob a sua competência e apresentam uma orgânica interna definida.

Todas estas entidades são, portanto, válidas para serem alvo de descrição e criação de RAA, enquanto entidades produtoras de fundos documentais. A proposta de criação de RAA, que corresponde à segunda etapa de trabalho, será apresentada nos Capítulos III e IV.

¹⁰⁹ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008, p. 8.

CAPÍTULO III.

A NORMALIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA, OS REGISTOS DE AUTORIDADE E A SUA APLICAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

Tendo esta dissertação como objetivo a criação de RAA respeitantes às entidades ministeriais tutelares da agricultura entre 1918 e 2013, torna-se necessária uma reflexão em torno dos esforços nacionais e internacionais de normalização da descrição arquivística; do percurso que conduziu à elaboração das normas e documentos técnicos de descrição arquivística e da sua aplicação em modelos concretos de atuação ao nível dos arquivos públicos nacionais e internacionais¹¹⁰. Igualmente, sendo estes RAA criados segundo um modelo específico de ficheiro de autoridades (o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas), foi relevante proceder a uma apresentação deste modelo e dos seus objetivos, bem como estabelecer paralelos com outros casos similares.

III. 1. Normalização da descrição arquivística e criação de registos de autoridade

A criação de RAA¹¹¹, feita através da descrição normalizada de entidades produtoras de fundos documentais, encontra-se diretamente relacionada e enquadrada pela atividade de descrição arquivística. A descrição aplicada à documentação é uma das atividades-base da organização de um arquivo, uma vez que, através dela, se elabora a representação das unidades documentais, permitindo assim a sua identificação, localização e acesso¹¹².

¹¹⁰ Dado o âmbito desta dissertação, incidiu-se sobretudo na questão dos RAA, das reflexões em torno dos mesmos e da norma específica elaborada pelo CIA: a ISAAR (CFP) – Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias.

¹¹¹ «Registo de autoridade arquivística – Forma autorizada do nome de uma entidade combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem essa entidade, podendo remeter para outros registos de autoridade relacionados.» (Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 364).

¹¹² A descrição arquivística é definida como sinónimo de descrição documental, tanto pelo *Dicionário de terminologia arquivística* (Cf. ALVES, Ivone – Dicionário de terminologia arquivística. Lisboa : IBNL, 1993, p. 32), quanto pela *NP 4041* (NP 4041. 2005, Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: IPQ, p. 15).

De igual modo, Fernanda Ribeiro refere a descrição como «uma das operações mais importantes na organização de um arquivo, pois é através dela que se criam as representações dos documentos (ou conjuntos documentais) com vista à sua posterior identificação e localização.» (Cf. RIBEIRO, Fernanda – Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: C.M.-A.H., 1996, p. 9).

A descrição arquivística tem sido pensada, normalizada e alargada a outros objetos de descrição, para além dos documentos de arquivo. Tais objetos são as pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias enquanto produtoras, acumuladoras ou gestoras de arquivos (a sua descrição permite conhecer o contexto de produção e utilização da documentação); as pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias detentoras de documentação de arquivo e as funções e respetivas subdivisões. Neste processo de normalização das práticas arquivísticas ligadas à descrição é incontornável a ação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), responsável pelo desenvolvimento gradual das quatro normas internacionais de descrição: a ISAD(G)¹¹³, a ISAAR(CPF)¹¹⁴, a ISDIAH¹¹⁵ e a ISDF¹¹⁶, cada uma dedicada, respetivamente, aos quatro objetos de descrição acima enumerados¹¹⁷.

De facto, o desenvolvimento de políticas e instrumentos de normalização da descrição arquivística a nível internacional tomou forma com a criação, em 1989, da Comissão Ad-Hoc para as Normas de Descrição do CIA. Comissão esta que, em 1996, se converteu no Comité Permanente de Normas de Descrição do CIA. No entanto, e como é referido por Bonal Zazo¹¹⁸, o trabalho inicial realizado pelo CIA (sobretudo ao nível da norma ISAD(G)) teve como bases teóricas as normas nacionais desenvolvidas nos EUA, Grã-Bretanha e Canadá, durante os primórdios da década de 1980¹¹⁹. A necessidade de criação de normas internacionais, durante a década de 1990, com o fim de orientar,

A definição apresentada pelas ODA refere já como objetivos da descrição arquivística, a compreensão do contexto de produção e do sistema de arquivo onde a documentação se integra: «Descrição arquivística – Elaboração de uma representação exata de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu.» (Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 356).

¹¹³ ISAD(G) – *General International Standard for Archival Description*.

¹¹⁴ ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families*.

¹¹⁵ ISDIAH – *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*.

¹¹⁶ ISDF – *International Standard for Describing Functions*.

¹¹⁷ Para uma reflexão e síntese global dos antecedentes de criação, estrutura e objetivos destas quatro normas internacionais, veja-se: RUNA, Lucília – *A Descrição Arquivística*. CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.) – **Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales**. Madrid: CAA, 2011, p. 161-214.

¹¹⁸ BONAL ZAZO, J. L. – *La descripción archivística normalizada, origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Ed. Trea, 2001.

¹¹⁹ «A nível nacional, desde 1983, assistimos a algumas tentativas de elaboração de normas descritivas. Os exemplos mais conhecidos e de maior aplicação são as regras americanas da autoria de Steven Hensen, intituladas *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries* (2ª ed., 1989), as regras de descrição canadianas, *Rules for Archival Description* (1990) e, em Inglaterra, o *Manual of Archival Description*, da autoria de Michael Cook e Margaret Procter (2ª ed., 1989).» (Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos*. Porto: C.M.-A.H., 1996, p. 9).

regular e normalizar a atividade de descrição a um nível mais abrangente do que o nacional, surgiu na sequência de um renovado modo de encarar a descrição arquivística. Os novos desafios colocados com a proliferação de documentos eletrónicos e com as exigências dos utilizadores, levaram a que a descrição arquivística, e respetiva normalização, fossem valorizadas e instrumentalizadas como modo de facilitar o acesso, recuperação e divulgação da informação¹²⁰.

Atualmente, o foco central do trabalho desenvolvido pelo CIA, em termos de normalização da descrição arquivística e da revisão e aperfeiçoamento das quatro normas de descrição existentes (ISAD(G); ISAAR(CPF); ISDIAH e ISDF) atingiu um novo patamar de maturidade. De facto, e como ficará patente nos exemplos apresentados nos subcapítulos seguintes, a uniformização normalizada da descrição arquivística é já uma realidade aceite e aplicada internacionalmente. O desafio presente não passa tanto pela normalização de procedimentos, mas sim, sobretudo pela reestruturação das quatro normas, conduzindo a uma otimização da sua articulação e intercomunicação.

Os documentos de trabalho produzidos, em julho de 2012, pelo *Committee on Best Practices and Standards* do CIA e apresentados à comunidade arquivística internacional no *International Congress on Archives*, que teve lugar em Brisbane (Austrália), em agosto de 2012, são reveladores desta linha de orientação. Um dos documentos, intitulado *Relationships in archival descriptive systems*, trata-se de uma versão preliminar do capítulo comum a ser incluído nas quatro normas de descrição, com o objetivo de tornar claras as relações existentes entre os diversos tipos de entidades arquivísticas visados por cada uma delas¹²¹. O outro documento, intitulado *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive standards*, apresenta uma reflexão e algumas propostas de como harmonizar os elementos de informação contemplados por cada uma das normas internacionais, a fim

¹²⁰ «A área fundamental de intervenção do ICA prendeu-se com a necessidade, potenciada pelas tecnologias da informação, pela globalização e pela necessidade de integrar, a nível não só nacional, mas também internacional, descrições provenientes de diferentes entidades num sistema unificado de informação.» Cf. RUNA, Lucília – A Descrição Arquivística. In CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.) – **Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales**. Madrid: CAA, 2011, p. 164.

¹²¹ Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – Relationships in archival descriptive systems. [Em linha]. [Consult. 17 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>>.

de diminuir a repetição de informação e aumentar a sua articulação¹²². Em novembro de 2012, deu-se a constituição de um novo grupo de trabalho do CIA, o EGAD (*Experts Group on Archival Description*), o qual tem por objetivo desenvolver (durante o quadriénio 2012-2016) um modelo conceptual internacional que proporcione uma base mais sólida à descrição arquivística, adequando-a aos desafios da nova geração de sistemas de descrição (no panorama da web semântica, centrada na articulação de dados estruturados) e de partilha de informação a nível internacional e interdisciplinar (articulação com a comunidade museológica e biblioteconómica)¹²³.

É neste contexto de uniformização e normalização da descrição arquivística, que se enquadram outros conceitos mais específicos. Trata-se dos conceitos relacionados com registos de autoridade, ficheiros de autoridades e controlo de autoridades e sua aplicação à realidade arquivística, cuja norma internacional, a ISAAR(CPF), foi desenvolvida pela Comissão Ad-Hoc para as Normas de Descrição do CIA, a partir de 1993¹²⁴.

Assim, e apesar da primeira versão da norma ISAAR(CPF) ter sido divulgada apenas em 1995, dois anos antes, Cynthia J. Durance¹²⁵ enuncia os benefícios do controlo de autoridades¹²⁶ ao nível da uniformização e recuperação da informação arquivística, bem como no acesso à documentação. Tais benefícios são potenciados quando a informação normalizada é inserida em ambiente eletrónico, permitindo o cruzamento de informação. No artigo identificam-se e descrevem-se os tipos de autoridades existentes no universo arquivístico¹²⁷, o modo como se interrelacionam, os benefícios da sua utilização

¹²² Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – Progress report for revising and harmonising ICA descriptive standards. [Em linha]. [Consult. 17 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ica.org/13155/standards/cbps-progress-report-for-revising-and-harmonising-ica-descriptive-standards.html>>.

¹²³ Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – Ica.org. International council on archives. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ica.org/13845/egad-activities-and-projects/egad-strategic-work-plan.html>>.

¹²⁴ Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004, p. 6.

¹²⁵ DURANCE, Cynthia J. – Authority control: beyond a bowl of alphabet soup. *Archivaria*. N. 35 (1993), p. 38-46.

¹²⁶ «*Authority control* is an umbrella term for the means of providing access to the holdings of a repository through names, subjects and functions – these being constructed in such a way that their relationships, or non-relationships, to each other are apparent.». Cf. *Ibidem*, p. 38.

¹²⁷ São identificados quatro tipos de autoridades: «In the archival application, authorities may exist for 1) corporate names, their histories and functions (including names of government organizations, families and corporations); 2) personal names (individuals) and biographical details about them; 3) subjects (including

normalizada e os requisitos básicos necessários para que o controlo de autoridades seja criado e implementado numa instituição.

Em 1995, Sharon Thibodeau apresenta uma primeira reflexão acerca da norma ISAAR(CPF), em “Archival Context as Archival Authority Record: the ISAAR(CPF)”¹²⁸. Este artigo foi o produto de uma comunicação apresentada pelo autor na conferência anual da Association of Canadian Archivists, em junho de 1995, e tem claramente o intuito de dar a conhecer esta norma, cuja versão provisória tinha sido divulgada em abril desse ano pelo CIA. A utilização de pontos de acesso normalizados associados à descrição documental, a fim de permitir o conhecimento da origem e história custodial da documentação era já uma realidade no sistema arquivístico australiano, tendo sido preconizada na década de 1960 por Peter J. Scott¹²⁹. Todavia, a síntese apresentada por Thibodeau deixa patente a inovação conceptual trazida por esta norma.

Tal inovação prende-se com o facto de esta norma internacional propor a utilização de registos de autoridade (tradicionalmente existentes e regulados para o universo biblioteconómico) para as necessidades específicas da descrição arquivística¹³⁰. Foi o reconhecimento internacional da importância dos registos de autoridade na recuperação da informação arquivística, aliado ao peso crescente do paradigma pós-custodial¹³¹, que impulsionou, desde o início da década de 1990, o trabalho da comissão responsável pela elaboração da ISAAR(CFP).

A ISAAR(CFP) teve a primeira edição em 1996 e a segunda edição (revista) em 2004¹³². Desde então, tem sido progressivamente utilizada como fonte, quer para a

names used as subjects and geographic names), and 4) functions, occupations and/or forms of material.» Cf. *Ibidem*, p. 40.

¹²⁸ THIBODEAU, Sharon - Archival context as archival authority record: the ISAAR(CPF). **Archivaria**. N. 40 (1995), p. 75-85.

¹²⁹ No artigo “The Record Group Concept: A Case for Abandonment”, publicado na revista *American Archivist* em 1966, Peter Scott tinha já descrito as práticas seguidas pelo Commonwealth Archives Office (Canberra). «That archival repository was said to maintain “registers” of organizations, agencies, families, and persons to which record series might be linked. (...) In the Australian system, each description of a record series included access-point-like references to as many of these registered names as necessary to establish the origins and custodial history of the records.» Cf. *Ibidem*, p. 77.

¹³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 76.

¹³¹ Cf. COOK, Terry – The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**. N. 35 (1993), p. 24-37.

¹³² Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004, p. 6.

criação direta de RAA para pessoas coletivas, singulares e famílias, quer para a elaboração de normas a nível nacional, regularizadoras deste tipo de registos.

Em Portugal, o Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo tem coordenado os processos de tradução e disponibilização das normas de descrição internacionais, desempenhando assim um importante papel na divulgação da importância da sua aplicação¹³³. Destaca-se também a criação de uma norma nacional, as *Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)*¹³⁴, contemplando uma parte dedicada à descrição de autoridades arquivísticas e demonstrando que, sobretudo a partir do final da década de 1990, a normalização da etapa de descrição em arquivo tem vindo a ser considerada como crucial pelo órgão de coordenação da política arquivística nacional.

Tanto a disponibilização da tradução em português das mencionadas normas de descrição, como a elaboração das ODA têm vindo a ser acompanhadas por reflexões sobre a importância das mesmas e sobre os desafios e as possibilidades da sua utilização, sobretudo em contexto tecnológico. Em 2003, Lucília Runa e Joana Braga de Sousa¹³⁵ levantam questões relativas às dificuldades e desafios existentes na normalização da descrição e ao modo de as ultrapassar. As autoras chamam, igualmente, a atenção para a importância da normalização da descrição das entidades produtoras como forma de melhorar a gestão documental, potenciar a partilha de informação entre arquivos nacionais e internacionais e aumentar a eficácia dos instrumentos de recuperação de informação ao dispor dos utilizadores dos arquivos.

Do mesmo modo, em 2007, Lucília Runa¹³⁶ em comunicação apresentada no 9º Congresso da APBAD reflete sobre as ODA, seus objetivos e benefícios, remetendo para um modelo de aplicação das mesmas. Para tal, destaca alguns projetos já então em curso,

¹³³ Como já ficou dito, para o desenvolvimento desta dissertação, destacam-se a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2002 e CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

¹³⁴ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011.

¹³⁵ RUNA, Lucília e SOUSA, Joana Braga – Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. **Cadernos BAD**. N.º 2 (2003), p. 80-108.

¹³⁶ RUNA, Lucília – Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9, Lisboa, 2007 - Bibliotecas e Arquivos - Informação para a Cidadania, o Desenvolvimento e a Inovação. [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2007.

como a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) e o FNAA e concomitante normalização e utilização da descrição de autoridades arquivísticas.

Os benefícios de uniformização da informação trazidos pelas normas de descrição acima referidas e analisadas, sobretudo no que respeita à sua partilha a nível internacional, são potenciados quando aplicados em contexto eletrónico de bases de dados interativas e quando lhe é dada a possibilidade de projeção no universo digital do cruzamento de informação da *world wide web*.

O objetivo dos subcapítulos seguintes (III.2 e III.3) é, focando a atenção na criação normalizada de RAA, apresentar modelos de aplicação prática das normas de descrição arquivística em contexto digital. A criação dos RAA apresentados no âmbito desta dissertação foi resultado de um processo de contextualização teórica (mediante o conhecimento das normas de descrição arquivística), mas também de contextualização prática. Houve assim necessidade de criar estes registos de autoridade, não apenas seguindo o modelo teórico da norma internacional ISAAR(CPF) e das ODA, mas tendo também como base um modelo prático concreto de ficheiro de autoridades¹³⁷. Pretendeu-se com isto, moldar a presente proposta de RAA de modo mais consistente e dotá-la de uma real possibilidade de contribuir para o conteúdo do ficheiro de autoridades selecionado como modelo, o FNAA.

Os dois modelos aqui apresentados (para além do FNAA) não pretendem dar uma panorâmica exaustiva da realidade internacional. A sua escolha justifica-se por serem representantes de realidades distintas e por permitirem uma melhor compreensão e enquadramento do FNAA no panorama nacional e internacional. Na atual realidade de criação e disponibilização de informação uniformizada, não se poderia considerar um modelo de ficheiro de autoridades isoladamente, sem se proceder a uma, ainda que breve, amostragem de instrumentos de trabalho paralelos.

Assim, um dos modelos é o ficheiro de autoridades incluído no diretório *online* Censo-Guía de archivos de España e Iberoamérica, desenvolvido a nível nacional, sob a

¹³⁷ «Ficheiro de Autoridade – Conjunto organizado de registos de autoridade» (Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 359).

responsabilidade do órgão de gestão das políticas arquivísticas de Espanha. O outro exemplo apresentado é representativo do esforço de uniformização da descrição arquivística em contexto digital, empreendido pelo CIA: o ICA-AtoM. Como se verá, o ICA-AtoM, não sendo um ficheiro de autoridades em si, é uma aplicação para descrição arquivística que contempla a descrição de autoridades arquivísticas, permitindo às instituições que o utilizam, criar o seu próprio ficheiro de autoridades, incorporado numa plataforma global de descrição arquivística normalizada.

III.2. O Censo-Guía de archivos de España e Iberoamérica e o ICA-AtoM

III.2.1. Censo-Guía de archivos de España e Iberoamérica

A escolha do guia e diretório *online* Censo-Guía de archivos de España e Iberoamérica¹³⁸ prende-se com os aspetos em comum que apresenta com o FNAA, em termos de estrutura, objetivos, dimensão e normalização. De facto, o conceito e modelo do FNAA, enquanto repositório nacional de recursos para acesso à informação arquivística tem, em Espanha, o seu paralelo no diretório desenvolvido pelo Sistema Español de Archivos. Este sistema de informação arquivística, que funciona na dependência do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de Espanha - Subdirección General de los Archivos Estatales, remonta a um projeto nascido na década de 1960, com o intuito de elaborar um roteiro de todos os arquivos públicos espanhóis. Tal projeto teve a primeira materialização, em 1972, na publicação impressa com o mesmo nome: “Censo-Guía de Archivos Españoles”. Atualmente, a evolução tecnológica permitiu-lhe tomar a forma de um repositório em linha, englobando igualmente a realidade ibero-americana.

Tem a vocação de, por um lado, servir como meio de defesa do património documental espanhol (ao tornar público e acessível este mesmo património) e, por outro, ser um instrumento de conhecimento dos arquivos por parte dos cidadãos e da própria administração pública espanhola¹³⁹. Os seus conteúdos estão disponíveis numa estrutura

¹³⁸ A informação abaixo exposta e relativa a este repositório pode ser consultada em: GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sitio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>>.

¹³⁹ Tais objetivos ficam expressos na sua página web: «...el Censo Guía es una guía electrónica y directorio de archivos de España e Iberoamérica (dependiente del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España) que permite a los ciudadanos la localización inmediata de los centros de archivo, así como los fondos y

tripartida, que comporta um diretório de Arquivos (enquanto entidades detentoras de património documental), um diretório dos Fundos / Coleções Documentais custodiados por cada um dos arquivos e, por fim, um Ficheiro de Autoridades¹⁴⁰, respeitante aos produtores da documentação. Toda a informação disponibilizada, sendo proveniente da descrição arquivística de documentação, de entidades produtoras e de entidades detentoras, encontra-se normalizada com base, respetivamente, na ISAD(G), na ISAAR(CPF), e, desde 2011, na ISDIAH.

Por uma questão de coerência com os registos propostos no âmbito desta dissertação, foram consultados os registos disponíveis neste ficheiro de autoridades relativos a entidades ministeriais. Assim, foram tomados como exemplos os registos relativos ao Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación¹⁴¹ e ao Ministerio de Economía¹⁴². Tal permitiu identificar os elementos de informação preenchidos na criação destes RAA e concluir que todos eles são igualmente considerados pelo FNAA como de preenchimento obrigatório para um nível de descrição de detalhe médio, o que acentua os paralelismos entre os dois ficheiros de autoridades.

III.2.2. ICA-AtoM

A referência ao ICA-AtoM (acrónimo de “Access to Memory”) no contexto desta dissertação é relevante pelo facto de este ser uma aplicação para descrição arquivística desenvolvida de raiz para utilizar e articular entre si as quatro normas de descrição do CIA. O seu processo de desenvolvimento, apoiado pela UNESCO e sob a supervisão do CIA,

colecciones que custodian y los servicios que éstos prestan, además de servir como herramienta para la conservación y difusión del patrimonio documental y su defensa frente a la expoliación. (...) Un conocimiento preciso, por parte de la Administración, del patrimonio documental y de los sujetos que lo custodian favorecerá una mayor protección del mismo, así como el desarrollo de políticas archivísticas acertadas. Por otra parte, la difusión de unos datos básicos sobre los fondos documentales existentes contribuirá a orientar al investigador y al ciudadano en general en su búsqueda de fuentes primarias de información, al mismo tiempo que el empleo de las normas de descripción archivística internacionales propiciará la consolidación de éstas entre la comunidad de archiveros.» Cf. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sitio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/historia.htm>>.

¹⁴⁰ Cf. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sitio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/ficheroautoridadesgen.htm>>.

¹⁴¹ Cf. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sitio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/productordetail.htm?id=46410>>.

¹⁴² Cf. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sitio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/productordetail.htm?id=50803>>.

remonta a 2003, tendo a sua 1.^a versão sido disponibilizada em novembro de 2009. Trata-se de um *software* de código de fonte aberto¹⁴³, cujo objetivo é dar a possibilidade a arquivos de menores dimensões (por exemplo, arquivos particulares) de terem os seus conteúdos informativos disponíveis *online*, numa plataforma que permite o cruzamento internacional dos dados e a circulação da informação¹⁴⁴.

Altamente normalizado e dotado de possibilidades de cruzamento e partilha de informação, o ICA-AtoM é a materialização do objetivo atual do CIA, mencionado no Subcapítulo III.1, de otimizar a conjugação e articulação das quatro normas de descrição. Todas as descrições arquivísticas feitas através desta aplicação estão de acordo com as normas internacionais de descrição. O ICA-AtoM fornece uma plataforma “*ready-made*”, sobre a qual cada instituição pode criar os seus próprios registos para os seguintes tipos de entidades: Descrições Arquivísticas; Registos de Autoridade; Instituições Arquivísticas; Funções; Assuntos; Locais; Objetos Digitais. Esta aplicação, para além de fornecer automaticamente os elementos de informação a preencher para cada um dos tipos de descrição, cruza os dados existentes e fornece informações interativas aos utilizadores que efetuam pesquisa *online*. Para além disso, tem a capacidade de importar registos de outros repositórios e de congregar, num só portal, informações de diferentes repositórios¹⁴⁵. O facto de ser uma aplicação que contempla a criação normalizada de registos de autoridade, permite que as instituições que a adotam e utilizam, fiquem habilitadas a criar e a disponibilizar os seus próprios ficheiros de autoridades.

Em Portugal, a sua utilização está já a ser efetuada, podendo tomar-se como exemplos os motores de pesquisa *online* de dois arquivos: O Centro de Arquivo e Documentação¹⁴⁶ da CGTP-IN e o Arquivo de História Social do ICS-UL¹⁴⁷. A observação

¹⁴³ Que pode ser descarregado a partir do *website* www.ica-atom.org.

¹⁴⁴ Os objetivos do projeto ICA-AtoM encontram-se enumerados em BUSHEY, Jessica – International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description. 2012. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW:<https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf> e em VAN GARDEREN, Peter – The ICA-AtoM Project and Technology. 2009. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW:<https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICA-AtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf>.

¹⁴⁵ Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA-AtoM. Open source archival description software. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:www.ica-atom.org>. Este *website* fornece todas as informações relativas ao ICA-AtoM, às suas funcionalidades, funcionamento e bases conceptuais.

¹⁴⁶ Cf. CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES-INTERSINDICAL NACIONAL - Centro de Arquivo e Documentação. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://cad.cgtp.pt/>>.

dos RAA disponíveis em ambos os *websites* permitiu concluir que estes cumprem o preenchimento dos elementos de informação considerados obrigatórios para uma descrição de nível de detalhe mínimo. No entanto, o acesso à área de criação de registos de autoridade do Arquivo de História Social do ICS-UL, permitiu verificar que estão contemplados, para preenchimento, todas as zonas e elementos de informação recomendados pela norma ISAAR-CPF ao nível da descrição de autoridades arquivísticas¹⁴⁸.

III. 3. O Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)

O FNAA, enquanto ficheiro de autoridades selecionado como modelo prático para a criação dos RAA propostos nesta dissertação, será aqui analisado com maior pormenor.

Primeiramente, e para uma compreensão global do FNAA, torna-se necessário proceder ao seu enquadramento enquanto componente da RPA¹⁴⁹. A RPA, cuja gestão se encontra a cargo do órgão de coordenação da política arquivística (atualmente a DGLAB), tem por objetivo a disponibilização e divulgação do património arquivístico nacional (pertencente a arquivos da administração pública central e regional ou a outros organismos aderentes). A estrutura da RPA, enquanto rede agregadora e difusora de informação arquivística contempla não só o FNAA, mas também o Portal Português de Arquivos (PPA)¹⁵⁰, onde se encontra depositada informação arquivística pertencente às entidades aderentes à RPA. Assim, a nível nacional, a partilha da informação é efetuada através do PPA e do FNAA, sendo que a articulação com estruturas de informação, como o

¹⁴⁷ Cf. INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UNIVERSIDADE DE LISBOA – Arquivo de História Social. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://arquivohistoricosocial.ics.ul.pt>>.

¹⁴⁸ Tal possibilidade de acesso à área de criação de registos de autoridades foi dada pela Doutora Rita Almeida de Carvalho, coordenadora científica do Arquivo de História Social do ICS-UL, à qual aqui deixo o meu agradecimento.

¹⁴⁹ A RPA viu os seus documentos técnicos de definição de modelo conceptual e lógico serem apresentados em 2008, sendo que o desenvolvimento das suas estruturas e a sua implementação teve início em 2009. Os objetivos, âmbito e conteúdos podem ser consultados em PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 1: Modelo Conceptual. Lisboa: DGARQ, 2008; PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: Modelo Lógico. Lisboa: DGARQ, 2008 e REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS – Sítio Web. Disponível em WWW: <URL:<http://arquivos.pt>>.

¹⁵⁰ Veja-se PORTAL PORTUGUÊS DE ARQUIVOS – Sítio Web. Disponível em WWW: <URL:<http://portal.arquivos.pt>>.

Portal Europeu de Arquivos¹⁵¹, permite a disponibilização dos conteúdos do PPA a nível internacional.

O modelo do FNAA foi divulgado em 2008, através do documento técnico *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*¹⁵². Este documento estabelece as bases de planeamento, criação, implementação, manutenção e disponibilização do FNAA e define os seus objetivos; os conteúdos; a estrutura e os módulos que o compõem; as relações a criar entre cada um dos componentes e o seu modelo de gestão e desenvolvimento.

Ao reunir, num só espaço virtual, e através de registos de autoridade, «...diversas áreas informacionais relativas a produtores, detentores, funções, registos patrimoniais, relacionadas de uma forma coerente»¹⁵³, o FNAA é visto como o «módulo estruturante da informação disponibilizada na rede [RPA]»¹⁵⁴. Sobretudo porque permite o acesso simultâneo a vários recursos e informações, a partir de um único ponto¹⁵⁵. Tal torna-se possível devido à sua organização por módulos (ou entidades lógicas), que são: entidades produtoras; entidades detentoras; entidades aderentes à RPA; funções; registos patrimoniais de classificação; recursos externos e relações internas e externas que podem ser estabelecidas entre as entidades presentes no FNAA e entre estas e outros recursos (arquivísticos, biblioteconómicos, museológicos, entre outros).

O FNAA tem, como objetivos gerais, contextualizar a produção e utilização da documentação de arquivo; ser um instrumento de referência para as entidades descritas; permitir o acesso à informação contida na documentação relacionada com os registos de autoridade aí existentes e promover uma abordagem integrada dos arquivos. A articulação de recursos dentro do FNAA permite reunir intelectualmente documentação produzida por um mesmo produtor, mas dispersa por diferentes entidades detentoras; aceder à descrição e a imagens dessa documentação através da ligação ao PPA e aos sítios

¹⁵¹ Cf. ARCHIVES PORTAL EUROPE – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.archivesportaleurope.net/home>>.

¹⁵² Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008.

¹⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 4.

¹⁵⁴ Cf. REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://arquivos.pt/identificacao-institucional/conteudos-da-rpa/>>.

¹⁵⁵ Disponível em <http://autoridades.arquivos.pt>.

web das entidades detentoras; localizar as entidades detentoras da documentação e dar informações relativamente ao modo e à forma de aceder a essa documentação.

O FNAA é uma plataforma de armazenamento, cruzamento e dinamização de informação que proporciona uma experiência interativa ao seu utilizador. Os utilizadores do FNAA podem: pesquisar e consultar os RAA que o integram; navegar entre os RAA utilizando as ligações estabelecidas entre eles; navegar dos RAA para as descrições da documentação e vice-versa; navegar dos RAA para as descrições de outros tipos de recursos relacionados, e vice-versa; exportar registos; dispor de mecanismos de aviso para alterações/atualizações dos RAA existentes, ou para a criação de novos RAA. Os utilizadores registados podem ainda propor novos RAA a integrar no FNAA ou a revisão e atualização de RAA já existentes.

Sendo o FNAA um ficheiro de autoridades que se pretende dinâmico e em constante atualização e modificação (expansão de conteúdos, integração e interação com novos recursos informativos), encontra-se, neste momento, focado em criar conteúdos para os já referidos módulos de entidades produtoras e de entidades detentoras¹⁵⁶. A proposta de criação de RAA para as entidades tutelares da agricultura (1918-2013) efetuada nesta dissertação pretende ser uma contribuição específica para o módulo de entidades produtoras do FNAA e será apresentada e aprofundada no Capítulo IV.

¹⁵⁶ Os dados acima apresentados e relativos às entidades lógicas integrantes do FNAA, aos seus objetivos e às funcionalidades ao dispor do utilizador, foram diretamente retirados da informação disponibilizada em PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://dgarg.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/fnaa/>>. Esta informação foi preferida à informação constante no documento técnico de 2008, por ser mais recente e se encontrar mais atualizada. O processo de conhecimento e familiarização com o FNAA deveu-se sobretudo à valiosa ajuda da Dr.ª Lucília Runa (DGLAB), que, em vários encontros, me disponibilizou informação, clarificou dúvidas e ajudou a superar dificuldades encontradas, a nível teórico e prático, na criação dos RAA dentro do modelo do FNAA. A ela deixo aqui o meu agradecimento.

CAPÍTULO IV: OS REGISTOS DE AUTORIDADE ARQUIVÍSTICA PARA AS ENTIDADES TUTELARES DA AGRICULTURA (1918-2013)

O trabalho realizado ao longo da presente dissertação encontra-se materializado neste Capítulo e nos Apêndices que se seguem. Neles se conjugam o estudo orgânico-funcional realizado no Capítulo II, com a reflexão efetuada no Capítulo III, culminando na criação (seguindo as normas de descrição arquivística e o modelo do FNAA) dos RAA para as entidades tutelares da agricultura (1918-2013).

IV.1. Metodologias e normas seguidas na elaboração dos registos de autoridade arquivística

Os RAA criados para as entidades identificadas e estudadas nesta dissertação foram realizados de acordo com a norma internacional ISAAR(CFP)¹⁵⁷ e com as orientações estabelecidas pelas ODA na sua Parte II relativa à descrição de autoridades arquivísticas¹⁵⁸. Foi igualmente tido em conta o modelo conceptual de descrição de autoridades arquivísticas e seu relacionamento com as restantes entidades e dimensões da descrição arquivística, subjacente aos exemplos anteriormente mencionados (o Censo-Guia de arquivos de España e Iberoamérica e a aplicação ICA-Atom) e ao modelo do FNAA, para efeitos de proposta de criação de RAA (módulo de entidades produtoras)¹⁵⁹.

A tabela apresentada no **Apêndice A – Critérios aplicados na criação dos Registos de Autoridade Arquivística para as entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013)**¹⁶⁰, descreve e justifica, detalhadamente, a metodologia utilizada e as normas observadas na criação de cada um dos RAA apresentados no âmbito desta dissertação. Esta descrição metodológica encontra-se especificada para cada uma das zonas e elementos de informação contemplados pelas normas de descrição arquivística de entidades produtoras.

¹⁵⁷ Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

¹⁵⁸ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011.

¹⁵⁹ Cf. FICHEIRO NACIONAL DE AUTORIDADES ARQUIVÍSTICAS – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://autoridades.arquivos.pt/formProposal.do>>.

¹⁶⁰ Vide p. ii - xv dos Apêndices.

A nível geral, a criação dos presentes RAA, tendo sido elaborada de acordo com as referidas normas de descrição de autoridades arquivísticas, observou as seguintes regras¹⁶¹:

- Respeito pelas regras de descrição multinível, partindo do geral para o particular (patente no facto de terem sido descritas entidades ao nível de topo do ministério);
- As zonas e respetivos elementos de informação preenchidos em cada um dos RAA respeitam a ordem recomendada pelas ODA;
- A descrição das autoridades arquivísticas teve por base a utilização de pontos de acesso normalizados. Na tabela apresentada no Apêndice A, em cada um dos elementos de informação preenchidos com recurso a linguagem controlada, ficam explícitas as normas utilizadas e exemplifica-se como o vocabulário controlado foi aplicado a, pelo menos, uma das entidades descritas;
- Respeito pelo princípio da não-repetição de informação (patente sobretudo na Zona da Descrição e respetivos elementos de informação);
- A descrição das autoridades arquivísticas foi feita segundo o nível de detalhe médio definido pelas ODA e recomendado pelo FNAA. Os elementos considerados obrigatórios para descrição de produtores com nível de detalhe médio foram sempre preenchidos, bem como alguns elementos opcionais, quando houve informação que o justificasse¹⁶². As exceções estão devidamente justificadas na tabela do Apêndice A.

IV.2. Os registos de autoridade arquivística para as entidades tutelares da agricultura

A criação dos RAA para as entidades tutelares da agricultura (1918-2013) foi baseada no estudo orgânico-funcional apresentado no Capítulo II. Este estudo, como já foi mencionado, baseou-se nos diplomas legais de criação, reestruturação, fusão ou extinção destas entidades e permitiu o mapeamento do seu percurso e evolução institucional. Tal permitiu obter a identificação de cada uma das entidades em estudo, através do seu nome

¹⁶¹ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 211-212.

¹⁶² A identificação dos elementos obrigatórios ou opcionais encontra-se ao longo da tabela do Apêndice A. Os elementos obrigatórios estão identificados com “O”; os obrigatórios se aplicável com “OA” e os opcionais com “OP”. Cf. *Ibidem*, p. 213-214.

formal e das suas datas de existência (elementos obtidos nos respetivos diplomas legais). Os critérios que estiveram na base do reconhecimento de uma nova entidade foram a presença de diplomas legais de extinção da entidade anterior e de criação de nova entidade, com as devidas transferências de competências, funções e atributos. Foi assim possível isolar 17 entidades e constatar que todas elas reuniam os critérios necessários para serem consideradas entidades produtoras de fundos documentais públicos¹⁶³.

A criação destes RAA foi feita de acordo com os critérios especificados na tabela do **Apêndice A**, e seguindo o modelo do FNAA, que se rege pela manutenção autónoma das autoridades arquivísticas, interrelacionando-as com a documentação produzida e outro tipo de recursos. Os seus objetivos foram:

- Identificar univocamente, através dos RAA, cada uma das entidades tutelares da agricultura, enquanto autoridades arquivísticas produtoras de fundos documentais;
- Identificar, através do conjunto de RAA, o percurso institucional e administrativo destas entidades;
- Identificar o contexto de produção da documentação relativa aos RAA criados;
- Facilitar a reunião intelectual da documentação produzida pelos RAA criados;
- Agilizar o acesso aos fundos documentais dos RAA criados.

Os RAA de cada uma das entidades ministeriais tutelares da agricultura estão apresentados nos **Apêndices B**.¹⁶⁴ Estes Apêndices, que são o produto final principal desta dissertação, estão numerados de **Apêndice B.1** a **Apêndice B.17**, correspondendo cada um ao registo de autoridade de cada uma das 17 entidades identificadas.

Todos os RAA aqui apresentados são propostas de conteúdos novos para o FNAA, uma vez que estes registos ainda não se encontram criados neste ficheiro de autoridades. Há, no entanto, duas exceções, que são os RAA correspondentes às seguintes entidades produtoras já existentes no FNAA: **Portugal. Ministério da Agricultura, do**

¹⁶³ Todas possuem um nome e existência jurídica, conferidos por diploma legal; apresentam atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto com valor legal; são detentoras de uma posição precisa numa hierarquia administrativa (neste caso são departamentos governamentais de topo – Ministérios); detêm poder de decisão para a resolução de assuntos sob a sua competência e apresentam uma orgânica interna definida (Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008, p. 8).

¹⁶⁴ Vide p. xvi - cxvi dos Apêndices.

Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1996-2012 e Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.2012-. Para estas entidades apresenta-se uma proposta de alteração.

Para a entidade **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1996-2012**, apresentam-se as propostas de alteração patentes nos **Apêndices B.14, B.15 e B.16**. A razão destas alterações deve-se, em primeiro lugar, ao facto de o registo existente no FNAA ser de nível de descrição de detalhe mínimo e as propostas apresentadas corresponderem ao nível de detalhe médio. Em segundo lugar, foi necessário proceder a um desdobramento de entidades. A entidade considerada presentemente no FNAA é dada como tendo datas extremas de existência entre 1996 e 2012. No entanto, o estudo orgânico-funcional efetuado permitiu concluir que nesta cronologia existiram três entidades ministeriais tutelares da agricultura, que foram:

- Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004;
- Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005;
- Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011.

Para a entidade **Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.2012-**, a proposta de alteração do RAA (na verdade de atualização) justifica-se pelo facto de este ministério ter sido extinto em julho de 2013, na sequência de uma reestruturação governamental¹⁶⁵.

Os RAA criados no âmbito desta dissertação integram ainda uma proposta de inovação no que diz respeito ao preenchimento do elemento de informação “Estruturas Internas” (Zona da Descrição). Esta proposta passa pela introdução de um recurso gráfico que permita um imediato conhecimento da estrutura interna de cada uma das entidades. Este recurso gráfico, que assume a forma de um organograma, além de possibilitar uma maior uniformização da informação apresentada e facilitar a sua consulta, permite retratar com rigor qualquer alteração significativa à estrutura inicial da respetiva entidade. Assim, para cada uma das entidades descritas foi criado um organograma que representa a sua

¹⁶⁵ Em ambas as propostas de alteração há diferenças cronológicas nas datas de início e fim de existência/atividade relativamente aos registos existentes no FNAA. Tal deve-se ao facto de, nas propostas aqui apresentadas terem sido considerados os diplomas de constituição das orgânicas governamentais para as datas de início e fim de existência/atividade dos ministérios e não as datas das suas leis orgânicas (como acontece com os registos atualmente existentes no FNAA).

estrutura à data da criação. Nos casos em que ocorreu uma reestruturação profunda da entidade, sem que tal implicasse a sua extinção, foi criado um segundo organograma que ilustrasse tal transformação. Estes organogramas encontram-se apresentados nos **Apêndices C**¹⁶⁶ e estão devidamente relacionados com o RAA a que se referem.

IV.3. Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (módulo de entidades produtoras)

Como já foi mencionado, a criação destes RAA foi resultado de um processo de contextualização teórica e prática. Assim, estes registos de autoridade foram criados seguindo, não só, a norma internacional ISAAR(CPF) e as ODA, mas também tendo como base um modelo concreto de ficheiro de autoridades. No panorama atual de hipóteses de criação de RAA e sua inserção num ficheiro de autoridades, o FNAA surgiu como a escolha lógica, por diversas razões.

Tais razões relacionam-se, em primeiro lugar, com a natureza dos RAA criados. Por um lado, os RAA referem-se a entidades coletivas públicas (ministérios), o que se coaduna com o objetivo do FNAA de ser «um fornecedor de serviços para a Administração Pública, nomeadamente como repositório de identificação referenciada persistente e única das organizações – activas e extintas»¹⁶⁷. Paralelamente, e justificando a razão pela qual os RAA criados pretendem ser um contributo específico para o módulo de entidades produtoras do FNAA, a realização do estudo orgânico-funcional permitiu constatar que todas as entidades ministeriais reuniam os critérios necessários para serem consideradas entidades produtoras de fundos documentais públicos¹⁶⁸. A reforçar estas justificações está o facto de dois dos RAA aqui propostos existirem já enquanto registos do FNAA. Trata-se das entidades produtoras **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1996-2012** e **Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2012-**¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Vide p. cxvii e seguintes dos Apêndices.

¹⁶⁷ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008, p. 6.

¹⁶⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁶⁹ A apresentação de uma proposta de modificação destes registos ficou acima justificada.

De igual modo, e como ficou patente no Capítulo II, os fundos documentais de algumas entidades aqui descritas encontram-se à guarda do ANTT. Sendo o ANTT uma entidade aderente da RPA e constante no PPA, as entidades produtoras dos fundos documentais aí depositados devem ter os seus RAA incorporados no FNAA.

Em segundo lugar, a escolha do FNAA enquanto modelo de ficheiro de autoridades, deveu-se ao facto de os utilizadores registados poderem propor novos registos de autoridade ou a atualização de RAA já existentes. Perante a problemática de base desta dissertação: a questão do acesso aos fundos documentais produzidos pelos organismos centrais do Estado durante o século XX e XXI, o procedimento habitual de criação de RAA partindo de fundos documentais foi invertido. Assim, nesta dissertação procedeu-se à criação de RAA referentes a entidades produtoras que ainda não se encontram devidamente relacionadas com os seus fundos documentais e, em alguns casos, cujos fundos documentais se encontram, em parte, por identificar. Este procedimento visou identificar e mapear os ministérios tutelares da agricultura que, no decurso da sua atividade (entre 1918 e 2013), produziram fundos documentais.

Nesta linha, a possibilidade de proposta destes RAA para eventual integração e disponibilização no FNAA, não só contribuiria para este ficheiro de autoridades com registos relevantes no âmbito dos seus objetivos e conteúdos, como tornaria real o objetivo desta dissertação: a normalização da informação respeitante a estas entidades produtoras, potenciando assim uma mais eficaz e eficiente identificação destas entidades e uma agilização do acesso aos seus fundos documentais.

CONCLUSÃO

Tendo como base de reflexão a questão do acesso aos fundos documentais produzidos pelos organismos centrais do Estado durante o século XX e XXI, foram isolados, pela sua pertinência, os organismos detentores da tutela do sector da agricultura, para o período entre 1918 e 2013. Esta seleção foi acompanhada pelo surgimento de outra questão: as entidades escolhidas para material empírico desta dissertação não estavam, elas próprias, identificadas e estudadas, sendo pouco claro o seu percurso e evolução institucional. Tornou-se, então, necessário proceder a um estudo orgânico-funcional, a fim de identificar a quantidade, natureza, duração e estrutura de cada uma destas entidades.

Este estudo orgânico-funcional permitiu confirmar que os fundos documentais inventariados e acessíveis não efetuam, por um lado, uma ligação intelectual imediata às suas entidades produtoras, e, por outro, não correspondem à totalidade do que terá sido a sua produção documental. Foi ainda possível verificar que todas estas entidades reuniam as condições necessárias para serem consideradas produtoras de fundos documentais, logo que podiam ser alvo de criação de Registos de Autoridade Arquivística.

A proposta apresentada nesta dissertação, tendo como base o modelo do FNAA para a criação destes RAA, inverte a lógica seguida tanto pelas normas nacionais e internacionais de criação de RAA, como pelos registos existentes no FNAA, ao nível de entidades produtoras de fundos documentais. De facto, o procedimento habitual traduz-se na criação de RAA com base nos seus respetivos fundos documentais. Contudo, nesta dissertação procedeu-se à criação de RAA referentes a entidades produtoras que ainda não se encontram devidamente relacionadas com os seus fundos documentais e, em alguns casos, cujos fundos documentais se encontram, em parte, por identificar.

Este procedimento visou mapear os ministérios tutelares da agricultura que, no decurso da sua atividade (entre 1918 e 2013), produziram fundos documentais. Assim se pretendeu contribuir para a organização da informação respeitante a estas entidades produtoras, conduzindo a uma identificação precisa das mesmas e facilitando o acesso aos seus fundos documentais.

Pretendeu-se assim articular o paradigma custodial atual (com falhas no cruzamento de informação e relacionamento entre fundos documentais e entidades

produtoras), com as possibilidades trazidas pelo paradigma pós-custodial e potenciadas pelas tecnologias de partilha e cruzamento de informação. Tal articulação foi feita através da adoção do modelo conceptual de descrição autónoma de entidades produtoras de fundos documentais e materializou-se na criação dos RAA.

O enquadramento técnico de tal proposta espelhou-se na utilização do modelo do FNAA e na proposta de integração dos RAA neste ficheiro de autoridades, esperando-se que tal possa ser um contributo para os conteúdos disponibilizados por esta plataforma de divulgação, partilha e cruzamento de informação.

O FNAA foi, de facto, a resposta ideal para a resolução da pergunta de partida desta dissertação: “Qual o melhor método para agilizar o acesso aos fundos documentais produzidos pelas entidades ministeriais tutelares da agricultura entre o período de 1918-2013?”.

A serem integrados no FNAA, a disponibilização destes RAA, permitiria ao utilizador conhecer o mapeamento e evolução institucional destas entidades, bem como ter acesso *online* à informação disponibilizada relativamente às relações destas entidades com os seus recursos arquivísticos. Tal agilizaria o acesso aos seus fundos documentais, uma vez que um dos objetivos do FNAA é reunir e cruzar informação entre as entidades produtoras e respetivos fundos documentais.

A proposta apresentada nesta dissertação diz respeito apenas a uma parcela dos organismos da Administração Pública portuguesa. O estudo orgânico-funcional efetuado a partir das fontes legislativas das entidades em estudo provou ser uma base metodológica válida para a criação de RAA e sua proposta para integração no FNAA. Espera-se que a contribuição desta dissertação possa ser alargada a outros organismos da Administração Pública, enquanto produtores de fundos documentais, a fim de se proceder a um mapeamento sistemático destes organismos, permitindo o acesso centralizado à informação e documentação por eles produzida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes (Legislação)

DECRETO n.º 3 902. **D.R. I Série.** N.º 46 (1918-03-09), p. 171-172. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/03/04600/01710172.pdf>>

DECRETO n.º 4 092. **D.R. I Série.** N.º 80 (1918-04-17), p. 403-404. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/08000/04030404.pdf>>

DECRETO n.º 4 151. **D.R. I Série.** 2.º Suplemento. N.º 88 (1918-04-26), p. 471-510. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/08802/04710510.pdf>>

DECRETO n.º 4 249. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 101 (1918-05-10), p. 689-727. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/05/10101/06890727.pdf>>

DECRETO n.º 6 308. **D.R. I Série.** N.º 264 (1919-12-27), p. 2585-2596. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/12/26400/25852596.pdf>>

LEI n.º 946. **D.R. I Série.** N.º 39 (1920-02-23), p. 296. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1920/02/03900/02960296.pdf>>

DECRETO n.º 7 027. **D.R. I Série.** N.º 207 (1920-10-15), p. 1332-1337. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20700/13321337.pdf>>

DECRETO n.º 7 036. **D.R. I Série.** N.º 209 (1920-10-17), p. 1363-1385. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20900/13631385.pdf>>

DECRETO n.º 10 349. **D.R. I Série.** N.º 264 (1924-11-25), p. 1791-1801. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1924/11/26400/17911801.pdf>>

DECRETO n.º 20 526. **D.R. I Série.** N.º 266 (1931-11-18), p. 2519-2535. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1931/11/26600/25192535.pdf>>

DECRETO n.º 21 076. **D.R. I Série.** N.º 84 (1932-04-09), p.587-588. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1932/04/08400/05870588.pdf>>

DECRETO n.º 21 444. **D.R. I Série.** 2.º Suplemento. N.º 155 (1932-07-05). [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdfgratis/1932/07/15502.pdf>>

DECRETO n.º 21 454. **D.R. I Série.** N.º 157 (1932-07-07), p. 1403-1404. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1932/07/15700/14031404.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 22 788. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 144 (1933-06-29), p. 1215-1217. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1933/06/14401/12151217.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 22 873. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1463. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1933/07/16501/14631463.pdf>>

DECRETO n.º 22 876. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1464. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1933/07/16501/14641464.pdf>>

DECRETO n.º 26 166. **D.R. I Série.** N.º 303 (1935-12-30), p. 1975-1977. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1935/12/30300/19751977.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 27 207. **D.R. I Série.** N.º 269 (1936-11-16), p. 1425-1451. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1936/11/26900/14251451.pdf>>

PORTARIA n.º 8 567. **D.R. I Série.** N.º 288 (1936-12-09), p. 1624. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1936/12/28800/16241624.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 30 692. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 199 (1940-08-27). [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1940/08/19901/09850985.pdf>>

DECRETO n.º 30 707. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 200 (1940-08-28). [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1940/08/20001/09980998.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 32 439. **D.R. I Série.** N.º 272 (1942-11-24), p. 1433-1434. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1942/11/27200/14331434.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 33 546. **D.R. I Série**, N.º 37 (1944-02-23), p. 150. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1944/02/03700/01500150.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 40 721. **D.R. I Série**, N.º 163 (1956-08-02), p.1258-1268. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1956/08/16300/12581268.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 41 380. **D.R. I Série**, N.º 263 (1957-11-20), p. 1136-1150. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1957/11/26300/11361150.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 41 825. **D.R. I Série**, N.º 177 (1958-08-13), p. 890. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1958/08/17700/08900890.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 46 913. **D.R. I Série**, N.º 66 (1966-03-19), p. 390-396. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1966/03/06600/03900396.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 49 122. **D.R. I Série**, N.º 164 (1969-07-15), p. 843. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1969/07/16400/08430843.pdf>>

DECRETO n.º 100/70. **D.R. I Série**, N.º 61 (1970-03-13), p. 303-304. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1970/03/06100/03030304.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 108/74. **D.R. I Série**, N.º 63 (1974-03-15), p. 350-351. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/03/06300/03500351.pdf>>

LEI n.º 1/74. **D.R. I Série**, Suplemento, N.º 97 (1974-04-25), p. 582(1). [Em linha]. [Consult. 12 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/04/09701/0001001.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 203/74. **D.R. I Série**, N.º 113 (1974-05-15), p. 623-627. [Em linha]. [Consult. 12 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/11300/06230627.pdf>>

DECRETO n.º 205/74. **D.R. I Série**, N.º 113, Série I de 1974-05-15, p. 627. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/11300/06270627.pdf>>

DECRETO n.º 224/74. **D.R. I Série**, N.º 124 (1974-05-28). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/12400/06610661.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 240/74. **D.R. I Série.** N.º 131 (1974-06-05), p. 687-688. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/06/13100/06870688.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 329-A/74. **D.R. I Série.** 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(16)-810(19). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00150019.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 329-B/74. **D.R. I Série.** 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(19)-810(20). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00190020.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 329-C/74. **D.R. I Série.** 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(20)-810(21). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00200021.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 329-D/74. **D.R. I Série.** 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(21)-810(22). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00210022.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 338/74. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 166 (1974-07-18), p. 826(1)-826(2). [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/16601/00010002.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 539/74. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 238 (1974-10-12), p. 1214(2)-1214(5). [Em linha]. [Consult. 14 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1974/10/23801/00020005.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 158-A/75. **D.R. I Série.** 2.º Suplemento. N.º 72 (1975-03-26), p. 466(4)-466(5). [Em linha]. [Consult. 14 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1975/03/07202/00040005.pdf>>

DECRETO n.º 683-A/76. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 213 (1976-09-10), p. 2144(1)-2144(3). Orgânica do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1976/09/21301/00010003.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 207/77. **D.R. I Série.** N.º 121 (1977-05-25), p. 1215. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1977/05/12100/12151215.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 221/77. **D.R. I Série.** N.º 124 (1977-05-28), p. 1250-1263. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1977/05/12400/12501263.pdf>>

DECRETO Regulamentar n.º 78/77. **D.R. I Série.** N.º 273 (1977-11-25), p. 2813-2818. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:

<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1977/11/27300/28132818.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 546/77. **D.R. I Série.** N.º 302 (1977-12-31), p. 3156-3157. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1977/12/30200/31563157.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 41-A/78. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 55 (1978-03-07), p. 482(1)-482(3). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1978/03/05501/00010003.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 300-A/78. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 226 (1978-09-30), p. 2062(1)-2062(2). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1978/09/22601/00010002.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 320/78. **D.R. I Série.** N.º 254 (1978-11-04), p. 2326. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1978/11/25400/23262326.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 448/78. **D.R. I Série.** 5.º Suplemento. N.º 299 (1978-12-30), p. 2798-(70)-2798(71). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1978/12/29905/00700071.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 386/79. **D.R. I Série.** N.º 217 (1979-09-19), p. 2398-2400. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1979/09/21700/23982400.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 411/79. **D.R. I Série.** N.º 225 (1979-09-28), p. 2535-2537. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1979/09/22500/25352537.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 3/80. **D.R. I Série.** N.º 32 (1980-02-07), p. 122-124. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1980/02/03200/01220124.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 28/81. **D.R. I Série.** N.º 36 (1981-02-12), p. 409-412. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1981/02/03600/04090412.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 230-A/81. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 170 (1981-07-27), p. 1918(4). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1981/07/17001/00040004.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 290/81. **D.R. I Série.** N.º 236 (1981-10-14), p. 2727-2731. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1981/10/23600/27272731.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 293/82. **D.R. I Série.** N.º 171 (1982-07-27), p. 2228-2234. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1982/07/17100/22282234.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 344-A/83. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 169 (1983-07-25), p. 2744(1)-2744(7). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/16901/00010007.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 451/83. **D.R. I Série.** N.º 297 (1983-12-27), p. 4118. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1s/1983/12/29700/41184118.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 388/84. **D.R. I Série.** N.º 284 (1984-12-10), p. 3750-3751. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1s/1984/12/28400/37503751.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 84-A/85. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 75 (1985-03-30), p. 868(1)-868(3). [Em linha]. [Consult. 19 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/03/07501/00010003.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 497/85. **D.R. I Série.** N.º 290 (1985-12-17), p. 4177-4183. [Em linha]. [Consult. 19 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/12/29000/41774183.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 310-A/86. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 219 (1986-09-23), p. 2698(1)-2698(2). [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1986/09/21901/00010008.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 329/87. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 219 (1987-09-23), p. 3632(2)-3632(6). [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1987/09/21901/00020006.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 447/88. **D.R. I Série.** N.º 284 (1988-12-10), p. 4885. Revoga o DECRETO-LEI n.º 29/72, de 24 de Janeiro. [Em linha]. [Consult. 12 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1988/12/28400/48854885.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 451/91. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 279 (1991-12-04), p. 6372(2)-6372(5). [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1991/12/279A01/00020005.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 16/93. **D.R. I Série-A.** N.º 19 (1993-01-23), p. 264-270. [Em linha]. [Consult. 12 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1993/01/019A00/02640270.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 94/93. **D.R. I Série-A.** N.º 78 (1993-04-02), p. 1641-1645. [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1993/04/078A00/16411645.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 296-A/95. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 266 (1995-11-17), p. 7084(2)-7094(7). [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1995/11/266A01/00020007.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 74/96. **D.R. I Série-A.** N.º 139 (1996-06-18), p. 1554-1559. [Em linha]. [Consult. 22 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1996/06/139A00/15541559.pdf>>

LEI n.º 107/2001. **D.R. I Série-A.** N.º 209 (2001-09-08), p. 5808-5829. [Em linha]. [Consult. 12 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 47/2004. **D.R. I Série-A.** N.º 53 (2004-03-03), p. 1161-1162. [Em linha]. [Consult. 12 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2004/03/053A00/11611162.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 215-A/2004. **D.R. I Série-A.** Suplemento. N.º 208 (2004-09-03), p. 5912(2)-5912(9). [Em linha]. [Consult. 22 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2004/09/208A01/00020009.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 79/2005. **D.R. I Série-A.** N.º 74 (2005-04-15), p. 2979-2986. [Em linha]. [Consult. 23 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/074A00/29792986.pdf>>

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 39/2006. **D.R. I Série-B.** N.º 79 (2006-04-21), p. 2834-2866. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/04/079B00/28342866.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 207/2006. **D.R. I Série.** N.º 208 (2006-10-27), p. 7473-7483. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/74737483.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 209/2006. **D.R. I Série.** N.º 208 (2006-10-27), p. 7492-7501. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/74927501.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 32/2008. **D.R. I Série.** N.º 39 (2008-02-25), p. 1213-1215. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03900/0121301215.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 160/2008. **D.R. I Série.** N.º 153 (2008-08-08), p. 5359-5367. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15300/0535905367.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 44/2009. **D.R. I Série.** N.º 31 (2009-02-13), p. 1049-1050. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03100/0104901050.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 321/2009. **D.R. I Série.** N.º 239 (2009-12-11), p. 8628-8634. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/12/23900/0862808634.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 86-A/2011. **D.R. I Série.** Suplemento. N.º 132 (2011-07-12), p. 3996(2)-3996(7). [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13201/0000200007.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 7/2012. **D.R. I Série.** N.º 12 (2012-01-17), p. 214-229. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01200/0021400229.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 29/2013. **D.R. I Série.** N.º 37 (2013-02-21), p. 1108. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/03700/0110801108.pdf>>

DECRETO-LEI n.º 119/2013. **D.R. I Série.** N.º 160 (2013-08-21), p. 5009-5020. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16000/0500905020.pdf>>

2. Dicionários, Normas, Inventários, Relatórios

ALVES, Ivone [et al.] - Dicionário de terminologia arquivística. 1ª ed. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ISDF: International Standard for Describing Functions. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPPS, 2007

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. 1.ª ed. Paris: ICA/CBPS, 2008

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – Progress report for revising and harmonising ICA descriptive standards. [Em linha]. [Consult. 17 jul. 2013]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.ica.org/13155/standards/cbps-progress-report-for-revising-and-harmonising-ica-descriptive-standards.html>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards. Sub-committee on archival description – Relationships in archival descriptive systems. [Em linha]. [Consult. 17 jul. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>>

ISO 639-2. 1998 – Codes for the representation of names of languages, Alpha – 3 code. Geneve: ISO

ISO 8601. 2004, Data elements and interchange formats - Information interchange: representation of dates and times. Geneva: ISO

ISO 15924. 2004 – Codes for the representation of names of scripts. Geneve: ISO

NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ

NP 405-2. 1998, Informação e documentação – Referências bibliográficas: material não livro. Lisboa: IPQ

NP 405-3. 2000, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos não publicados. Lisboa: IPQ

NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ

NP 4036. 1992, Documentação – Tesouros monolingues: Directivas para a sua construção e desenvolvimento. Lisboa: IPQ

NP 4041. 2005, Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: IPQ

NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ

PENTEADO, Pedro (coord.) - Situação dos sistemas de arquivo da ACE. Questionários 2010. Relatório Final. Lisboa: DGARQ, 2010. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW:

<http://dgarq.gov.pt/files/2011/05/Relatorio_questionarios_ACE_2010_v1.2.pdf>

PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). Lisboa: DGARQ, 2008 [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf>>

PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 1: Modelo Conceptual. Lisboa: DGARQ, 2008 [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_mc.pdf>

PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos – Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: Modelo Lógico. Lisboa: DGARQ, 2008 [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_ml.pdf>

PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf>

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística - Ministério da Agricultura (1ª. incorporação). [Dactilografado]. Lisboa: IAN/TT, 2004

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: instituições contemporâneas. Vol. V. Lisboa: IAN/TT, 2004.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral - Inventário dos documentos do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2002

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Secretaria-Geral – Reorganização dos arquivos MAMAOT: relatório preliminar de avaliação. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2013

SANTOS, M.L. Lima dos e PEREIRA, M. Halpern (coord.) – Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central. Lisboa: OAC, IAN/TT, 2003

SEBORRO, Manuel (coord.) – Cereais em Portugal no século XX. Instrumentos de pesquisa para a história dos organismos responsáveis pela política cerealífera em Portugal no século XX. Lisboa: MADRP, 2001

SERRÃO, Joel (coord.) – Roteiro das Fontes da história portuguesa contemporânea. Lisboa: INIC, 1984-1989

3. Estudos

ACÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA: Agosto de 1950 a Dezembro de 1954. Lisboa: Editorial Império, 1955

BAPTISTA, Fernando Oliveira – Portugal 1975: os campos. Porto: Afrontamento, 1978

BARRETO, António – Discursos na construção de um Ministério. Colecção «Política de Agricultura e Pescas». Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas, 1997

BONAL ZAZO, J. L. – La descripción archivística normalizada, origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Ed. Trea, 2001

BUSHEY, Jessica – International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM): open-source software for archival description. 2012. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW:

<URL:https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf>

CASTELO, Cláudia – Os arquivos do nosso (des)contentamento. **História**, Ano XVI (Nova Série), N.º 1 (1994), p. 72-75

CASTELO, Cláudia – Investigação em Ciências Sociais e acesso aos documentos da Administração Pública. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 8, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão: actas [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2004

CASTELO, Cláudia – Os arquivos como instrumento de controlo democrático. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9, Ponta Delgada (Açores), 2007 – Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2007

CASTILHO, Artur – O orçamento do Ministério da Agricultura para 1926-1927. Trabalhos Parlamentares. Porto: Imprensa Moderna, 1930

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – Declaração Universal sobre os Arquivos. [Em linha]. [Consult. 26 set. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2011/12/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-sobre-os-Arquivos_PT1.pdf>

COOK, Terry – The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**. N. 35 (Spring 1993), p. 24-37. [Em linha]. [Consult. 05 jul. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11882/12835>>

DOMINGUES, Manuel – Mudança organizacional da administração pública. O caso do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1.ª Parte: Metodologia, objectivos e política de actuação. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Secretaria-Geral, 1987

DUCHEIN, Michel – «Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques». In **Études d'archivistique: 1957-1992**. Paris: Association des Archivistes français, 1992, p. 9-34

DURANCE, Cynthia J. – Authority control: beyond a bowl of alphabet soup. **Archivaria**. N. 35 (Spring 1993), p. 38-46. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11883/12836>>

DURANTI, Luciana - Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**. N. 35 (Spring 1993), p. 47-54. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>>

EDMONDSON, Ray – Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do património documental. [Em linha]. Ed.revisada 2002. [S.l.]: UNESCO, 2002. [Consult. 12 Out. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>

FREIRE, Dulce - Na câmara escura dos arquivos de fotografia. **História**. Ano XVI (Nova Série), N.º 2 (1994), p. 68-74

FREIRE, Dulce - A extinção do Instituto Português de Arquivos foi “um erro trágico”. **História**. Ano XVII (Nova Série), N.º 7 (1995), p. 12-15

FREIRE, Dulce - A memória do século XX vai perder-se. **História**. Ano XVII (Nova Série), N.º 7 (1995), p. 16-19

FREIRE, Dulce - Por uma rede nacional de arquivos. **História**. Ano XVII (Nova Série), N.º 7 (1995), p. 20-23

FREIRE, Dulce - Instituto da Vinha e do Vinho: espólio disperso a salvaguardar. **História**. Ano XX (Nova Série), N.º 8 (1998), p. 66-70

FREIRE, Dulce – Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento, História (História Económica e Social Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007

GOMES, Mário Azevedo – Dois meses no Ministério da Agricultura. Lisboa: Seara Nova, 1924

GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000

GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os governos da República. 1910-2010. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos, 2011

HENRIQUES, Maria de Lurdes (coord.) – Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores. Mesas-redondas na Torre do Tombo. Lisboa: IAN/TT, 2004

LACERDA, Silvestre, HENRIQUES, Cecília e SALGADO, José Maria – «Reorientando la política de salvaguarda y valoración del patrimonio archivístico del sector público», in HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis e PENTEADO, Pedro (dir.) – Memorias de Portugal: la experiencia archivística portuguesa. **Tabula**. N.º 8 (2005), p. 35-41.

LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern (coord.) - Arquivo e Historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988

LEROUX, Sébastien, et al. - Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas. interoperabilidade e operação colaborativa. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 11, Lisboa, 2012 – Integração, Acesso e Valor Social: Atas. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/338>>

PAULO, Jorge Afonso Silva – «La actividad legislativa y su impacto en los archivos portugueses», in HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis e PENTEADO, Pedro (dir.) – Memorias de Portugal: la experiencia archivística portuguesa. **Tabula**. N.º 8 (2005), p. 11-24

PENTEADO, Pedro - «Gestión de documentos de archivo en la Administración Central: desarrollo y desafíos en un contexto cambiante», in HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis e PENTEADO, Pedro (dir.) – Memorias de Portugal: la experiencia archivística portuguesa. **Tabula**. N.º 8 (2005), p. 55-68

PENTEADO, Pedro – “A nova arquitectura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos”. **Cadernos BAD**. N.º 2 (2006), p. 14-29. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/PPenteadoCBAD206.pdf>>

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Boletim dos Arquivos Nacionais. N.º 14 (2005), p.1-12. [Em linha]. [Consult. 26 set. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/boltt_14.pdf>

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos – Boletim DGARQ. N.º 11 (2009), p.1-12. [Em linha]. [Consult. 26 set. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/DGARqBolt-11.pdf>>

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos – Boletim DGARQ. N.º 18 (2011), p.1-16. [Em linha]. [Consult. 26 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/Boletim-DGARQ-n%C2%BA-18.pdf>>

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos – Boletim DGARQ. N.º 19 (2011), p.1-16. [Em linha]. [Consult. 26 set. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/Boletim-DGARQ-n%C2%BA-19.pdf>>

PORTUGAL. Ministério da Agricultura – 75 anos do Ministério da Agricultura. 1918-1993. Catálogo da Exposição Comemorativa. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1993

PORTUGAL. Ministério da Agricultura e Pescas. Instituto Nacional de Investigação Agrária – O Instituto Nacional de Investigação Agrária. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas. Instituto Nacional de Investigação Agrária, 1979

RIBEIRO, Fernanda – Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1996

ROE, Kathleen - Enhanced Authority Control: Is It Time?. **Archivaria**. N. 35 (Spring 1993), p. 119-129. [Em linha]. [Consult. 05 jul. 2013]. Disponível em WWW:
<URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11891/12844>>

RUNA, Lucília – A Descrição Arquivística. In CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.) – **Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales**. Madrid: CAA, 2011, p. 161-214.

RUNA, Lucília – Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS E ARQUIVISTAS, 9, Lisboa, 2007 - Bibliotecas e Arquivos - Informação para a Cidadania, o Desenvolvimento e a Inovação. [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2007

RUNA, Lucília e SOUSA, Joana Braga – Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. **Cadernos BAD**. N.º 2 (2003), p. 80-108. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013] Disponível em WWW:
<URL:<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22003/Runa.pdf>>

SANTOS, Paulo José de Oliveira – As atribuições das Secretarias-Gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental. Lisboa: FL-UL, 2009. Tese de Mestrado. [Em linha]. [Consult. 01 ago. 2013]. Disponível em WWW:
<URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/491>>

SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda – Das “Ciências Documentais” à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008

SILVA, Malheiro da *et al.* – Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 2002

SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito – Contributo para a construção do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 2008. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística

SIMÕES, Sérgio Manuel Duarte Simões - Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo. Lisboa: Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Biblioteconomia e Documentação

SUBTIL, José – O Ministério das Finanças (1801-1996). Estudo orgânico e funcional. Lisboa: Gabinete do Ministro. Ministério das Finanças, 1996

THIBODEAU, Sharon - Archival context as archival authority record: the ISAAR(CPF). **Archivaria**. N. 40 (Fall 1995), p. 75-85. [Em linha]. [Consult. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12097/13084>>

TRINDADE, Cátia João Matias – A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística.

VAN GARDEREN, Peter – The ICA-AtoM project and technology. 2009. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2013] Disponível em WWW:

<URL:https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICA-AtomProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf>

4. Sítios Web

ARCHIVES PORTAL EUROPE – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.archivesportaleurope.net/home>>

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES-INTERSINDICAL NACIONAL - Centro de Arquivo e Documentação. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://cad.cgtp.pt/>>

FICHEIRO NACIONAL DE AUTORIDADES ARQUIVÍSTICAS – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://autoridades.arquivos.pt>>

GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://censoarchivos.mcu.es>>

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Instituto de Ciências Sociais – Arquivo de História Social. Sítio Web. [Consult. 19 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://arquivohistoricosocial.ics.ul.pt>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ica.org>>

PORTAL PORTUGUÊS DE ARQUIVOS – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://portal.arquivos.pt>>

PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>

PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://dgarq.gov.pt>>

PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 10 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>>

REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS – Sítio Web. [Consult. 15 jul. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://arquivos.pt>>

APÊNDICES

Apêndice A.

Critérios aplicados na criação dos Registos de Autoridade Arquivística para as entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013).....ii-xv

Apêndices B.

Registos de Autoridade Arquivística correspondentes a cada uma das entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013) e que constituem a proposta de contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA).....xvi-cxvi

Apêndices C.

Proposta de preenchimento do elemento de informação “Estruturas Internas” (Zona da Descrição) mediante a introdução de um recurso gráfico, o organograma.....cxvii

Apêndice A.

Critérios aplicados na criação dos Registos de Autoridade Arquivística para as entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013)

Zona da Identificação		
Tipo de entidade	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é a identificação do tipo de entidade descrita enquanto pessoa coletiva, pessoa singular ou família.</p> <p>Perante as definições atribuídas a cada um dos tipos possíveis de entidades, todas as entidades descritas no âmbito desta dissertação provaram ser do tipo “pessoa coletiva”, uma vez que, enquanto ministérios, são organismos governamentais com poderes e mandatos definidos por diploma legal e dotados de poder de decisão na área das suas competências.</p> <p>Para além disso, e como fica explícito ao longo desta dissertação, todas as entidades coletivas são aqui descritas na qualidade de produtoras de fundos arquivísticos¹.</p>
Formas autorizadas do nome	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é a criação de um ponto de acesso nominal autorizado que identifique de forma unívoca a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família.</p> <p>Para cada pessoa coletiva aqui descrita foi criada uma forma autorizada do nome, correspondendo ao nome formal definido nos respetivos diplomas legais de criação e respeitando as orientações presentes na III Parte das ODA, relativa à Escolha e construção de pontos de acesso normalizados.</p> <p>Os pontos de acesso normalizados referentes aos nomes das pessoas coletivas descritas encontram-se estruturados de modo a permitir uma identificação unívoca de cada uma.</p> <p>Assim se justifica a presença das seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome de jurisdição. As pessoas coletivas aqui descritas são instituições de topo da administração central, estando associadas a uma jurisdição nacional. Tendo em conta que o nome dessa jurisdição não é parte integrante do

¹ Para a definição de “pessoa coletiva” e de “produtor” veja-se: PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 216-217.

		<p>nome da pessoa coletiva, o nome formal da jurisdição (Portugal) consta como primeiro elemento do ponto de acesso normalizado².</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome da pessoa coletiva. Os nomes das pessoas coletivas aqui descritas foram determinados de acordo com os nomes atribuídos pelos respetivos diplomas legais de criação, organização, funcionamento e extinção³. • Qualificativo “data”. Componente obrigatória do ponto de acesso normalizado do nome da pessoa coletiva. No caso dos nomes das pessoas coletivas aqui descritas, este qualificativo revelou-se fundamental para criar a identificação unívoca de entidades com o mesmo nome, mas com datas de existência diferentes. As datas apresentadas correspondem às datas extremas dos anos de existência de cada uma das pessoas coletivas e foram determinadas através da consulta dos respetivos diplomas legais de criação, organização, funcionamento e extinção⁴. <p>As componentes foram registadas pela ordem acima estabelecida, sendo separadas por um ponto (.).</p> <p>Exemplo de forma autorizada de nome para duas pessoas coletivas descritas, em que o qualificativo “data” permite a sua identificação unívoca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940 • Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
Formas paralelas do nome	OA	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as diferentes formas autorizadas do nome das entidades descritas noutras línguas ou escritas.</p> <p>Tendo em conta que as pessoas coletivas aqui descritas não possuíram nomes oficiais em outras línguas, o preenchimento deste elemento não foi efetuado.</p>
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	OP	<p>Este elemento de informação, sendo opcional para a descrição de nível de detalhe médio, não foi preenchido para as pessoas coletivas aqui descritas.</p>

² Cf. *Ibidem*, p. 292.

³ Cf. *Ibidem*, p. 302.

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 301.

Outras formas do nome	OA	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar qualquer outro nome ou nomes da pessoa coletiva, não registados nos outros elementos de informação da Zona da Identificação. Sendo um elemento obrigatório se aplicável numa descrição de nível de detalhe médio, foi preenchido para as pessoas coletivas em cujos diplomas legais de criação, organização, funcionamento ou extinção se verificou a utilização de acrónimos.</p> <p>Exemplo de uma pessoa coletiva descrita, cuja lei orgânica consagra o respetivo acrónimo como nome alternativo:</p> <p>Formas autorizadas do nome:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011- <p>Outras formas do nome:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MAMAOT
Identificadores para pessoas coletivas	OA	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar a identificação numérica ou alfanumérica da pessoa coletiva descrita, ou seja o seu NIPC (número de identificação de pessoa coletiva).</p> <p>Este elemento de informação é de carácter obrigatório se aplicável para descrições de nível de detalhe médio e apenas pode ser fornecido para pessoas coletivas contemporâneas. Tendo em conta a natureza das pessoas coletivas aqui descritas (ministérios) e o facto de nenhuma das pessoas coletivas estar ativa, optou-se pelo não preenchimento deste elemento de informação.</p>
Zona da Descrição		
Datas de existência/atividade	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar as datas de existência/atividade da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família.</p> <p>Para as pessoas coletivas descritas no âmbito desta dissertação foram registadas as respetivas datas de existência, definidas pelos diplomas legais de criação e extinção.</p> <p>Dada a natureza precisa dos referidos diplomas legais</p>

		<p>foram registadas as datas extremas exatas, incluindo o ano, mês e dia⁵.</p> <p>As datas foram registadas de acordo com a norma NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ.</p> <p>Formato utilizados para as datas extremas exatas:</p> <p>AAAA-MM-DD – AAA-MM-DD</p>
História	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é fornecer uma história concisa da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família.</p> <p>O preenchimento deste elemento para as pessoas coletivas aqui descritas foi feito respeitando o princípio da não repetição de informação.</p> <p>Assim, as informações relativas aos elementos Lugares; Estatuto Legal; Funções, ocupações e atividades; Mandatos/Fontes de Autoridade; Estruturas internas/Genealogia e Contexto Geral foram registadas nos devidos campos, tendo sido definido <i>a priori</i> o tipo de informação a registar no elemento História, bem como a ordem pela qual esta seria registada:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informação sobre as circunstâncias de criação; 2. Informação sobre as circunstâncias de reestruturação ou incorporação de serviços ou organismos relevantes; 3. Informação sobre as circunstâncias de extinção; 4. Identificação do(s) ministro(s) em funções durante o seu período de existência. <p>As fontes de informação utilizadas para o preenchimento deste elemento foram os respetivos diplomas legais de criação, organização, funcionamento, reestruturação e extinção⁶.</p>
Lugares	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar os lugares onde a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família estiveram sediadas, residiram, desenvolveram</p>

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 228-231.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 233-238.

		<p>ou mantiveram as suas atividades.</p> <p>No caso das pessoas coletivas descritas no âmbito desta dissertação, correspondendo estas a instituições de topo da administração central, estiveram sediadas na capital de Portugal (Lisboa).</p> <p>Optou-se pela utilização de pontos de acesso normalizados para os nomes geográficos. O nome dos lugares foi registado de acordo com a Parte III das ODA relativa à Escolha e construção de pontos de acesso normalizados para as entidades geográficas.</p> <p>Assim, para todas as pessoas coletivas aqui descritas, este elemento de informação surge com a indicação do nome do lugar de sede, seguido do qualificativo “jurisdição subordinante”⁷:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lisboa (Portugal).
Estatuto legal	OA	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar o estatuto legal da pessoa coletiva.</p> <p>Para as pessoas coletivas aqui descritas (todas de estatuto legal público) foi aplicada, sempre que possível, uma linguagem controlada e utilizada uma terminologia uniforme que definisse com exatidão o seu estatuto legal.</p> <p>A determinação de tal terminologia teve como fontes os diplomas legais de criação, organização ou funcionamento das entidades descritas.</p>
Funções, ocupações, atividades	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as funções, ocupações e atividades desenvolvidas pela pessoa coletiva, pela pessoa singular ou pela família.</p> <p>Para as pessoas coletivas descritas no âmbito desta dissertação, foram registadas, segundo o determinado pelos respetivos diplomas legais de criação, organização e funcionamento, as informações relativas à sua missão, funções, competências, atribuições e esfera de atividade⁸.</p>

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 343.

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 243-245.

Mandatos / Fontes de autoridade	OA	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar as fontes de autoridade onde foram determinados os poderes, funções, esfera de atividade da pessoa coletiva, pessoa singular ou família.</p> <p>No caso das pessoas coletivas aqui descritas foram registadas, por ordem cronológica e segundo as normas de citação estabelecidas pela NP-405⁹, os diplomas legais de criação, organização, alteração, funcionamento e extinção, que serviram de fonte à obtenção das informações necessárias para o preenchimento dos elementos de informação referentes a cada uma das pessoas coletivas descritas¹⁰.</p>
Estruturas internas / Genealogia	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar as estruturas administrativas internas de uma pessoa coletiva ou a genealogia de uma família.</p> <p>No caso das pessoas coletivas aqui descritas, a proposta apresentada visa a introdução de um recurso gráfico que permita um imediato conhecimento da estrutura administrativa interna de cada uma das entidades. O referido recurso gráfico, além de possibilitar uma maior uniformização da informação apresentada e facilitar a sua consulta, permite retratar com rigor qualquer alteração significativa à estrutura inicial da respetiva pessoa coletiva.</p> <p>Assim, para cada uma das pessoas coletivas aqui descritas foi criado um organograma que representa a sua estrutura à data da criação. Nos casos em que ocorreu uma reestruturação profunda da entidade, sem que tal implicasse a sua extinção, foi criado um segundo organograma ilustrativo de tal transformação.</p> <p>As fontes de informação para o preenchimento deste elemento de informação foram os diplomas legais de criação, organização, reestruturação e extinção das respetivas entidades¹¹.</p>

⁹ Cf. NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ e NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ.

¹⁰ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 246-247.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 248-249.

Contexto geral	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é registrar informação significativa sobre o contexto social, cultural, económico, político, histórico, ou outro, no qual a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família desenvolveram a sua atividade¹².</p> <p>Para o preenchimento deste elemento de informação recorreu-se a vocabulário controlado e uniformizado, que permitisse enquadrar cada uma das pessoas coletivas aqui descritas na conjuntura global da época em que foram criadas e exerceram a sua atividade.</p> <p>Uma vez que no elemento História foi fornecida informação acerca do contexto específico de criação, atividade e extinção de cada uma das entidades, aqui a proposta passa por registrar, de modo controlado, o cenário internacional ou nacional em que teve lugar a sua existência.</p> <p>O cenário internacional apenas foi registado quando particularmente relevante para a atividade da respetiva pessoa coletiva. Já o cenário nacional foi registado tendo em conta a natureza das pessoas coletivas aqui descritas. Sendo organismos da Administração Central e estando a sua criação, atividade e extinção intimamente ligadas às reestruturações e mudanças governamentais e políticas do país, a proposta de preenchimento do Contexto Geral prendeu-se com termos que designassem de modo uniforme e controlado a respetiva conjuntura política e governamental.</p> <p>Assim, e como exemplo, para a pessoa coletiva Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932, o elemento Contexto Geral foi preenchido do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • I Guerra Mundial (porque define o contexto internacional determinante para a criação do ministério); • Sidonismo (1917-1918). Ditadura Militar (1926-1928). Ditadura Nacional (1928-1933) (porque designam os mais significativos períodos políticos e governamentais durante os quais esta entidade foi criada e exerceu a sua atividade).
----------------	---	---

¹² Cf. *Ibidem*, p. 250.

		As fontes de informação para o preenchimento deste elemento foram, não só os diplomas legais das respetivas pessoas coletivas (fontes primárias), mas também as fontes secundárias (obras, estudos) que permitiram definir o enquadramento geral e as denominações consagradas para a criação de vocabulário controlado adequado.
Zona das Relações		
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar os nomes das entidades que, de algum modo, estão relacionadas com a pessoa coletiva, a pessoa singular ou a família descritas. Este registo é feito utilizando a Forma autorizada do nome das entidades relacionadas e/ou o Identificador do registo de autoridade das referidas entidades relacionadas¹³.</p> <p>Para as pessoas coletivas aqui descritas foi estabelecida a relação com outras entidades, utilizando a sua Forma autorizada do nome.</p>
Tipo de relação	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar o tipo de relação existente entre a entidade descrita e a pessoa coletiva, pessoa singular ou família relacionada.</p> <p>De entre os vários tipos de relação existentes entre entidades, foram identificadas, para o caso das pessoas coletivas aqui descritas, relações do tipo Cronológica, uma vez que as entidades descritas correspondem a pessoas coletivas que se sucederam no tempo, herdando competências, funções e atividades.</p> <p>No preenchimento deste elemento de informação foi utilizada a linguagem controlada estabelecida pelas ODA¹⁴.</p>
Descrição da relação	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é registar a natureza específica da relação existente entre a entidade descrita e a pessoa coletiva, pessoa singular ou família relacionada.</p> <p>Dentro das relações do tipo Cronológica foram</p>

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 251-252.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 253-254.

		<p>identificadas, para as pessoas coletivas aqui descritas, as seguintes naturezas específicas: predecessor e sucessor.</p> <p>No preenchimento deste elemento de informação foi utilizada a linguagem controlada estabelecida pelas ODA¹⁵.</p>
Datas da relação	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as datas de duração da relação com outras pessoas coletivas, pessoas singulares ou famílias.</p> <p>Para o caso das pessoas coletivas aqui descritas e das suas relações, foi registada a data em que ocorreu a transição (extinção da predecessora e criação da sucessora e vice-versa) entre as entidades relacionadas.</p> <p>Os diplomas legais que serviram de fonte de informação ao preenchimento deste elemento permitiram a identificação de uma data completa (AAA-MM-DD), que foi registada de acordo com a norma NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ¹⁶.</p>
Zona do Controlo		
Identificador do registo de autoridade	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é criar um identificador unívoco para o registo de autoridade arquivística.</p> <p>Apesar de ser um elemento de preenchimento obrigatório, o Identificador do registo de autoridade não foi criado no âmbito desta dissertação. As pessoas coletivas aqui descritas constituem uma proposta de criação de RAA a integrar no FNAA, não sendo enquadráveis em nenhuma instituição que possa servir de base à criação do respetivo Identificador do registo de autoridade.</p>
Identificadores da instituição	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é a identificação dos serviços responsáveis pela criação do registo de autoridade.</p> <p>À semelhança do elemento de informação anterior, o</p>

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 255-256.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 257.

		elemento Identificadores da instituição não foi criado no âmbito desta dissertação. As pessoas coletivas aqui descritas constituem uma proposta de criação de RAA a integrar no FNAA, não sendo enquadráveis em nenhuma instituição que possa servir de base à criação dos respetivos Identificadores da instituição .
Regras e/ou convenções	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é a identificação das convenções, normas ou regras, nacionais e internacionais, aplicadas na criação do respetivo registo de autoridade arquivística.</p> <p>Tais orientações e normas foram registadas segundo as normas de citação estabelecidas pela NP-405 e correspondem às regras aplicadas para o preenchimento dos seguintes elementos de informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formas autorizadas do nome; • Datas de existência/atividade; • Lugares; • Mandatos / Fontes de autoridade • Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas • Tipo de relação; • Descrição da relação; • Datas da relação¹⁷.
Estatuto	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar o estado de elaboração do registo de autoridade arquivística, para que o utilizador possa perceber o seu estatuto corrente¹⁸.</p> <p>Os registos de autoridade criados no âmbito desta dissertação foram todos considerados versões provisórias.</p>
Nível de detalhe	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar qual o nível de detalhe do registo de autoridade arquivística. Tal nível é determinado pelos elementos de informação que são preenchidos na criação do registo¹⁹.</p> <p>Os registos criados no âmbito desta dissertação detêm todos um nível de detalhe médio, de acordo com o que</p>

¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 265-266.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 267.

¹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 268.

		é praticado pelo FNAA como sendo o nível de detalhe aconselhado para a descrição de produtores.
Datas de criação, revisão ou eliminação	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar as datas de criação, revisão, modificação ou eliminação do registo de autoridade arquivística.</p> <p>No caso dos registos criados no âmbito desta dissertação foram apenas registadas as respetivas datas de criação, uma vez que não houve lugar a revisão, alteração ou eliminação de nenhum dos registos.</p> <p>As datas foram registadas de acordo com a norma NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ</p>
Idiomas e escritas	OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é indicar o idioma e a escrita utilizados para criar o registo de autoridade arquivística.</p> <p>No caso dos registos criados no âmbito desta dissertação, o idioma foi o Português e a escrita, a escrita Latina²⁰.</p>
Fontes	O	<p>O objetivo deste elemento de informação é referir as fontes utilizada na descrição e na criação do registo de autoridade arquivística²¹.</p> <p>No caso específico das pessoas coletivas aqui descritas, as fontes correspondentes aos seus diplomas legais de criação, organização, extinção, ficam já citadas no elemento Mandatos/fontes de autoridade. Por uma questão de respeito ao princípio de não repetição de informação, as fontes legais não foram novamente citadas. Nos casos das pessoas coletivas para as quais foram utilizados outros tipos de fontes, como publicações, sítios web, estas foram aqui citadas, de acordo com as normas NP 405²².</p>

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 270.

²¹ Cf. *Ibidem*, p. 271.

²² Cf. NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ e NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ.

Notas de manutenção	O	<p>O objetivo das Notas de manutenção é fornecer informação acerca da criação e manutenção do registo de autoridade arquivística.</p> <p>O dado mais pertinente a registar neste elemento é o nome da pessoa responsável pela elaboração do registo²³.</p>
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos²⁴		
Identificadores e títulos dos recursos relacionados	O/OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é identificar e/ou estabelecer a ligação, de forma unívoca, entre o registo de autoridade criado e os recursos relacionados.</p> <p>Estes recursos podem ser recursos arquivísticos (fundos documentais produzidos pela entidade descrita, por exemplo), ou outro tipo de recursos, como recursos bibliográficos, audiovisuais, fotográficos, sonoros, arqueológicos, artísticos, bens móveis ou imóveis. Os recursos relacionados mais comuns são os arquivísticos.</p> <p>Para as pessoas coletivas aqui descritas foi estabelecida, sempre que possível, a relação entre estas e os respetivos fundos documentais.</p> <p>Foi sempre registada a designação controlada dos recursos relacionados, seguida do respetivo identificador unívoco, tendo como fontes de informação os respetivos instrumentos de descrição, bases de dados ou sítios web²⁵.</p>

²³ Cf. PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011, p. 272.

²⁴ O preenchimento dos elementos de informação relativos às relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo é obrigatório. Já o registo das relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com outros recursos é opcional (Cf. *Ibidem*, p. 214).

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 273-275.

Tipo de recursos relacionados	O/OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é identificar o tipo dos recursos relacionados que foram registados no elemento anterior.</p> <p>Para o caso das pessoas coletivas aqui descritas foi identificado o tipo de recurso arquivístico (fundos documentais)²⁶.</p>
Natureza das relações	O/OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é identificar a natureza das relações entre o registo de autoridade criado e os recursos relacionados.</p> <p>Para o caso das pessoas coletivas aqui descritas, a natureza da relação com os recursos arquivísticos identificados foi a de produtor²⁷.</p>
Datas dos recursos relacionados e/ou das relações	O/OP	<p>O objetivo deste elemento de informação é identificar as datas dos recursos relacionados e/ou as datas da relação entre o registo de autoridade criado e o recurso relacionado, indicando o seu significado.</p> <p>Para as pessoas coletivas aqui descritas, as datas registadas foram as datas de produção da documentação, tendo estas sido registadas de acordo com a norma NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ²⁸.</p>

²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 276-277.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 278-279.

²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 280-281.

Apêndices B.

Registos de Autoridade Arquivística (RAA) correspondentes a cada uma das entidades ministeriais tutelares da agricultura (1918-2013) e que constituem a proposta de contribuição para o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)

- **Apêndice B.1:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932**
- **Apêndice B.2:** RAA referente a **Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933**
- **Apêndice B.3:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940**
- **Apêndice B.4:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974**
- **Apêndice B.5:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974**
- **Apêndice B.6:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974**
- **Apêndice B.7:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975**
- **Apêndice B.8:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981**
- **Apêndice B.9:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983**
- **Apêndice B.10:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984**
- **Apêndice B.11:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985**
- **Apêndice B.12:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991**
- **Apêndice B.13:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995**
- **Apêndice B.14:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004**
- **Apêndice B.15:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005**
- **Apêndice B.16:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011**
- **Apêndice B.17:** RAA referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013**

Apêndice B.1: Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1918-03-09 - 1932-07-05
História	<p>O Ministério da Agricultura surgiu na consequência de reestruturações governamentais provocadas pela conjuntura da I Guerra Mundial. Tais reestruturações corresponderam à criação de dois novos Ministérios (Ministério da Agricultura e Ministério das Subsistências e Transportes) a fim de se proceder a uma melhor distribuição dos serviços que, à data, compunham os então Ministérios do Comércio e do Trabalho.</p> <p>Uma vez que este Ministério da Agricultura foi a primeira entidade ministerial criada para tutelar especificamente o sector agrícola (até então, este sector tinha sido tutelado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria ou pelo Ministério do Fomento, através das respetivas Direções-Gerais de Agricultura), os seus primeiros anos de existência foram de adaptações e transformações quase constantes, num esforço de centralizar no ministério as várias áreas referentes ao sector agrícola que se encontravam dispersas por outras tutelas ministeriais.</p> <p>Como exemplo deste esforço podem ser, desde logo, apontadas a transferência e incorporação no Ministério da Agricultura da Repartição de Instrução Agrícola e respetivos estabelecimentos de ensino (até então sob a tutela do Ministério de Instrução Pública) e</p>

	<p>dos serviços da Direcção-Geral da Agricultura e da Junta do Crédito Agrícola (oriundos dos Ministérios do Comércio e do Trabalho).</p> <p>A organização dos serviços do Ministério foi primeiramente aprovada em abril de 1918, pelo Decreto n.º 4 151. Globalmente coordenados pela Inspeção-Geral da Agricultura, os serviços foram divididos em serviços internos (Secretaria Geral; Conselho Superior da Agricultura e Repartição de Contabilidade) e serviços externos (Direções e Inspeções). Cada uma destas Direções e respectivas Inspeções, sediadas em Lisboa, administrava superiormente os serviços que lhe estavam subordinados. Listadas neste diploma legal de abril de 1918, surgem nove Direções de Serviços: Direcção da Instrução Agrícola; Direcção dos Serviços Agrícolas; Direcção dos Serviços Florestais e Aquícolas; Direcção dos Serviços Pecuários; Direcção da Hidráulica Agrícola; Direcção dos Serviços Fisiográficos; Direcção da Economia e Estatística Agrícola; Direcção do Crédito e das Instituições Sociais Agrícolas e Direcção do Comércio Agrícola. Logo em maio de 1918 foi publicado o Decreto n.º 4 249, que vinha aprovar nova organização. No entanto, as modificações não foram substanciais e a estrutura básica do Ministério manteve-se a mesma.</p> <p>A reorganização mais significativa foi materializada, em novembro de 1931, pelo Decreto n.º 20 526. Esta reorganização teve como objetivo descentralizar os serviços, dotando os técnicos locais de maior autonomia e responsabilidades; dividir o País em zonas agrícolas e, sobretudo, reorganizar a coordenação dos vários serviços externos e suas Direções. A organização original estava a provocar sobreposição e conflito de interesses entre as várias direções de serviços existentes, sendo um obstáculo à sua intercomunicação. Deste modo, foi criada a Junta de Fomento Rural, que conjuntamente com o Centro de Investigação Agrária, passava a coordenar todos os serviços técnicos do ministério, a fim de estabelecer um plano de ação coeso e com objetivos comuns e que corrigisse a dispersão existente.</p> <p>O Ministério da Agricultura surge inicialmente com uma estrutura não adequada às necessidades do país, demasiado burocrática e sem a devida capacidade executiva. Assim, as transformações operadas entre 1918 e 1932, foram no sentido de reduzir despesas e simplificar serviços; diminuir o número de órgãos centrais; manter os serviços florestais, pecuários e do crédito agrícola e apostar na reforma dos serviços ligados ao ensino e fomento.</p> <p>Este Ministério é extinto em julho de 1932, tendo-lhe sucedido o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p>
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Eng. Eduardo Fernandes de Oliveira (Ministro de 1918-03-09 a 1919-01-27); • Eng. Jorge de Vasconcelos Nunes (Ministro entre 1919-01-27 e 1919-06-29); • Eng. César Justino de Lima Alves (Ministro entre 1919-06-29 e 1920-01-03); • Dr. João Luís Ricardo (Ministro entre 1920-01-03 e 1920-01-21); • Dr. José Domingues dos Santos (Ministro Interino entre 1920-01-03 e 1920-01-21); • Dr. Afonso de Melo Pinto Veloso (Ministro Interino entre 1920-01-15 e 1920-01-15); • Sr. Álvaro de Lacerda (Ministro entre 1920-02-21 e 1920-01-27); • Eng. Jorge de Vasconcelos Nunes (Ministro Interino entre 1920-01-23 e 1920-01-27); • Dr. Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro (Ministro entre 1920-01-27 e 1920-03-08); • Dr. João Luís Ricardo (Ministro entre 1920-03-08 e 1920-06-26); • Dr. João Gonçalves (Ministro entre 1920-06-26 e 1920-07-19); • Dr. António Joaquim Granjo (Ministro entre 1920-07-19 e 1920-11-20); • Eng. José Maria Álvares (Ministro entre 1920-11-20 e 1920-11-30); • Dr. João Gonçalves (Ministro entre 1920-11-30 e 1921-03-02); • Prof. Doutor Bernardino Luís Machado Guimarães (Ministro Interino entre 1921-03-02 e 1921-05-04); • Cap. Mar-e-Guerra Albano Augusto de Portugal Durão (Ministro entre 1921-05-04 e 1921-05-19); • Prof. Doutor Bernardino Luís Machado Guimarães (Ministro Interino entre 1921-05-19 e 1921-05-23); • Sr. Tomé José de Barros Queirós (Ministro Interino entre 1921-05-23 e 1921-05-24); • Eng. Manual de Sousa da Câmara (Ministro entre 1921-05-24 e 1921-08-30); • Dr. Francisco José Fernandes Costa (Ministro Interino entre 1921-08-30 e 1921-09-03); • Eng. António Lobo de Aboim Inglês (Ministro entre 1921-09-03 e 1921-10-19); • Dr. Antão Fernandes de Carvalho (Ministro entre 1921-10-19 e 1921-12-16); • Cap.-Ten. Mariano Martins (Ministro entre 1921-12-16 e 1922-02-06);
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Eng. Ernesto Júlio Navarro (Ministro entre 1922-02-06 e 1922-11-30); • Eng. António Maria da Silva (Ministro Interino entre 1922-11-30 e 1932-01-09); • Sr. Abel Fontoura da Costa (Ministro entre 1923-01-09 e 1923-08-13); • Dr. João Teixeira de Queirós Vaz Guedes (Ministro Interino entre 1923-04-30 e 1923-05-08); • Dr. Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro (Ministro entre 1923-08-13 e 1923-11-15); • Cap. Mar-e-Guerra Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (Ministro entre 1923-11-15 e 1923-12-18); • Dr. António Joaquim Ferreira da Fonseca (Ministro Interino entre 1923-12-18 e 1923-12-24); • Eng. Mário de Azevedo Gomes (Ministro entre 1923-12-24 e 1924-02-28); • Dr. Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro (Ministro entre 1924-02-28 e 1924-07-06); • Cap.-Frag. Alfredo Rodrigues Gaspar (Ministro Interino entre 1924-07-06 e 1924-07-22); • Dr. António Alberto Torres Garcia (Ministro entre 1924-07-22 e 1924-11-22); • Eng. Ezequiel de Campos (Ministro entre 1924-11-22 e 1925-02-15); • Eng. Francisco Coelho do Amaral Reis (Ministro entre 1925-02-15 e 1925-07-01); • Dr. António Alberto Torres Garcia (Ministro entre 1925-07-01 e 1925-08-01); • Dr. Manuel Gaspar de Lemos (Ministro entre 1925-08-01 e 1925-12-17); • Dr. António Alberto Torres Garcia (Ministro entre 1925-12-17 e 1926-05-30); • Alm. José Mendes Cabeçadas Júnior (Ministro Interino entre 1926-05-30 e 1926-06-01); • Gen. Manuel de Oliveira Gomes da Costa (Ministro entre 1926-06-01 e 1926-06-03); • Eng. Ezequiel de Campos (Ministro entre 1926-06-03 e 1926-06-05); • Gen. Felisberto Alves Pedrosa (Ministro entre 1926-06-05 e 1928-04-18); • Eng. Joaquim Nunes Mexia (Ministro entre 1928-04-18 e 1928-07-07); • Major Joaquim Mendes do Amaral (Ministro entre 1928-07-07 e 1928-11-10); • Eng. José Dias de Araújo Correia (Ministro Interino entre 1928-07-16 e 1928-07-18);
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Eng. Pedro de Castro Pinto Bravo (Ministro entre 1928-11-10 e 1929-07-08); • Cor. Henrique Linhares de Lima (Ministro entre 1929-07-08 e 1932-07-05).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	---
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura teve como objetivos globais a promoção e administração do ensino da agricultura nos seus diversos graus; a promoção e o auxílio ao desenvolvimento e melhoria das atividades agrícolas, florestais e pecuárias; a promoção e a garantia da higiene e sanidade pecuárias; o estudo e a divulgação dos princípios económicos úteis ao sector agrícola e favoráveis ao seu desenvolvimento.</p> <p>Os seus objetivos específicos, levados a cabo por cada uma das áreas de serviço especializadas que o compunham, foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços técnicos tiveram como finalidade o estudo das questões técnicas e a execução e coordenação dos trabalhos ao nível de cada direcção; • Os serviços administrativos tiveram como finalidade a administração e execução das funções ligadas à contabilidade, expediente e arquivo de cada direcção; • Os serviços de instrução agrícola tiveram como finalidade ministrar e difundir o ensino da agricultura nos seus diversos níveis, habilitando devidamente recursos humanos para as várias atividades da indústria agrícola e dos serviços agrícolas oficiais; • Os serviços agrícolas tiveram como finalidade promover e auxiliar o desenvolvimento e melhoramento da lavoura, o desbravamento, cultura e colonização dos terrenos baldios e controlar as fraudes no fabrico e comércio de produtos agrícolas; • Os serviços florestais e aquícolas tiveram como finalidade promover e auxiliar o desenvolvimento da riqueza silvícola, da exploração da mata nacional e da aquicultura e pescas em águas interiores; • Os serviços pecuários tiveram como finalidade promover o desenvolvimento da riqueza pecuária nacional e fiscalizar o comércio de produtos de origem animal; • Os serviços de hidráulica agrícola tiveram como finalidade promover o estudo e a execução de obras hidráulicas para o desenvolvimento da agricultura;

	<ul style="list-style-type: none"> • Os serviços fisiográficos tiveram como finalidade o estudo do território nacional do ponto de vista agrológico, climatológico e agrícola; • Os serviços de economia e estatística tiveram como finalidade o estudo e a divulgação das condições físicas e económicas mais propícias ao desenvolvimento das indústrias agrícolas, florestais e pecuárias; • Os serviços do crédito e das instituições sociais agrícolas tiveram como finalidade atribuir os fundos do crédito agrícola e promover o princípio associativo; • Os serviços comerciais agrícolas tiveram como finalidade a promoção e regularização do comércio dos produtos agrícolas nacionais, nacionalizados ou importados.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 3 902. D.R. I Série. N.º 46 (1918-03-09), p. 171-172. Cria os Ministérios da Agricultura e o das Subsistências e Transportes. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1918/03/04600/01710172.pdf>. • Decreto n.º 4 092. D.R. I Série. N.º 80 (1918-04-17), p. 403-404. Transfere para o Ministério da Agricultura, com todo o seu pessoal, receitas e despesas inerentes, a Repartição de Instrução Agrícola e os estabelecimentos de ensino seus dependentes, integrados no Ministério da Instrução Pública pelos decretos de 13 de Outubro de 1913 e 24 de Fevereiro de 1915. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/08000/04030404.pdf>. • Decreto n.º 4 151. D.R. I Série. 2.º Suplemento. N.º 88 (1918-04-26), p. 471-510. Aprova a organização do Ministério da Agricultura, anexa ao mesmo decreto. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/08802/04710510.pdf>. • Decreto n.º 4 249. D.R. I Série. Suplemento. N.º 101 (1918-05-10), p. 689-727. Aprova a organização do Ministério da Agricultura em substituição da que foi aprovada pelo Decreto n.º 4151, publicado em 2.º Suplemento ao Diário n.º 88, de 26 de Abril de 1918. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1918/05/10101/06890727.pdf>. • Decreto n.º 6 308. D.R. I Série. N.º 264 (1919-12-27), p. 2585-2596. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1919/12/26400/25852596.pdf>. • Lei n.º 946. D.R. I Série. N.º 39 (1920-02-23), p. 296. Suspende o decreto com fôrça de Lei n.º 6308, de 27 de Dezembro de 1919, que reorganizou os serviços do

	<p>Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1920/02/03900/02960296.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 7 027. D.R. I Série. N.º 207 (1920-10-15), p. 1332-1337. Aprova a remodelação de serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20700/13321337.pdf>. • Decreto n.º 10 349. D.R. I Série. N.º 264 (1924-11-25), p. 1791-1801. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1924/11/26400/17911801.pdf>. • Decreto n.º 20 526. D.R. I Série. N.º 266 (1931-11-18), p. 2519-2535. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1931/11/26600/25192535.pdf>. • Decreto n.º 21 076. D.R. I Série. N.º 84 (1932-04-09), p.587-588. Rectifica vários artigos do Decreto n.º 20526, que promulga a reorganização dos serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1932/04/08400/05870588.pdf>. • Decreto n.º 21 444. D.R. I Série. 2.º Suplemento. N.º 155 (1932-07-05). [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdfgratis/1932/07/15502.pdf>. • Decreto n.º 21 454. D.R. I Série. N.º 157 (1932-07-07), p. 1403-1404. Determina que os Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura passem respectivamente a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações e Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, e reorganiza os serviços que lhes competem - Extingue no Ministério das Obras Públicas e Comunicações o lugar de Sub-Secretário de Estado e cria igual lugar no Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. [Em linha]. [Consult. 08 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1932/07/15700/14031404.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura em 26 de abril de 1918 (<i>vide</i> Apêndice C.1); • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura após a sua reestruturação em 18 de novembro de 1931 (<i>vide</i> Apêndice C.2).

Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • I Guerra Mundial; • Sidonismo (1917-1918); • Ditadura Militar (1926-1928); • Ditadura Nacional (1928-1933).
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1932-07-05
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ

Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-08 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • CASTILHO, Artur – O orçamento do Ministério da Agricultura para 1926-1927. Trabalhos Parlamentares. Porto: Imprensa Moderna, 1930. • GOMES, Mário Azevedo – Dois meses no Ministério da Agricultura. Lisboa: Seara Nova, 1924. • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 08 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura (Código de referência: PT/TT/MA)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1918 – 1932

Recurso relacionado 2	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1918 - 1932

Apêndice B.2. Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1932-07-05 – 1933-07-24
História	<p>O Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura foi criado em julho de 1932, sendo o resultado de uma reestruturação governamental levada a cabo nesse ano e que envolveu os Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura.</p> <p>Esta reestruturação teve por objetivo reunir sob a mesma tutela ministerial os principais serviços e organismos relacionados com a produção nacional, uniformizando e agilizando procedimentos. Através desta reestruturação foram extintos o Ministério do Comércio e Comunicações (criado em 1920) e o Ministério da Agricultura e criados o Ministério das Obras Públicas e Comunicações e o presente Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.</p> <p>Nesta linha, o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura sucedeu ao extinto Ministério da Agricultura, tendo herdado todos os seus serviços e organismos - à exceção da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (que transitou para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações), bem como os seguintes organismos do extinto Ministério do Comércio e Comunicações: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos; Comissão de Aproveitamento dos Carvões Nacionais; Direcção-Geral das Indústrias; Instituto Geográfico e Cadastral; Direcção-Geral do Comércio e Indústria; Bolsa de Mercadorias</p>

	<p>de Lisboa; Armazéns gerais e industriais.</p> <p>Em junho de 1933 foi criado, junto do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, o Instituto Português de Combustíveis.</p> <p>Este Ministério foi extinto em julho de 1933, tendo dado origem a dois Ministérios: o Ministério da Agricultura e o Ministério do Comércio e Indústria.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Sebastião Garcia Ramires (Ministro entre 1932-07-05 e 1933-07-24).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	---
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tutelar e coordenar os principais serviços e atividades relativos à produção nacional; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com o comércio interno e externo; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com a exploração e utilização da marinha mercante nacional; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com a atividade e propriedade industrial e com a introdução de novas indústrias; • Subordinar a atividade agrícola nacional a um programa de ação previamente estabelecido; • Coordenar todos os trabalhos de índole agrária, florestal e pecuária; • Desenvolver e coordenar os serviços agrícolas regionais.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 7 036. D.R. I Série. N.º 209 (1920-10-17), p. 1363-1385. Aprova a organização dos serviços do Ministério do Comércio e Comunicações e extingue o Conselho de Melhoramentos Sanitários, passando as atribuições que lhe são conferidas pelo decreto de 24 de Outubro de 1901 e respectivo regulamento para a Direcção de Saúde do Ministério do Trabalho. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20900/13631385.pdf>. • Decreto n.º 20 526. D.R. I Série. N.º 266 (1931-11-18), p. 2519-2535. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1931/11/26600/25192535.pdf>.

	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n.º 21 444. D.R. I Série. 2.º Suplemento. N.º 155 (1932-07-05). [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdfgratis/1932/07/15502.pdf>. Decreto n.º 21 454. D.R. I Série. N.º 157 (1932-07-07), p. 1403-1404. Determina que os Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura passem respectivamente a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações e Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, e reorganiza os serviços que lhes competem - Extingue no Ministério das Obras Públicas e Comunicações o lugar de Sub-Secretário de Estado e cria igual lugar no Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1932/07/15700/14031404.pdf>. Decreto-Lei n.º 22 788. D.R. I Série. Suplemento. N.º 144 (1933-06-29), p. 1215-1217. Cria junto do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, o Instituto Português de Combustíveis. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1933/06/14401/12151217.pdf>. Decreto-Lei n.º 22 873. D.R. I Série. Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1463. Desintegra do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura os serviços respeitantes à produção agrícola, os quais passam a constituir o Ministério da Agricultura - Determina que o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura passe a denominar-se Ministério do Comércio e Indústria e extingue o Sub-Secretariado de Estado da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 09 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1933/07/16501/14631463.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura em 07 de julho de 1932 (<i>vide</i> Apêndice C.3).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> Ditadura Nacional (1928-1933).
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1932-07-05
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1933-07-24
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ

Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-09 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 09 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura (Código de referência: PT/TT/MA)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1932 – 1933
Recurso relacionado 2	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)

Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1932 – 1933

Apêndice B.3. Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1933-07-24 – 1940-08-27
História	<p>O Ministério da Agricultura foi criado na sequência da extinção do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. Os serviços respeitantes à produção agrícola foram desintegrados do extinto ministério e passaram a constituir o Ministério da Agricultura.</p> <p>A composição inicial deste ministério foi herdada, sem modificações substanciais, da estrutura já estabelecida em novembro de 1931, pelo Decreto n.º 20 526. Apenas em novembro de 1936, o ministério foi alvo de diploma legal que procedeu à redefinição da sua estrutura orgânica. Tratou-se da reorganização operada pelo Decreto-Lei n.º 27 207.</p> <p>Os seus objetivos, enunciados no prólogo do referido Decreto-Lei passaram por agrupar serviços de acordo com a sua natureza e funções; organizar cada ação antes da sua execução mediante planos previamente estudados e formulados; obrigatoriedade de apresentação de projetos e orçamentos antes de se proceder a qualquer despesa na instalação de estabelecimentos e/ou organismos; introdução de regras de seleção de recursos humanos.</p> <p>Esta reorganização de 1936 foi profunda, uma vez que significou a criação da Junta de Colonização Interna, bem como a extinção de organismos como a Junta de Fomento Rural e o Centro de</p>

	<p>Investigação Agrícola, tendo os organismos anteriormente na sua dependência sido redirecionados (com base na sua natureza e funções) para a dependência das respetivas Direções-Gerais.</p> <p>Na linha da lógica geral de reestruturações que vinha sendo operada desde 1918 (abrangendo assim as entidades Ministério da Agricultura. 1918-1932 e Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933), o resultado desta reorganização de 1936 foi uma estrutura mais centralizada e claramente mais hierárquica do que as estruturas anteriores.</p> <p>O Ministério da Agricultura foi extinto em agosto de 1940, sendo os seus serviços incorporados no então criado Ministério da Economia, na qualidade de Subsecretaria de Estado da Agricultura.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Leovigildo Queimado Franco de Sousa (Ministro entre 1933-07-24 e 1934-10-23); • Dr. Rafael da Silva Neves Duque (Ministro entre 1934-10-23 e 1940-08-27).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	---
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura teve como objetivos globais o estudo e a divulgação das condições naturais, económicas e sociais propícias ao desenvolvimento da indústria agrícola; a promoção do melhoramento, desenvolvimento, expansão e conservação da produtividade dos solos (ao nível das suas potencialidades regionais); a subordinação da atividade agrícola nacional a um programa de ação previamente estabelecido; a coordenação de todos os trabalhos de investigação, defesa, fomento e propaganda relacionados com os sectores agrário, florestal e pecuário; o desenvolvimento e implementação regional de serviços agrícolas oficiais; o estabelecimento de ligações entre os organismos oficiais e as agremiações agrícolas, de modo a fomentar a resolução conjunta dos problemas relacionados com a agricultura.</p> <p>Os seus objetivos específicos, levados a cabo por cada uma das áreas de serviço especializadas que o compunham, foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços de índole consultiva tiveram como objetivos coordenar e harmonizar os trabalhos de investigação e fomento agrário, florestal e pecuário; subordinar estes trabalhos ao programa nacional de ação agrícola; dar parecer

	<p>sobre os assuntos relacionados com a atividade agrícola nacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de índole executiva tiveram como objetivos dar cumprimento às prescrições e ordens superiores; regular o funcionamento dos diversos serviços e organismos que compunham o Ministério; promover o desenvolvimento da produção agrícola.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n.º 20 526. D.R. I Série. N.º 266 (1931-11-18), p. 2519-2535. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1931/11/26600/25192535.pdf>. Decreto-Lei n.º 22 873. D.R. I Série. Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1463. Desintegra do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura os serviços respeitantes à produção agrícola, os quais passam a constituir o Ministério da Agricultura - Determina que o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura passe a denominar-se Ministério do Comércio e Indústria e extingue o Sub-Secretariado de Estado da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1933/07/16501/14631463.pdf>. Decreto n.º 22 876. D.R. I Série. Suplemento. N.º 165 (1933-07-24), p. 1464. Nomeia o capitão Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira, o professor da Universidade do Porto, Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto, o engenheiro Sebastião Garcia Ramires e o Dr. Leovigildo Queimado Franco de Sousa, respectivamente, Ministros do Interior, da Instrução Pública, do Comércio e Indústria e da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1933/07/16501/14641464.pdf>. Decreto n.º 26 166. D.R. I Série. N.º 303 (1935-12-30), p. 1975-1977. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1935/12/30300/19751977.pdf>. Decreto-Lei n.º 27 207. D.R. I Série. N.º 269 (1936-11-16), p. 1425-1451. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1936/11/26900/14251451.pdf>. Portaria n.º 8 567. D.R. I Série. N.º 288 (1936-12-09), p. 1624. Esclarece algumas disposições do Decreto n.º 27 207, que reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1936/12/28800/16241624.pdf>.

	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 30 692. D.R. I Série. Suplemento. N.º 199 (1940-08-27). Cria o Ministério da Economia, para o qual transitam os serviços dos Ministérios do Comércio e Indústria e da Agricultura - Cria os lugares de Subsecretários de Estado da Assistência Social, no Ministério do Interior, da Educação Nacional, no Ministério da Educação Nacional, e da Agricultura e do Comércio e Indústria, no Ministério da Economia. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1940/08/19901/09850985.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura à data da sua constituição em 24 de julho de 1933 (<i>vide</i> Apêndice C.4); Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura após a sua reestruturação em 16 de novembro de 1936 (<i>vide</i> Apêndice C.5).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> Estado Novo (1933-1974)
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1933-07-24
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1940-08-27
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-10 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 10 ago.

	2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx >.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura (Código de referência: PT/TT/MA)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1933 - 1940
Recurso relacionado 2	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1933 - 1940

Apêndice B.4. Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1940-08-27 – 1974-03-15
História	<p>Em agosto de 1940, os Ministérios do Comércio e Indústria e da Agricultura foram extintos e passaram a integrar o Ministério da Economia, enquanto, respetivamente, Subsecretaria de Estado do Comércio e Indústria e Subsecretaria de Estado da Agricultura.</p> <p>A reunião, num único Ministério da Economia, dos sectores da agricultura, comércio e indústria correspondeu a necessidades governamentais de concentração e agilização dos processos de gestão dos sectores económicos do país provocados pelo início da II Guerra Mundial. No entanto, o término deste conflito não correspondeu à criação de ministérios distintos para estes sectores económicos. Pelo contrário, o Ministério da Economia manteve-se durante 34 anos, sendo extinto apenas em 1974.</p> <p>Tanto a Subsecretaria de Estado da Agricultura, quanto a Subsecretaria de Estado do Comércio e Indústria herdaram a composição dos respetivos Ministérios extintos.</p> <p>Os organismos que compunham a estrutura interna do Ministério foram, gradualmente, alvo de diplomas legais que introduziram modificações na sua orgânica. Foi, por exemplo, o caso da Intendência Geral dos Abastecimentos, da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, da Junta de Colonização Interna, da</p>

	<p>Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários.</p> <p>O objetivo das reformas operadas nos vários serviços e organismos do Ministério da Economia, durante a década de 1950 foram no sentido de dotar estes serviços de capacidade de resposta às exigências do desenvolvimento económico do pós-guerra, o que se traduziu na simplificação de serviços; redução de despesas; supressão de regimes de exceção e imposição de regras de administração, no sentido de normalizar procedimentos, tornando-os mais controláveis.</p> <p>Em 1958, é operada uma mudança estrutural do ministério, uma vez que as subsecretarias de estado que o compunham foram extintas, dando lugar às seguintes secretarias de estado: Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado da Indústria e Secretaria de Estado do Comércio.</p> <p>Até 1974, o Ministério foi sendo reestruturado. Pela sua relevância, destaca-se a criação da Junta de Hidráulica Agrícola (em 1966) e dos Gabinetes de Planeamento (em 1970). Os Gabinetes de Planeamento funcionavam como órgãos técnicos diretamente dependentes do seu respetivo secretário de estado e tinham como funções assegurar e coordenar a atuação de cada uma das secretarias de estado na preparação e execução dos planos de fomento e estabelecer as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais de planeamento.</p> <p>A extinção do Ministério da Economia ocorre em março de 1974. Tal extinção deu lugar a dois novos ministérios: o Ministério da Agricultura e do Comércio e o Ministério da Indústria e Energia.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Rafael da Silva Neves Duque (Ministro entre 1940-08-28 e 1944-09-06); • Dr. Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto (Ministro entre 1944-09-06 e 1947-02-04); • Eng. Daniel Maria Vieira Barbosa (Ministro entre 1947-02-04 e 1948-10-16); • Dr. António Júlio de Castro Fernandes (Ministro entre 1948-10-16 e 1950-08-02); • Dr. Ulisses Cruz de Aguiar Cortês (Ministro entre 1950-08-02 e 1958-08-14); • Eng. José Nascimento Ferreira Dias Júnior (Ministro entre 1958-08-14 e 1962-12-04); • Dr. Luís Maria Teixeira Pinto (Ministro entre 1962-12-04 e 1965-03-19);
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Dr. José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira (Ministro entre 1965-03-19 e 1969-03-27); • Dr. João Augusto Dias Rosas (Ministro entre 1969-03-27 e 1972-08-11); • Dr. Manuel Artur Cotta Agostinho Dias (Ministro entre 1972-08-11 e 1974-03-15).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	---
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Economia teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tutelar e coordenar os principais serviços e atividades relativos à produção nacional; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com o comércio interno e externo; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com a exploração e utilização da marinha mercante nacional; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com a atividade e propriedade industrial e com a introdução de novas indústrias; • Subordinar a atividade agrícola nacional a um programa de ao previamente estabelecido; • Coordenar todos os trabalhos de índole agrária, florestal e pecuária; • Desenvolver e coordenar os serviços agrícolas regionais; • Assegurar a estabilidade e a regularidade do nível geral dos preços; • Normalizar o abastecimento nacional, refazer as reservas de mterias-primas e responder às necessidades do reequipamento industrial; • Manter o equilíbrio da balança comercial nacional, através da regularização e controlo da política de comércio externo do país; • Liberalizar progressivamente as atividades comerciais, industriais e agrícolas impostas pela conjuntura de guerra.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 27 207. D.R. I Série. N.º 269 (1936-11-16), p. 1425-1451. Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1936/11/26900/14251451.pdf>. • Decreto-Lei n.º 30 692. D.R. I Série. Suplemento. N.º 199 (1940-08-27). Cria o Ministério da Economia, para o qual transitam os serviços dos Ministérios do Comércio e Indústria

	<p>e da Agricultura - Cria os lugares de Subsecretários de Estado da Assistência Social, no Ministério do Interior, da Educação Nacional, no Ministério da Educação Nacional, e da Agricultura e do Comércio e Indústria, no Ministério da Economia. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW:</p> <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1940/08/19901/09850985.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 30 707. D.R. I Série. Suplemento. N.º 200 (1940-08-28). Nomeia o Dr. Rafael da Silva Neves Duque Ministro da Economia. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1940/08/20001/09980998.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 32 439. D.R. I Série. N.º 272 (1942-11-24), p. 1433-1434. Introduz algumas modificações no Decreto-Lei n.º 27207, que promulga a organização dos serviços do Ministério. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1942/11/27200/14331434.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 33 546. D.R. I Série. N.º 37 (1944-02-23), p. 150. Determina que passem a depender do Ministério da Economia, onde constituirão a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, os serviços eléctricos da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, a qual passará a denominar-se Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos - Extingue a Junta de Electrificação Nacional. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1944/02/03700/01500150.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 40 721. D.R. I Série. N.º 163 (1956-08-02), p.1258-1268. Reorganiza os serviços da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1956/08/16300/12581268.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 41 380. D.R. I Série. N.º 263 (1957-11-20), p. 1136-1150. Reorganiza os serviços da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1957/11/26300/11361150.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 41 825. D.R. I Série. N.º 177 (1958-08-13), p. 890. Cria o Ministério da Saúde e Assistência e remodela a orgânica de vários Ministérios. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1958/08/17700/08900890.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 46 913. D.R. I Série. N.º 66 (1966-03-19), p. 390-396. Cria, integrada na Secretaria de Estado da Agricultura, a Junta de Hidráulica Agrícola e define a sua constituição e funcionamento - Revoga a Lei n.º 2028 e o Decreto n.º 37434. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013]
--	--

	<p>Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1966/03/06600/03900396.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 49 122. D.R. I Série. N.º 164 (1969-07-15), p. 843. Cria, com as secções de Agricultura, Comércio e Indústria, o Conselho Superior de Economia, que fica diretamente dependente do Ministro da Economia, e define as suas funções - Extingue o Conselho Superior de Agricultura, criado pelo Decreto-Lei n.º 41473 e remodelado pelo Decreto-Lei n.º 43998. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1969/07/16400/08430843.pdf>. Decreto n.º 100/70. D.R. I Série. N.º 61 (1970-03-13), p. 303-304. Cria nas Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 49194, gabinetes de planeamento, órgãos técnicos diretamente dependentes dos respetivos Secretários de Estado. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1970/03/06100/03030304.pdf>. Decreto-Lei n.º 108/74. D.R. I Série. N.º 63 (1974-03-15), p. 350-351. Extingue o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Indústria, cria o Ministério da Agricultura e do Comércio e o da Indústria e Energia - Altera a organização e competência de vários departamentos e serviços. [Em linha]. [Consult. 10 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/03/06300/03500351.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Economia à data da sua constituição em 27 de agosto de 1940 (<i>vide</i> Apêndice C.6); Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Economia após a sua reestruturação em 13 de agosto de 1958 (<i>vide</i> Apêndice C.7).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> II Guerra Mundial; Estado Novo (1933-1974); Marcelismo (1968-1974).
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1940-08-27
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1974-03-15
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ

Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-10 – Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • Acção do Ministério da Economia. Agosto de 1950 a Dezembro de 1954. Lisboa: Editorial Império, 1955 • FREIRE, Dulce – Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento, História (História Económica e Social Contemporânea), FCSH-UNL • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 10 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Economia (Código de referência: PT/TT/MECN)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1940-1974

Recurso relacionado 2	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1940-1974

Apêndice B.5. Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1974-03-15 – 1974-04-25
História	<p>A criação do Ministério da Agricultura e do Comércio surgiu na sequência da extinção do Ministério da Economia. A extinção deste Ministério resultou na distribuição dos seus serviços e organismos por dois ministérios distintos. Um deles, para onde transitaram as Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, foi o presente Ministério da Agricultura e do Comércio. Por sua vez, a Secretaria de Estado da Indústria foi extinta, dando lugar ao Ministério da Indústria e Energia.</p> <p>Esta reestruturação ministerial ocorreu nas vésperas da revolução de 25 de Abril de 1974 ainda no governo de Marcelo Caetano. Dada a curta duração deste Ministério, a sua lei orgânica nunca foi publicada, mas, pela leitura do Decreto-Lei n.º 108/74, depreende-se que houve continuidade orgânica e estrutural das Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, herdadas do extinto Ministério da Economia.</p> <p>O Ministério da Agricultura e do Comércio foi extinto a 25 de Abril de 1974, no âmbito da Lei n.º 1/74 (Junta de Salvação Nacional), que procedeu à destituição do Presidente da República e do Governo.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Doutor João Mota Pereira de Campos (Ministro entre 1974-03-15 e 1974-04-25).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	---
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura e do Comércio teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tutelar e coordenar os principais serviços e atividades relativos ao sector agrícola e do comércio; • Ocupar-se dos assuntos relacionados com o comércio interno e externo; • Subordinar a atividade agrícola nacional a um programa de ação previamente estabelecido; • Coordenar todos os trabalhos de índole agrária, florestal e pecuária; • Desenvolver e coordenar os serviços agrícolas regionais.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 108/74. D.R. I Série. N.º 63 (1974-03-15), p. 350-351. Extingue o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Indústria, cria o Ministério da Agricultura e do Comércio e o da Indústria e Energia - Altera a organização e competência de vários departamentos e serviços. [Em linha]. [Consult. 12 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/03/06300/03500351.pdf>. • Lei n.º 1/74. D.R. I Série. Suplemento. N.º 97 (1974-04-25), p. 582(1). Destitui das suas funções o Presidente da República e o actual Governo e dissolve a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado - Determina que todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passem a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional. [Em linha]. [Consult. 12 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/04/09701/0001001.pdf>. • Decreto-Lei n.º 203/74. D.R. I Série. N.º 113 (1974-05-15), p. 623-627. Define o programa do Governo Provisório e estabelece a respectiva orgânica. [Em linha]. [Consult. 12 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/11300/06230627.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura e do Comércio à data da sua constituição em 15 de março de 1974 (<i>vide</i> Apêndice C.8)

Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • Estado Novo (1933-1974); • Marcelismo (1968-1974); • Revolução de 25 de Abril de 1974.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1974-03-15
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1974-05-15
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---

Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-12 – Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 12 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)

Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1974

Apêndice B.6. Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1974-05-15 – 1974-07-18
História	<p>O Ministério da Coordenação Económica foi criado no âmbito das linhas de reforma e reestruturação do I Governo Provisório.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 203/74, da responsabilidade da Junta de Salvação Nacional, criou o Ministério da Coordenação Económica, onde foram incorporadas todas as atividades de produção, comércio, indústria e finanças. Nele ficaram compreendidas as seguintes Secretarias de Estado: Finanças, Planeamento Económico, Indústria e Energia, Agricultura, Comércio Externo e Turismo, Abastecimento e Preços. Pela sua brevidade (cerca de dois meses), este ministério não foi objeto de publicação da sua lei orgânica.</p> <p>O Ministério da Coordenação Económica foi extinto em julho de 1974 e a ele sucedeu o Ministério da Economia.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Vasco Vieira de Almeida (Ministro entre 1974-05-15 e 1974-07-18).
Lugares	Lisboa (Portugal)

Estatuto legal	Departamento da administração pública
Funções, ocupações, atividades	<p>No âmbito das linhas de orientação do I Governo Provisório, o Ministério da Coordenação Económica teve como competências ocupar-se da política económica e financeira do País, o que incluiu os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combate à inflação, através de medidas de carácter global, nomeadamente de uma política geral de preços; • Revisão da orgânica e dos métodos de administração económica, de modo a dotá-los de eficiência e celeridade de decisão; • Criação de estímulos à poupança e ao investimento privado (interno e externo), com salvaguarda do interesse nacional; • Promoção da intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica do país; • Intensificação do investimento público, sobretudo no domínio dos equipamentos coletivos de natureza económica; • Gestão eficiente e coordenada das participações do Estado, orientada para a defesa do interesse público; • Prossecução de uma política de ordenamento do território e de descentralização regional; • Liberalização das relações económicas internacionais; • Apoio e fomento de sociedades cooperativas; • Revisão dos circuitos de comercialização; • Revisão do IV Plano de Fomento e da orgânica dos planos de fomento; • Reforma do sistema tributário; • Combate à especulação e à fraude fiscal; • Reforma do sistema de crédito e da estrutura bancária; • Dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária; • Formulação da política do Governo no sector das pescas; • Exercício da administração geral e coordenação das atividades pesqueiras; • Auxílio às pequenas e médias empresas; • Reorganização dos serviços de estatística, a fim de garantir a objetividade da informação e a permitir a intervenção oportuna na gestão da economia.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 203/74. D.R. I Série. N.º 113 (1974-05-15), p. 623-627. Define o programa do Governo Provisório e estabelece a respectiva orgânica. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/11300/06230627.pdf>. • Decreto n.º 205/74. D.R. I Série. N.º 113, Série I de 1974-05-

	<p>15, p. 627. Nomeia Ministros sem pasta Álvaro Cunhal, o Doutor Francisco Pereira de Moura e o Dr. Francisco Sá Carneiro, e Ministros da Defesa Nacional, o tenente-coronel do corpo do estado-maior Mário Firmino Miguel; da Coordenação Interterritorial, o Dr. António de Almeida Santos; da Administração Interna, o Dr. Joaquim Jorge Magalhães Mota; da Justiça, o Dr. Francisco Salgado Zenha; da Coordenação Económica, o Dr. Vasco Vieira de Almeida; dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Mário Soares; do Equipamento Social e Ambiente, o Engenheiro Manuel Rocha; da Educação e Cultura, o Doutor Eduardo Correia; do Trabalho, Avelino António Pacheco Gonçalves; dos Assuntos Sociais, o Dr. Mário Murteira, e da Comunicação Social, o Dr. Raul Rego. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/11300/06270627.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto n.º 224/74. D.R. I Série. N.º 124 (1974-05-28). Distribui diversos serviços por vários Ministérios. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/05/12400/06610661.pdf>. • Decreto-Lei n.º 240/74. D.R. I Série. N.º 131 (1974-06-05), p. 687-688. Cria, no Ministério da Coordenação Económica, a Secretaria de Estado das Pescas. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/06/13100/06870688.pdf>. • Decreto-Lei n.º 329-A/74. D.R. I Série. 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(16)-810(19). Estabelece os regimes a que podem ser submetidos os preços dos bens ou serviços vendidos no mercado interno. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00150019.pdf>. • Decreto-Lei n.º 329-B/74. D.R. I Série. 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(19)-810(20). Cria na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a Direcção-Geral de Preços (DGP) e define as suas atribuições e organização. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00190020.pdf>. • Decreto-Lei n.º 329-C/74. D.R. I Série. 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(20)-810(21). Cria na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a Direcção-Geral do Comércio Interno (DGCI) e define as suas atribuições e competência. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00200021.pdf>. • Decreto-Lei n.º 329-D/74. D.R. I Série. 3.º Suplemento. N.º 159 (1974-07-10), p. 810(21)-810(22). Cria na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços a Direcção-Geral de
--	--

	<p>Fiscalização Económica, define as respectivas atribuições e competência e extingue a Inspeção-Geral das Actividades Económicas. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/15903/00210022.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 338/74. D.R. I Série. Suplemento. N.º 166 (1974-07-18), p. 826(1)-826(2). Extingue o Ministério da Coordenação Económica, cria os Ministérios das Finanças e da Economia e fixa a composição destes dois Ministérios. [Em linha]. [Consult. 13 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/16601/00010002.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Coordenação Económica em 10 de julho de 1974 (<i>vide</i> Apêndice C.9).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução de 25 de Abril de 1974; • I Governo Provisório.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1974-05-15
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1974-07-18
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-13 – Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 13 ago.

	2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx >
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1974

Apêndice B.7. Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1974-07-18 – 1975-03-26
História	<p>O Ministério da Economia foi criado na sequência da reestruturação operada pelo II Governo Provisório e que seguiu uma lógica de separação dos sectores da Economia e Finanças, traduzindo-se na divisão dos serviços e organismos que compunham o extinto Ministério da Coordenação Económica, pelos recém-criados Ministérios da Economia e das Finanças.</p> <p>Nesta linha, o Ministério da Economia herdou as Secretarias de Estado da Agricultura; da Indústria e Energia; do Comércio Externo e Turismo; do Abastecimento e Preços e das Pescas.</p> <p>Em março de 1975, este Ministério da Economia foi extinto, dando origem a vários ministérios, por onde foram distribuídas as mencionadas secretarias de estado. De entre as entidades ministeriais que lhe sucederam encontra-se o Ministério da Agricultura e Pescas.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar (Ministro entre 1974-07-18 e 1975-03-26).

Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento da administração pública
Funções, ocupações, atividades	<p>No âmbito das linhas de orientação do Governo Provisório, o Ministério da Economia teve como competências ocupar-se da política económica do País, o que incluiu os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão da orgânica e dos métodos de administração económica, de modo a dotá-los de eficiência e celeridade de decisão; • Promoção da intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica do País; • Intensificação do investimento público, sobretudo no domínio dos equipamentos coletivos de natureza económica; • Prossecução de uma política de ordenamento do território e de descentralização regional; • Liberalização das relações económicas internacionais; • Apoio e fomento de sociedades cooperativas; • Revisão dos circuitos de comercialização; • Revisão do IV Plano de Fomento e da orgânica dos planos de fomento; • Dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária; • Formulação da política do Governo no sector das pescas; • Exercício da administração geral e coordenação das atividades pesqueiras; • Auxílio às pequenas e médias empresas; • Reorganização dos serviços de estatística, a fim de garantir a objetividade da informação e a permitir a intervenção oportuna na gestão da economia.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 338/74. D.R. I Série. Suplemento. N.º 166 (1974-07-18), p. 826(1)-826(2). Extingue o Ministério da Coordenação Económica, cria os Ministérios das Finanças e da Economia e fixa a composição destes dois Ministérios. [Em linha]. [Consult. 14 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/07/16601/00010002.pdf>. • Decreto-Lei n.º 539/74. D.R. I Série. Suplemento. N.º 238 (1974-10-12), p. 1214(2)-1214(5). Define a orgânica geral do Ministério da Economia e das Secretarias de Estado nele compreendidas. [Em linha]. [Consult. 14 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1974/10/23801/00020005.pdf>. • Decreto-Lei n.º 158-A/75. D.R. I Série. 2.º Suplemento. N.º 72 (1975-03-26), p. 466(4)-466(5). Introduce alterações na

	<p>estrutura do Governo. [Em linha]. [Consult. 14 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1975/03/07202/00040005.pdf>.</p>
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Economia segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 12 de outubro de 1974 (<i>vide</i> Apêndice C.10).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> II Governo Provisório; III Governo Provisório.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1974-07-18
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1975-03-26

Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-14 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 14 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues

Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1974-1975

Apêndice B.8. Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MAP
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1975-03-26 – 1981-09-04
História	<p>Criado pelo IV Governo Provisório, através do Decreto-Lei n.º 158-A/75, de 26 de março (Conselho da Revolução), o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) só veio a ter a sua Lei Orgânica aprovada dois anos mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 221/77.</p> <p>Ao início integrava a Secretaria de Estado das Pescas, a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária e a Secretaria de Estado do Fomento Agrário. A estas Secretarias de Estado foi acrescentada, em, 1976, mediante a Orgânica do I Governo Constitucional, a Secretaria de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas e nomeado um Subsecretário de Estado das Florestas para coadjuvar o Ministro da Agricultura e Pescas. Este Subsecretariado de Estado das Florestas foi, em 1977, convertido em Secretaria de Estado das Florestas.</p> <p>Os objetivos da criação do Ministério da Agricultura e Pescas ficam expressos no prólogo da sua Lei Orgânica. Após a longa subordinação à tutela do Ministério da Economia durante o Estado Novo e as tentativas falhadas de criação de um Ministério dedicado ao sector agrícola (em 1974 e 1975), o MAP assumiu-se como a primeira entidade ministerial pós-revolução dotada de uma estrutura moderna e dinâmica que permitisse o desenvolvimento e valorização do mundo rural e das pescas, deixando clara a sua</p>

	<p>intenção de aproveitar as estruturas anteriores que se revelassem funcionais e úteis.</p> <p>De facto, a criação deste ministério não correspondeu à desestruturação de serviços herdados do Estado Novo, como foi o caso das Direcções-Gerais, que mantiveram a sua estrutura e recursos humanos. Pelo contrário, a estrutura orgânica aprovada em 1977 foi consolidada e transformada ao longo dos anos de existência do ministério. A numerosa legislação publicada sobretudo no ano de 1979 ilustra este processo e teve como objetivos dotar os serviços e organismos de novas leis orgânicas e proceder à criação e regulamentação dos serviços regionais.</p> <p>A orientação do MAP pautou-se por linhas de transformação e modernização que passaram por: investimento na dinâmica entre investigação-desenvolvimento (materializada na criação do Instituto Nacional de Investigação Agrária – INIA); reabilitação do sector das pescas, pela criação de um órgão central de direcção, coordenação e execução, a Direcção-Geral das Pescas e pela aposta no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP); renovação de entidades como a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, tornando-as eficazes e eficientes; descentralização dos organismos e criação de sete regiões agrárias, cada uma dotada de uma direcção regional e de diretores regionais com poderes semelhantes aos dos diretores gerais.</p> <p>A sua criação e os objetivos de modernização a que se propôs, juntamente com a profícua publicação de diplomas legais destinados a fixar as leis orgânicas dos serviços do ministério, ilustram o rumo tomado pelo novo regime político democrático, no sentido de efetivar uma reestruturação fundiária, acelerar os processos de industrialização da agricultura e adaptar os órgãos e serviços ministeriais à nova realidade política e social.</p> <p>O MAP foi extinto em 1981, tendo-se mantido ao longo das orgânicas governamentais até ao VIII Governo Constitucional, altura em que deu lugar ao Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP).</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Fernando Oliveira Baptista (Ministro entre 1975-03-26 e 1975-09-12); • Eng. António Poppe Lopes Cardoso (Ministro entre 1975-09-19 e 1976-11-05); • Dr. António Miguel Morais Barreto (Ministro entre 1976-11-05 e 1977-12-07); • Dr. Luís Silvério Gonçalves Saias (Ministro entre 1978-01-30 e
--	--

	<p>1978-07-28);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prof. Doutor Apolinário José Barbosa da Cruz Vaz Portugal (Ministro entre 1978-08-29 e 1979-06-11); • Eng. Joaquim da Silva Lourenço (Ministro entre 1979-08-01 e 1979-12-27); • Eng. António José Baptista Cardoso e Cunha (Ministro entre 1980-01-03 e 1981-08-14).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura e Pescas teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a política agrária e de pescas e coordenar as ações necessárias à sua execução; • Elaborar o plano de desenvolvimento agrário e das pescas, a integrar no plano geral de desenvolvimento do país; • Promover a execução da política estabelecida para os sectores da agricultura e pescas; • Contribuir para a definição e execução da política de abastecimento nacional em bens de consumo.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 158-A/75. D.R. I Série. 2.º Suplemento. N.º 72 (1975-03-26), p. 466(4)-466(5). Introduz alterações na estrutura do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1975/03/07202/00040005.pdf>. • Decreto n.º 683-A/76. D.R. I Série. Suplemento. N.º 213 (1976-09-10), p. 2144(1)-2144(3). Orgânica do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1976/09/21301/00010003.pdf>. • Decreto-Lei n.º 207/77. D.R. I Série. N.º 121 (1977-05-25), p. 1215. Altera a estrutura orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1977/05/12100/12151215.pdf>. • Decreto-Lei n.º 221/77. D.R. I Série. N.º 124 (1977-05-28), p. 1250-1263. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1977/05/12400/12501263.pdf>. • Decreto Regulamentar n.º 78/77. D.R. I Série. N.º 273 (1977-11-25), p. 2813-2818. Extingue os organismos do Ministério da Agricultura e Pescas referidos no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 de Maio, e define os termos da

	<p>respectiva transição para os organismos criados pelo mesmo decreto-lei. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1977/11/27300/28132818.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 546/77. D.R. I Série. N.º 302 (1977-12-31), p. 3156-3157. Dá nova redacção ao artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 de Maio (Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1977/12/30200/31563157.pdf>. • Decreto-Lei n.º 41-A/78. D.R. I Série. Suplemento. N.º 55 (1978-03-07), p. 482(1)-482(3). Estabelece a estrutura orgânica do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1978/03/05501/00010003.pdf>. • Decreto-Lei n.º 300-A/78. D.R. I Série. Suplemento. N.º 226 (1978-09-30), p. 2062(1)-2062(2). Estabelece a estrutura orgânica do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1978/09/22601/00010002.pdf>. • Decreto-Lei n.º 320/78. D.R. I Série. N.º 254 (1978-11-04), p. 2326. Dá nova redacção ao artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 de Maio (Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas). [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1978/11/25400/23262326.pdf>. • Decreto-Lei n.º 448/78. D.R. I Série. 5.º Suplemento. N.º 299 (1978-12-30), p. 2798(70)-2798(71). Estabelece a estrutura orgânica do IV Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1978/12/29905/00700071.pdf>. • Decreto-Lei n.º 386/79. D.R. I Série. N.º 217 (1979-09-19), p. 2398-2400. Estabelece a estrutura orgânica do V Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1979/09/21700/23982400.pdf>. • Decreto-Lei n.º 411/79. D.R. I Série. N.º 225 (1979-09-28), p. 2535-2537. Dá nova redacção ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 de Maio - Lei Orgânica do MAP. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1979/09/22500/25352537.pdf>. • Decreto-Lei n.º 3/80. D.R. I Série. N.º 32 (1980-02-07), p. 122-124. Aprova a Lei Orgânica do VI Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1980/02/03200/01220124.pdf>. • Decreto-Lei n.º 28/81. D.R. I Série. N.º 36 (1981-02-12), p. 409-412. Aprova a orgânica do VII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:
--	---

	<p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1981/02/03600/04090412.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 230-A/81. D.R. I Série. Suplemento. N.º 170 (1981-07-27), p. 1918(4). Introduz alterações à estrutura orgânica do Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1981/07/17001/00040004.pdf>. Decreto-Lei n.º 290/81. D.R. I Série. N.º 236 (1981-10-14), p. 2727-2731. Aprova a Lei Orgânica do VIII Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1981/10/23600/27272731.pdf>
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura e Pescas segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 28 de maio de 1977 (<i>vide</i> Apêndice C.11).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> IV Governo Provisório; V Governo Provisório; VI Governo Provisório; I Governo Constitucional; II Governo Constitucional; III Governo Constitucional; IV Governo Constitucional; V Governo Constitucional; VI Governo Constitucional; VII Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1975-03-26

Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1981-09-04
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-16 - Criação

Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • BAPTISTA, Fernando Oliveira – Portugal 1975: os campos. Porto: Afrontamento, 1978 • BARRETO, António – Discursos na construção de um Ministério. Colecção «Política de Agricultura e Pescas». Lisboa: MAP, 1997 • FREIRE, Dulce – Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento, História (História Económica e Social Contemporânea), FCSH-UNL • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1975-1981

Apêndice B.9. Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MACP
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1981-09-04 – 1983-06-09
História	<p>O Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP) foi criado pela extinção e fusão de dois ministérios: o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério do Comércio e Turismo.</p> <p>Tal fusão foi o resultado da linha de ação do VIII Governo Constitucional, a qual ficou expressa no diploma legal que aprovou a sua orgânica (o Decreto-Lei n.º 290/81, publicado a 14 de outubro de 1981, mas produzindo efeitos desde 04 de setembro de 1981). A orientação deste governo foi no sentido de reduzir a orgânica dos governos anteriores, num processo de simplificação e concentração de organismos e de preparação da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE).</p> <p>O MACP não foi exceção, tendo sido criado com o objetivo de concentrar, num só departamento, a generalidade dos serviços responsáveis pelo abastecimento de bens essenciais e pela alimentação dos Portugueses, unificando deste modo os aspetos ligados à produção, à comercialização e aos preços dos produtos agrícolas e das pescas.</p> <p>A Lei Orgânica do MACP, aprovada em 1982, pelo Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de julho, deixa patente uma significativa redução do</p>

	<p>número dos seus organismos. Foram extintos organismos provenientes dos dois ministérios que o antecederam; mantiveram-se alguns organismos a título temporário (os quais aguardavam reestruturação) e foram mantidos ou criados os seguintes serviços e organismos centrais: Direcção-Geral de Agricultura; Direcção-Geral da Pecuária; Direcção-Geral das Florestas; Direcção-Geral das Pescas; Direcção-Geral do Comércio; Direcção-Geral de Concorrência e Preços; Instituto Nacional de Investigação Agrária e de Extensão Rural e Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agrários e Alimentares.</p> <p>O MACP foi extinto a 9 de junho de 1983, tendo-lhe sucedido o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca (Ministro entre 1981-09-04 e 1983-06-09).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a política agrária e de pescas e coordenar as ações necessárias à sua execução; • Elaborar o plano de desenvolvimento agrário e das pescas e dos sectores comerciais associados, a integrar no plano geral de desenvolvimento do país; • Definir e executar a política comercial de abastecimento nacional em bens alimentares e em matérias-primas necessárias à sua produção; • Estabelecer as bases da política nacional de alimentação; • Estabelecer a política de concorrência e preços; • Apoiar as atividades económicas relacionadas com a industrialização e a exportação de produtos agrários e alimentares.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 290/81. D.R. I Série. N.º 236 (1981-10-14), p. 2727-2731. Aprova a Lei Orgânica do VIII Governo. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1981/10/23600/27272731.pdf>. • Decreto-Lei n.º 293/82. D.R. I Série. N.º 171 (1982-07-27), p. 2228-2234. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW:

	<p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1982/07/17100/22282234.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 344-A/83. D.R. I Série. Suplemento. N.º 169 (1983-07-25), p. 2744(1)-2744(7). Aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013] Disponível em WWW: <p><URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/16901/00010007.pdf>.</p>
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 27 de julho de 1982 (<i>vide</i> Apêndice C.12).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> VIII Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1981-09-04
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora

Datas da relação	1983-06-09
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-16 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues

Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1981-1983

Apêndice B.10.
Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1983-06-09 – 1984-10-17
História	<p>A criação do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação foi resultado de uma reestruturação da orgânica governamental que seguiu uma lógica de separação das tutelas ministeriais dos sectores da agricultura, comércio e pescas.</p> <p>Assim se deu a extinção do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP) e a sua separação em três ministérios distintos: o Ministério do Comércio e Turismo (tutelando o sector do comércio interno e externo); o Ministério do Mar (tutelando o sector das pescas) e o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (tutelando o sector da agricultura).</p> <p>Na prática, e devido ao facto de o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação não ter tido lei orgânica própria, tal significou a manutenção da estrutura orgânica do extinto MACP, definida no Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de julho, com a exceção dos serviços e organismos pertencentes ao comércio e às pescas, que transitaram para os respetivos recém-criados ministérios.</p> <p>O Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 388/84, dando lugar ao Ministério da Agricultura.</p>

	<p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prof. Eng. Manuel José Dias Soares da Costa (Ministro entre 1983-06-09 e 1984-10-17).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a política agrária e coordenar as ações necessárias à sua execução; • Elaborar o plano de desenvolvimento agrário a integrar no plano geral de desenvolvimento do país; • Definir e executar a política comercial de abastecimento nacional em bens alimentares e em matérias-primas necessárias à sua produção; • Estabelecer as bases da política nacional de alimentação; • Apoiar as atividades económicas relacionadas com a industrialização e a exportação de produtos agrários e alimentares.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 293/82. D.R. I Série. N.º 171 (1982-07-27), p. 2228-2234. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1982/07/17100/22282234.pdf>. • Decreto-Lei n.º 344-A/83. D.R. I Série. Suplemento. N.º 169 (1983-07-25), p. 2744(1)-2744(7). Aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/16901/00010007.pdf>. • Decreto-Lei n.º 451/83. D.R. I Série. N.º 297 (1983-12-27), p. 4118. Mantém em vigor, no âmbito do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, o Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de Julho, ressalvadas as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de Julho. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1s/1983/12/29700/41184118.pdf>. • Decreto-Lei n.º 388/84. D.R. I Série. N.º 284 (1984-12-10), p. 3750-3751. Altera vários artigos do Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de Julho, que aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1s/1984/12/28400/37503751.pdf>.

Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação à data da sua criação em 9 de junho de 1983 (<i>vide</i> Apêndice C.13).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> IX Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1983-06-09
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1984-10-17
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---

Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-17 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 17 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues

Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1983-1984

Apêndice B.11. Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1984-10-17 – 1985-11-06
História	<p>O Ministério da Agricultura foi criado em dezembro de 1984, pelo Decreto-Lei n.º 388/84. Uma vez que não foi alvo de diploma legal que fixasse a sua constituição e estrutura interna, esta foi herdada do seu antecessor, o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, com ligeiras alterações.</p> <p>As secretarias de estado do anterior ministério foram extintas e, no seu lugar, foram criadas duas secretarias de estado: a Secretaria de Estado da Produção Agrícola e a Secretaria de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas. Para além desta alteração, os organismos que se encontravam anteriormente sob tutela conjunta com o Ministério do Comércio e Turismo passaram a ser da tutela exclusiva do Ministério da Agricultura.</p> <p>Este Ministério foi alvo de uma reestruturação em março de 1985 que extinguiu alguns serviços centrais, tendo sido criada a Direcção-Geral dos Serviços Centrais. A sua extinção teve lugar em novembro de 1985.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Ministro entre 1984-10-17 e 1985-11-06).

Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a política agrária e coordenar as ações necessárias à sua execução; • Elaborar o plano de desenvolvimento agrário a integrar no plano geral de desenvolvimento do país; • Definir e executar a política comercial de abastecimento nacional em bens alimentares e em matérias-primas necessárias à sua produção; • Estabelecer as bases da política nacional de alimentação; • Apoiar as atividades económicas relacionadas com a industrialização e a exportação de produtos agrários e alimentares.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 388/84. D.R. I Série. N.º 284 (1984-12-10), p. 3750-3751. Altera vários artigos do Decreto-Lei n.º 344-A/83, de 25 de Julho, que aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 19 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1s/1984/12/28400/37503751.pdf>. • Decreto-Lei n.º 84-A/85. D.R. I Série. Suplemento. N.º 75 (1985-03-30), p. 868(1)-868(3). Extingue o Gabinete de Informação e Comunicação Social, o Gabinete de Cooperação Internacional, a Direcção-Geral de Administração e Orçamento e a Direcção-Geral de Organização e Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, cria a Direcção-Geral dos Serviços Centrais do Ministério da Agricultura, atribui novas competências ao Gabinete de Planeamento deste Ministério e revoga as disposições do Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de Julho, em tudo o que contrarie o estabelecido no presente diploma. [Em linha]. [Consult. 19 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1985/03/07501/00010003.pdf>. • Decreto-Lei n.º 497/85. D.R. I Série. N.º 290 (1985-12-17), p. 4177-4183. Aprova a Lei Orgânica do X Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 19 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1985/12/29000/41774183.pdf>.

Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura à data da sua criação em 17 de outubro de 1984 (<i>vide</i> Apêndice C.14); • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura à data da sua reestruturação em 30 de março de 1985 (<i>vide</i> Apêndice C.15).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • IX Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1984-10-17
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1985-11-06

Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-19 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 19 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues

Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1984-1985

Apêndice B.12. Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MAPA
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1985-11-06 – 1991-10-31
História	<p>O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (MAPA) foi consequência da reestruturação governamental operada pelo X Governo Constitucional. Tal reestruturação, guiada por critérios de funcionalidade e eficácia, teve como principais preocupações a redução do número de ministérios e de secretarias de estado.</p> <p>Assim, o MAPA, resultou da extinção e fusão de dois ministérios: o Ministério da Agricultura e o Ministério do Mar, com a consequente integração numa só tutela ministerial dos serviços, organismos e empresas públicas oriundos dos ministérios extintos.</p> <p>Os objetivos do processo de mudança orgânica advenientes da criação do MAPA (os quais ficaram expressos no Decreto-Lei n.º 310-A/86, que aprovou a sua orgânica) tiveram em conta o impacto da adesão de Portugal à CEE e refletiram-se em diferentes áreas de intervenção.</p> <p>No âmbito estrutural, destacou-se a clarificação das atividades e funções dos vários serviços, a fim de evitar sobreposições ou vazios de competências; em matéria de gestão, deu-se maior relevância ao reforço dos poderes decisórios de chefias intermédias, de modo a diminuir a burocratização do sistema e reforçaram-se igualmente as</p>

	<p>competências das Direções Regionais de Agricultura.</p> <p>O MAPA foi alvo de extinção em 1991, tendo-lhe sucedido o Ministério da Agricultura.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Ministro entre 1985-11-06 e 1990-01-05); • Dr. Arlindo Marques da Cunha (Ministro entre 1990-01-05 e 1991-10-31).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação teve como responsabilidade tutelar, sob uma perspetiva global e integrada, os vários aspetos dos sectores agrário, alimentar e das pescas.</p> <p>O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a política nacional nos domínios agrário, alimentar e das pescas, promovendo e coordenando as ações necessárias à sua execução; • Elaborar os planos de desenvolvimento agrário, alimentar e das pescas, a integrar no plano geral de desenvolvimento do país; • Estabelecer as bases de política nacional em bens e matérias alimentares, promovendo e coordenando as ações necessárias à sua execução, incluindo o controlo de qualidade; • Apoiar as atividades económicas relacionadas com a produção, industrialização, transformação e comercialização de produtos no âmbito dos sectores agrário, alimentar e das pescas.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 497/85. D.R. I Série. N.º 290 (1985-12-17), p. 4177-4183. Aprova a Lei Orgânica do X Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1985/12/29000/41774183.pdf>. • Decreto-Lei n.º 310-A/86. D.R. I Série. Suplemento. N.º 219 (1986-09-23), p. 2698(1)-2698(2). Aprova a orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1986/09/21901/00010008.pdf>. • Decreto-Lei n.º 329/87. D.R. I Série. Suplemento. N.º 219

	<p>(1987-09-23), p. 3632(2)-3632(6). Aprova a Lei Orgânica do XI Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1987/09/21901/00020006.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 451/91. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 279 (1991-12-04), p. 6372(2)-6372(5). Aprova a Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1991/12/279A01/00020005.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 23 de setembro de 1986 (<i>vide</i> Apêndice C.16).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • X Governo Constitucional; • XI Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1985-11-06
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1991-10-31
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-20 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • DOMINGUES, Manuel – Mudança organizacional da administração pública. O caso do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1.ª Parte: metodologia, objectivos e política de actuação. Lisboa: MAPA. Secretaria-Geral, 1987.

	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 20 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1985-1991

Apêndice B.13. Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	1991-10-31 – 1995-10-28
História	<p>O XII Governo Constitucional, ao retomar a lógica de separação entre os sectores da agricultura e das pescas, cria novamente o Ministério da Agricultura e o Ministério do Mar, distribuindo entre estes ministérios os serviços e organismos relativos ao sector da agricultura e ao sector das pescas, respetivamente.</p> <p>O facto de o Ministério da Agricultura então criado só ter sido alvo de Lei Orgânica em 1993 (Decreto-Lei n.º 94/93), significou que, entre 1991 e 1993, a sua estrutura orgânica correspondeu à estrutura do extinto Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 310-A/86, com a exceção dos serviços e organismos transferidos para o Ministério do Mar.</p> <p>Em 1993, o Ministério da Agricultura recebeu nova estrutura orgânica de acordo com a conjuntura de mudanças ao nível da Política Agrícola Comum e baseada em três objetivos fundamentais: “fortalecer os serviços desconcentrados a nível regional e sub-regional”; modificar as práticas administrativas dentro do Ministério de forma a “facilitar a coordenação de atividades e o contacto com os cidadãos” e eliminar ou transferir serviços ou funções desnecessários ao ministério e à Administração Pública (Decreto-Lei n.º 94/93).</p> <p>Assim, foram extintos vários organismos, serviços e institutos, de</p>

	<p>entre os quais se podem mencionar a Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura; a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola; a Direcção-Geral da Pecuária e a Direcção-Geral das Florestas.</p> <p>O Ministério da Agricultura foi extinto em 1995, tendo-lhe sucedido o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Regional e das Pescas.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Arlindo Marques da Cunha (Ministro entre 1991-10-31 e 1994-05-21); • Eng. António Duarte Silva (Ministro entre 1994-05-21 e 1995-10-28).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura teve como objetivo a prossecução dos interesses públicos relativos ao sector agrário e alimentar.</p> <p>O Ministério da Agricultura teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a definição da política nacional no domínio agrário e alimentar e coordenar e executar as ações necessárias à sua prossecução, bem como fazer a respetiva avaliação; • Apoiar, avaliar e fiscalizar as atividades económicas relacionadas com a produção, transformação e comercialização de produtos no âmbito dos setores agrário e alimentar.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 310-A/86. D.R. I Série. Suplemento. N.º 219 (1986-09-23), p. 2698(1)-2698(2). Aprova a orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1986/09/21901/00010008.pdf>. • Decreto-Lei n.º 451/91. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 279 (1991-12-04), p. 6372-(2)-6372-(5). Aprova a Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1991/12/279A01/00020005.pdf>. • Decreto-Lei n.º 94/93. D.R. I Série-A. N.º 78 (1993-04-02), p. 1641-1645. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura. [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1993/04/078A00/16411645.pdf>. • Decreto-Lei n.º 296-A/95. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 266

	(1995-11-17), p. 7084(2)-7094(7). Aprova a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 21 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/pdf1sdip/1995/11/266A01/00020007.pdf >.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 2 de abril de 1993 (<i>vide</i> Apêndice C.17).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> XII Governo Constitucional
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1991-10-31
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	1995-10-28

Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-21 – Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 21 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues

Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1991-1995

**Apêndice B.14. Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das
Pescas. 1995-2004**

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MADRP
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/ atividade	1995-10-28 – 2004-07-17
História	<p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) surge na consequência da aprovação da lei orgânica do XIII Governo Constitucional. Tendo sido o resultado da extinção e fusão entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Mar, seguiu novamente uma lógica de integração dos sectores das pescas, do mar e da agricultura sob a tutela de uma única entidade ministerial.</p> <p>A estrutura orgânica do MADRP (definida pelo Decreto-Lei n.º 74/96) obedeceu à estratégia política definida no programa do XIII Governo Constitucional para a agricultura, o desenvolvimento rural e as pescas, a qual assentou em novas prioridades e princípios de funcionamento e exigiu o reajustamento dos serviços públicos. Os objetivos desta reestruturação focaram-se em áreas de atuação como a água e o regadio; a floresta e a fileira florestal; a competitividade da economia agroalimentar e agroambiental; os estímulos ao desenvolvimento rural; o relançamento das pescas e da aquicultura; a fiscalização da higiene e sanidade animal e da qualidade agroalimentar.</p> <p>A concretização de tais mudanças passou por uma descentralização dos serviços e sua aproximação das populações rurais; pela melhoria e aumento do rigor na aprovação de projetos e por um</p>

	<p>acompanhamento mais eficaz da sua execução material no terreno; pela especialização funcional dos serviços centrais do ministério e pelo reforço técnico dos seus serviços regionais.</p> <p>A estrutura orgânica do MADRP refletiu ainda uma crescente preocupação em supervisionar as políticas agro-alimentares numa perspetiva da sua relação com o ambiente (prova disso foi a criação da figura do Auditor de Ambiente) e sob o ponto de vista de uma maior vigilância sobre a saúde vegetal e animal, higiene pública e qualidade alimentar (criação do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar).</p> <p>Por sua vez, foram extintos vários serviços e institutos (provenientes tanto do ex-Ministério da Agricultura, quanto do ex-Ministério do Mar), a saber: Direcção-Geral das Pescas; Escola das Marinhas do Comércio e Pescas; Gabinete dos Assuntos Europeus; Instituto das Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural; Instituto Florestal; Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar; Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar; Instituto Português de Investigação Marítima.</p> <p>O MADRP foi extinto em 2004, tendo-lhe sucedido o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eng. Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva (Ministro entre 1995-10-28 e 1998-10-03); • Dr. Luís Manuel Capoulas Santos (Ministro entre 1998-10-03 e 2002-04-06); • Eng. Armando José Cordeiro Sevinate Pinto (Ministro entre 2002-04-06 e 2004-07-17).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve como missão apoiar a definição e executar as políticas relativas aos sectores agrícola, pecuário, florestal, alimentar, do desenvolvimento rural e das pescas.</p> <p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executar, no quadro da política agrícola comum e da política comum das pescas, a política nacional nos domínios agrícola,

	<p>pecuário, florestal e alimentar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar, apoiar e fiscalizar as atividades económicas relacionadas com a produção, transformação e comercialização dos produtos agroalimentares e das pescas; • Promover e coordenar as ações conducentes ao ordenamento agro-florestal e ambiental, de harmonia com as orientações do ordenamento do território; • Promover e coordenar as ações de investigação, experimentação, demonstração e formação, com vista à introdução de novas culturas, tecnologias e métodos de produção nos domínios agroalimentar e das pescas; • Promover e incentivar a multifuncionalidade das explorações rurais e as iniciativas de apoio à pluriatividade, à manutenção do povoamento no território e às agriculturas regionais com problemas críticos de desenvolvimento sustentado, numa perspetiva de promoção do emprego.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 296-A/95. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 266 (1995-11-17), p. 7084(2)-7094(7). Aprova a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 22 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1995/11/266A01/00020007.pdf>. • Decreto-Lei n.º 74/96. D.R. I Série-A. N.º 139 (1996-06-18), p. 1554-1559. Cria a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Em linha]. [Consult. 22 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1996/06/139A00/15541559.pdf>. • Decreto-Lei n.º 215-A/2004. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 208 (2004-09-03), p. 5912(2)-5912(9). Aprova a orgânica do XVI Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 22 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2004/09/208A01/00020009.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 18 de junho de 1996 (<i>vide</i> Apêndice C.18). •
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • XIII Governo Constitucional; • XIV Governo Constitucional; • XV Governo Constitucional.

Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	1995-10-28
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	2004-07-17
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

	<ul style="list-style-type: none"> • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-22 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os presidentes e os governos da república no século XX. Lisboa: CGD-INCM, 2000. • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os governos da República. 1910-2010. Lisboa: CGD, 2011. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 22 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Recurso relacionado 1	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Código de referência: PT/TT/MADRP)

Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	1995-1998

Apêndice B.15. Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	---
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	2004-07-17 – 2005-03-12
História	<p>O Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas foi criado em 2004, aquando da tomada de posse do XVI Governo Constitucional. Este Ministério não foi objeto de lei orgânica, surgindo mencionado no Decreto-Lei n.º 215-A/2004, como tendo sucedido ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e sendo, por isso, herdeiro dos seus serviços e organismos. Foi extinto em 2005, dando lugar ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Carlos Henrique da Costa Neves (Ministro entre 2004-07-17 e 2005-03-12).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	O Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas teve como missão apoiar a definição e executar as políticas relativas aos sectores agrícola, pecuário, florestal, alimentar e das pescas.

	<p>O Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executar, no quadro da política agrícola comum e da política comum das pescas, a política nacional nos domínios agrícola, pecuário, florestal e alimentar; • Enquadrar, apoiar e fiscalizar as atividades económicas relacionadas com a produção, transformação e comercialização dos produtos agroalimentares e das pescas; • Promover e coordenar as ações conducentes ao ordenamento agro-florestal e ambiental, de harmonia com as orientações do ordenamento do território; • Promover e coordenar as ações de investigação, experimentação, demonstração e formação, com vista à introdução de novas culturas, tecnologias e métodos de produção nos domínios agroalimentar e das pescas; • Promover e incentivar a multifuncionalidade das explorações rurais e as iniciativas de apoio à pluriatividade, à manutenção do povoamento no território e às agriculturas regionais com problemas críticos de desenvolvimento sustentado, numa perspetiva de promoção do emprego.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 215-A/2004. D.R. I Série-A. Suplemento. N.º 208 (2004-09-03), p. 5912(2)-5912(9). Aprova a orgânica do XVI Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 23 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2004/09/208A01/00020009.pdf>. • Decreto-Lei n.º 79/2005. D.R. I Série-A. N.º 74 (2005-04-15), p. 2979-2986. Aprova a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 23 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/074A00/29792986.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas à data da sua criação em 17 de julho de 2004 (<i>vide</i> Apêndice C.19).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • XVI Governo Constitucional.
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004

Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	2004-07-17
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	2005-03-12
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ

Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-23 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os governos da República. 1910-2010. Lisboa: CGD, 2011. • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 23 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	---
Tipo de recurso relacionado	---
Natureza da relação	---
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	---

**Apêndice B.16. Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das
Pescas. 2005-2011**

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MADRP
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	2005-03-12 – 2011-06-21
História	<p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) foi criado em abril de 2005, no âmbito do XVII Governo Constitucional, integrando «...os serviços, organismos e entidades até aqui compreendidos no anteriormente designado Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.» (Decreto-Lei n.º 79/2005).</p> <p>O ano de 2006 foi o ano de implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), com objetivos de desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos; ganhos de eficiência destes serviços através da sua simplificação, racionalização, automatização e redução do seu número; aproximação aos cidadãos e reforço dos poderes locais e regionais.</p> <p>As grandes linhas de remodelação feitas de acordo com o PRACE foram traçadas em abril de 2006, quando da aprovação deste programa de reestruturação. A RCM n.º 39/2006 contemplou detalhadamente as modificações a implementar no modelo organizacional das estruturas da Administração Central do Estado, o que, no caso do MADRP, se traduziu no redesenho da sua orgânica, conforme fica patente no Decreto-Lei n.º 209/2006.</p> <p>Assim, a reestruturação do MADRP passou sobretudo pela criação</p>

	<p>de serviços e organismos resultantes da fusão de vários outros serviços e organismos, o que, na prática se traduziu numa diminuição de unidades orgânicas dentro do ministério.</p> <p>Exemplo disso foi a criação da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que integrou as atribuições da Direção-Geral de Protecção das Culturas e do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica ou a criação do Instituto de Financiamento da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que integrou as atribuições do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola e as do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas. Os serviços e organismos que foram mantidos, integraram igualmente funções e competências de outros que foram extintos, como a Secretaria-Geral, que integrou a Auditoria Jurídica ou a Direção-Geral das Pescas e Aquicultura, que integrou a Escola de Pesca e da Marinha de Comércio. Outra redução foi operada a nível regional com a redução das Direções Regionais de Agricultura de sete para cinco.</p> <p>O MADRP foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, o mesmo diploma que aprovou a estrutura orgânica do XIX Governo Constitucional e que criou o seu sucessor, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dr. Jaime de Jesus Lopes da Silva (Ministro entre 2005-03-12 e 2009-10-26); • Professor Doutor António Manuel Soares Serrano (Ministro entre 2009-10-26 e 2011-06-21).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve como missão a definição das políticas agrícola, agroalimentar, silvícola, de desenvolvimento rural e das pescas, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, da proteção, qualidade e segurança da produção agroalimentar e o planeamento e coordenação da aplicação dos fundos nacionais e comunitários a favor da agricultura, das florestas, do desenvolvimento rural e das pescas.</p> <p>O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política nas áreas da agricultura, da silvicultura, da produção

	<p>agroalimentar e agro-florestal, do desenvolvimento rural e das pescas centradas na melhoria da competitividade das atividades económicas e dos territórios, salvaguardando a defesa do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a proteção, a qualidade e a segurança da produção agroalimentar; • Promover a defesa, a proteção e a utilização sustentável dos recursos florestais, naturais e das pescas; • Dinamizar e apoiar a investigação científica e tecnológica nas áreas da agricultura, da silvicultura, da produção agroalimentar e agro-florestal, do desenvolvimento rural e das pescas, numa perspetiva de inovação e qualidade dos modos de produção e dos produtos; • Aperfeiçoar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, social e ambiental nas áreas da agricultura, da silvicultura, da produção agroalimentar e agroflorestal, do desenvolvimento rural e das pescas e à qualificação, valorização e desenvolvimento dos territórios rurais, designadamente através da melhoria das infraestruturas, da formação e aperfeiçoamento profissional dos agentes económicos e sociais e do fomento de parcerias estratégicas; • Assegurar o planeamento, a coordenação, a gestão e o controlo da aplicação dos instrumentos financeiros nacionais e comunitários a favor da agricultura, da silvicultura, da produção agroalimentar e agro-florestal, do desenvolvimento rural e das pescas.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 79/2005. D.R. I Série-A. N.º 74 (2005-04-15), p. 2979-2986. Aprova a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/074A00/29792986.pdf>. • Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006. D.R. I Série-B. N.º 79 (2006-04-21), p. 2834-2866. Aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2006/04/079B00/28342866.pdf>. • Decreto-Lei n.º 209/2006. D.R. I Série. N.º 208 (2006-10-27), p. 7492-7501. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/74927501.pdf> • Decreto-Lei n.º 32/2008. D.R. I Série. N.º 39 (2008-02-25), p. 1213-1215. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério

	<p>da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03900/0121301215.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 160/2008. D.R. I Série. N.º 153 (2008-08-08), p. 5359-5367. Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15300/0535905367.pdf>. • Decreto-Lei n.º 44/2009. D.R. I Série. N.º 31 (2009-02-13), p. 1049-1050. Proceda à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03100/0104901050.pdf>. • Decreto-Lei n.º 321/2009. D.R. I Série. N.º 239 (2009-12-11), p. 8628-8634. Aprova a Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional. . [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2009/12/23900/0862808634.pdf>. • Decreto-Lei n.º 86-A/2011. D.R. I Série. Suplemento. N.º 132 (2011-07-12), p. 3996(2)-3996(7). Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13201/0000200007.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas à data da sua criação em 12 de março de 2005 (<i>vide</i> Apêndice C.20); • Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, após a sua reestruturação em 27 de outubro de 2006 (<i>vide</i> Apêndice C.21).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> • XVII Governo Constitucional; • Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE); • XVIII Governo Constitucional.

Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	2005-03-12
Relação 2	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade predecessora
Datas da relação	2011-06-21
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências

	<p>bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ</p> <ul style="list-style-type: none"> NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-24 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> GUIMARÃES, Alberto Laplaine et al. – Os governos da República. 1910-2010. Lisboa: CGD, 2011. PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 24 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	---
Tipo de recurso relacionado	---
Natureza da relação	---
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	---

Apêndice B.17. Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013

Zona da Identificação	
Tipo de entidade	Pessoa Coletiva
Formas autorizadas do nome	Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013
Formas paralelas do nome	---
Formas autorizadas do nome de acordo com outras regras	---
Outras formas do nome	MAMAOT
Identificadores para pessoas coletivas	---
Zona da Descrição	
Datas de existência/atividade	2011-06-21 – 2013-07-24
História	<p>O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011. Este Ministério foi o resultado da fusão de duas entidades ministeriais: o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Este diploma legal determinou que, enquanto não fosse estabelecida a sua orgânica por diploma legal próprio, a estrutura do MAMAOT seria composta pelos serviços, organismos, entidades e estruturas dos ministérios seus antecessores. A sua orgânica veio a ser aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012.</p> <p>Esta fusão de dois ministérios resultando na criação de uma entidade com as dimensões do MAMAOT foi feita no âmbito de um novo programa de reestruturação, cujo objetivo fundamental foi o de reduzir as estruturas orgânicas da Administração Pública: o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), aprovado a 20 de Julho de 2011, em reunião de Conselho de Ministros.</p> <p>Os objetivos e o propósito da sua criação numa conjuntura de redução de despesa pública e de concentração e otimização de recursos ficam patentes no prólogo do Decreto-Lei n.º 7/2012.</p>

	<p>O MAMAOT, para além de ter integrado as áreas provenientes dos dois ministérios extintos, integrou ainda atribuições de outros ministérios, como o da Defesa Nacional; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Obras Públicas, Transportes e Comunicações (ficando com a tutela da habitação social e reabilitação do património habitacional). Integrou, além disso, um sector que por diversas vezes no passado constituiu Ministério próprio: o Mar.</p> <p>Devido à reestruturação governamental, operada durante o mês de julho de 2013, o MAMAOT foi extinto, dando lugar a dois ministérios distintos: o Ministério da Agricultura e do Mar e o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.</p> <p>Durante o seu período de existência teve como Ministra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doutora Maria da Assunção de Oliveira Cristas Machado da Graça (Ministra entre 2011-06-21 e 2013-07-24).
Lugares	Lisboa (Portugal)
Estatuto legal	Departamento governamental
Funções, ocupações, atividades	<p>O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território teve como missão definir, coordenar e executar as políticas agrícolas, agroalimentares, silvícolas, de desenvolvimento rural, de exploração e potenciação dos recursos do mar, de ambiente e de ordenamento do território, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial, bem como assegurar o planeamento e a coordenação da aplicação de fundos nacionais e comunitários a favor da agricultura, das florestas, do desenvolvimento rural, da política do mar, do ambiente e da valorização e ordenamento territoriais.</p> <p>O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território teve como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política de agricultura, das florestas, da conservação da natureza, do desenvolvimento rural, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, centrada na sustentabilidade ambiental, económica e social; • Promover a proteção, a valorização e a utilização dos recursos naturais, terrestres e marinhos, e a qualidade da produção agroalimentar, com vista a um desenvolvimento sustentável, eficiente e com baixo teor de carbono, assegurando a preservação do património natural, o bom estado e funcionamento dos ecossistemas, a manutenção e fomento da biodiversidade, da conservação da natureza e da

	<p>proteção e valorização da paisagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e apoiar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico numa perspetiva de inovação, de eficiência dos modos de produção e de qualidade e valorização dos produtos e incentivar a melhoria das infraestruturas, e da formação profissional e técnica dos agentes económicos e sociais; • Assegurar o planeamento, a coordenação, a gestão e o controlo da aplicação dos instrumentos financeiros nacionais, comunitários e outros mecanismos de apoio internacional, garantir a existência de sistemas de monitorização e avaliação, bem como assegurar a divulgação pública da informação sobre os indicadores do desenvolvimento das políticas; • Desenvolver, implementar, manter atualizadas e avaliar as estratégias nacionais em todas as áreas tuteladas, designadamente a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Rural; a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade; a Estratégia Nacional para as Florestas; a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira; a Estratégia Nacional para o Mar e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas; • Coordenar e desenvolver os sistemas nacionais de informação de base geográfica necessários à prossecução das políticas da agricultura, da conservação da natureza, das florestas, do desenvolvimento rural, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, assegurando a sua integração; • Impulsionar o desenvolvimento de um quadro legal simplificado para a prossecução das políticas tuteladas e garantir a adequada aplicação das leis e dos instrumentos administrativos, nomeadamente por via de auditorias de controlo e de ações de inspeção e fiscalização; • Promover a representação e participação ativa do Estado português no âmbito de convenções e acordos internacionais e das políticas da União Europeia nas áreas tuteladas; • Acompanhar e desenvolver os instrumentos da política agrícola comum e da política comum de pescas, com vista a garantir a sua adaptação às especificidades do território nacional; • Assegurar a proteção, a qualidade e a segurança da produção agroalimentar; • Incentivar e facilitar a criação e a dinamização de mercados de proximidade e a transparência nas relações entre a produção, a transformação e a distribuição da cadeia alimentar; • Desenvolver as políticas de ordenamento do território e
--	--

	<p>urbanismo, garantir a sua execução e avaliação e assegurar a articulação com as políticas sectoriais com incidência na organização do território;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as políticas de ordenamento dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa e garantir a sua execução e avaliação; • Desenvolver o quadro legal e regulamentar das atividades do sector marítimo-portuário nacional, em articulação com o membro do Governo responsável pelas áreas da economia e dos transportes; • Prosseguir os trabalhos de suporte à submissão de Portugal junto das Nações Unidas para a determinação do limite exterior da plataforma continental, até à conclusão do referido processo; • Planear e gerir, de forma integrada, os recursos hídricos, incluindo o regadio, e garantir a existência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, designadamente para consumo humano, dos serviços de drenagem de águas residuais e do controlo da poluição, bem como do uso eficiente da água; • Promover uma política sustentável de gestão de resíduos, nomeadamente através do apoio, dinamização, acompanhamento e monitorização de soluções de prevenção, reutilização e valorização; • Desenvolver a política climática, com vista à transição para uma economia com baixo teor de carbono, nomeadamente em matéria de mitigação das emissões de gases com efeito estufa e de adaptação aos impactos das alterações climáticas, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da energia; • Promover e coordenar o desenvolvimento das políticas de gestão da qualidade do ar e de prevenção e controlo do ruído, visando a proteção da saúde pública e a qualidade de vida das populações e incentivar a melhoria do desempenho ambiental, promovendo ações de identificação, prevenção e avaliação sistemática dos impactos da atividade humana sobre o ambiente, assegurar a prevenção e o controlo integrado da poluição e promover a educação ambiental como veículo estratégico da formação e sensibilização dos cidadãos; • Desenvolver, executar e avaliar a política social de habitação, estimulando e apoiando a gestão, conservação e reabilitação do património habitacional.
Mandatos / Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 86-A/2011. D.R. I Série. Suplemento. N.º 132 (2011-07-12), p. 3996(2)-3996(7). Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 27 ago.

	<p>2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13201/0000200007.pdf>.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 7/2012. D.R. I Série. N.º 12 (2012-01-17), p. 214-229. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01200/0021400229.pdf>. Decreto-Lei n.º 29/2013. D.R. I Série. N.º 37 (2013-02-21), p. 1108. Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/03700/0110801108.pdf>. Decreto-Lei n.º 119/2013. D.R. I Série. N.º 160 (2013-08-21), p. 5009-5020. Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. [Em linha]. [Consult. 27 ago. 2013] Disponível em WWW: <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16000/0500905020.pdf>.
Estruturas internas / Genealogia	<ul style="list-style-type: none"> Consultar organograma que representa a estrutura interna do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 17 de janeiro de 2012 (<i>vide</i> Apêndice C.22).
Contexto geral	<ul style="list-style-type: none"> XIX Governo Constitucional; Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).
Zona das Relações	
Relação 1	
Nome/Identificador da pessoa coletiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011
Tipo de relação	Cronológica
Descrição da relação	Entidade sucessora
Datas da relação	2011-06-21
Zona do Controlo	
Identificador do registo de autoridade	---

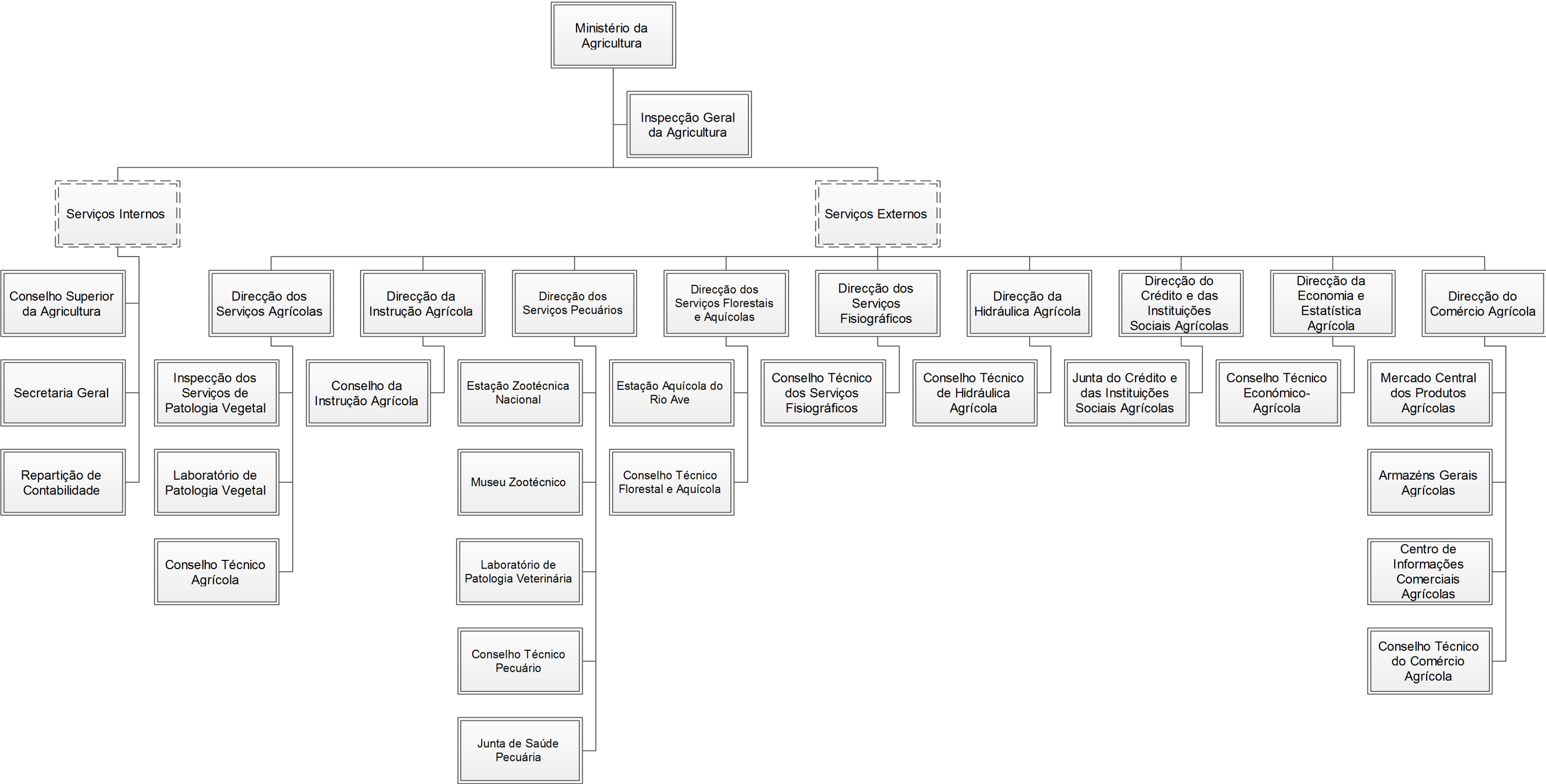
Identificadores da instituição	---
Regras e/ou convenções	<p>Registo de autoridade elaborado de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. • PORTUGAL. Direção-Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. 3.ªv. Lisboa: DGARQ, 2011. • NP 405-1. 1994, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ • NP 405-4. 2002, Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ • NP EN 28601. 1996, Dados e formatos de troca – Troca de informação: representação de datas e horas. Lisboa: IPQ
Estatuto	Versão provisória
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	2013-08-27 - Criação
Idiomas e escritas	Português-Latina
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> • PORTUGAL. Governo da República Portuguesa – Portal do Governo. Arquivo Histórico. Sítio Web. [Consult. 27 ago. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>.
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Margarida Rodrigues
Relações das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	---
Tipo de recurso relacionado	---
Natureza da relação	---
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	---

Apêndices C.

Proposta de preenchimento do elemento de informação “Estruturas Internas” (Zona da Descrição) mediante a introdução de um recurso gráfico: o organograma.

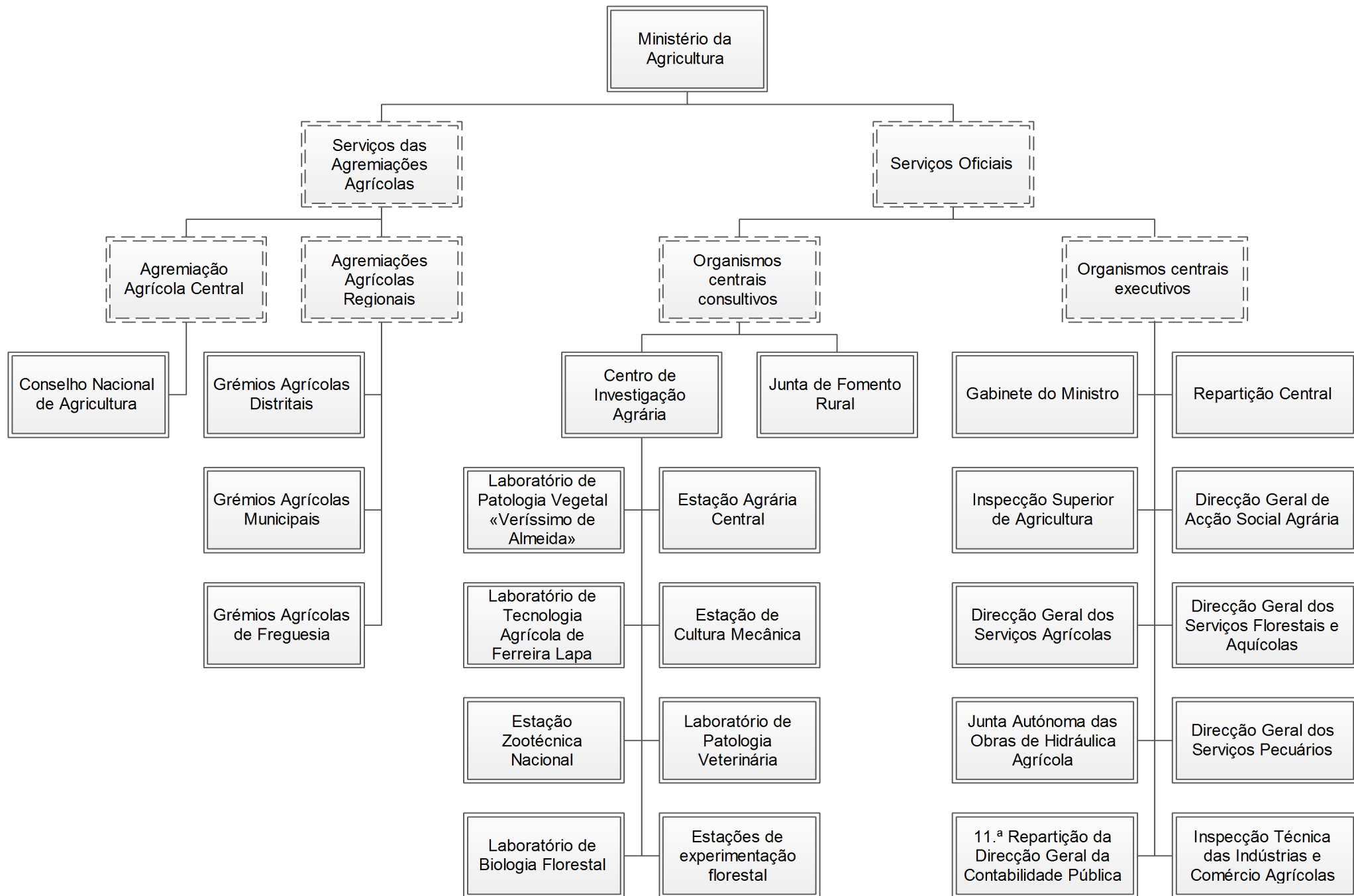
- **Apêndices C.1 e C.2:** Organogramas referentes a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932**
- **Apêndice C.3:** Organograma referente a **Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933**
- **Apêndices C.4 e C.5:** Organogramas referentes a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940**
- **Apêndices C.6 e C.7:** Organogramas referentes a **Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974**
- **Apêndice C.8:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura e Comércio. 1974-1974**
- **Apêndice C.9:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974**
- **Apêndice C.10:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975**
- **Apêndice C.11:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981**
- **Apêndice C.12:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983**
- **Apêndice C.13:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984**
- **Apêndices C.14 e C.15:** Organogramas referentes a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985**
- **Apêndice C.16:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991**
- **Apêndice C.17:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995**
- **Apêndice C.18:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004**
- **Apêndice C.19:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005**
- **Apêndices C.20 e C.21:** Organogramas referentes a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011**
- **Apêndice C.22:** Organograma referente a **Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013**

Apêndice C.1. Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério em 26 de abril de 1918)

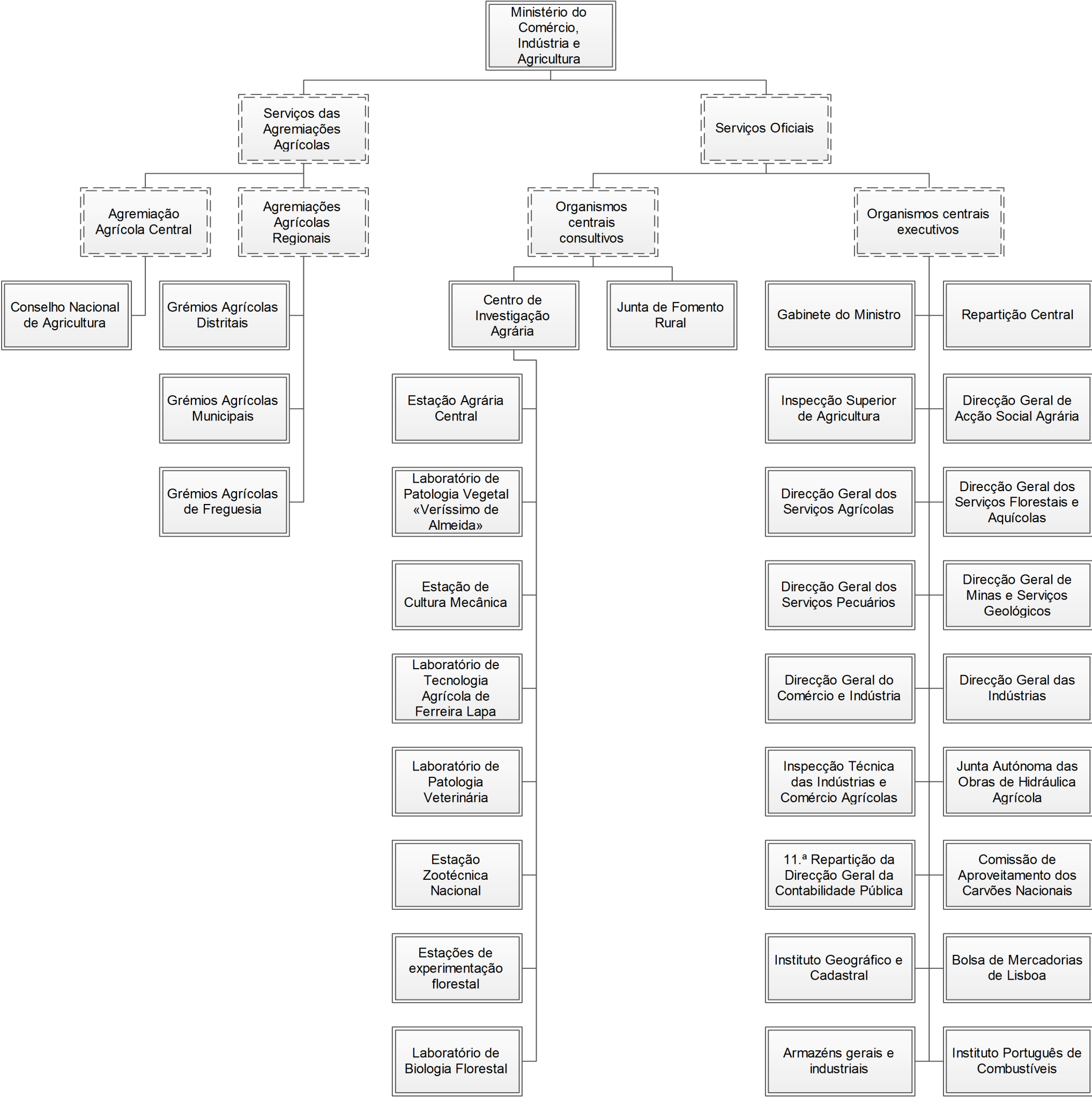


Apêndice C.2. Portugal. Ministério da Agricultura. 1918-1932

(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério após a sua reestruturação em 18 de novembro de 1931)

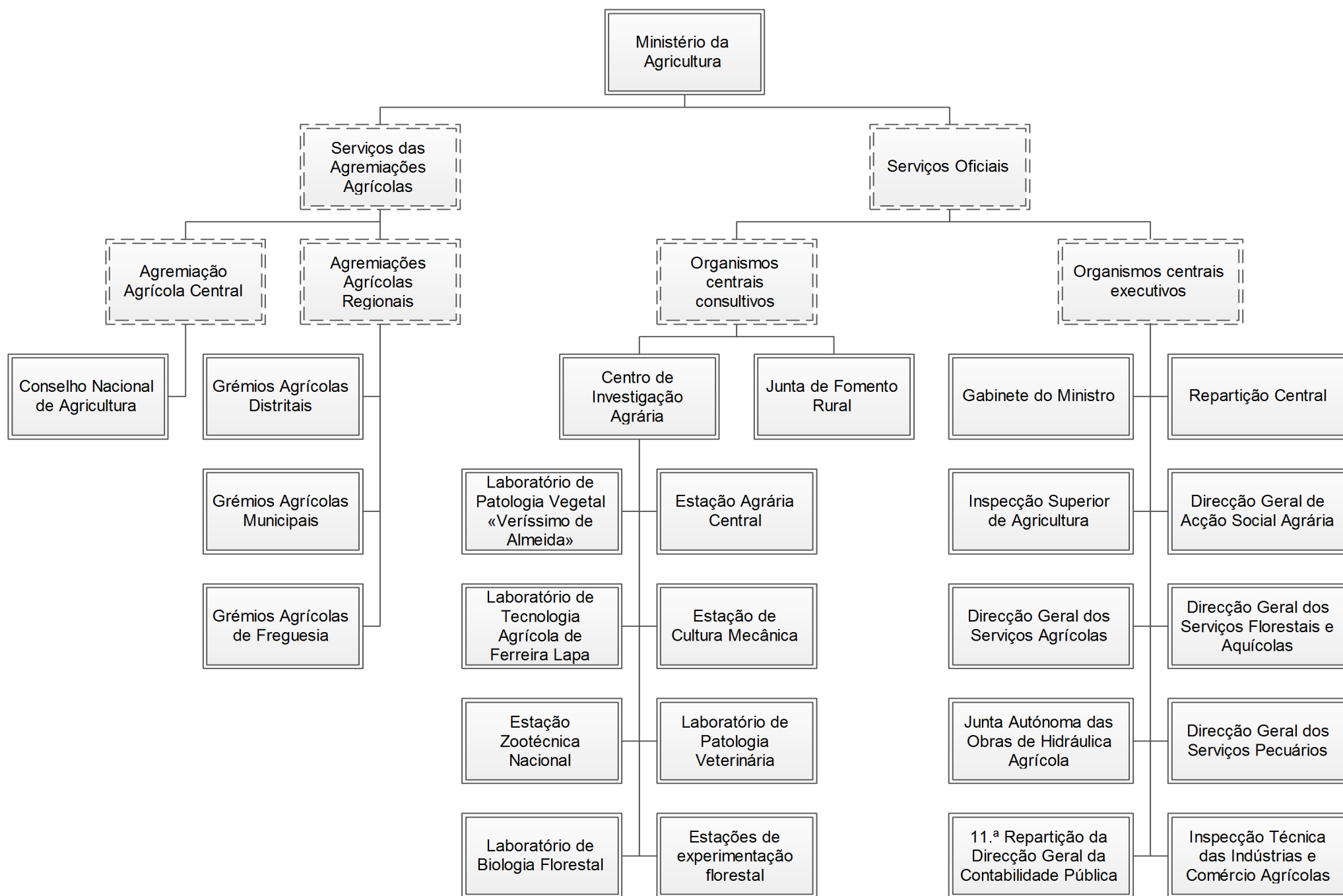


Apêndice C.3. Portugal. Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. 1932-1933
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério em 07 de julho de 1932)

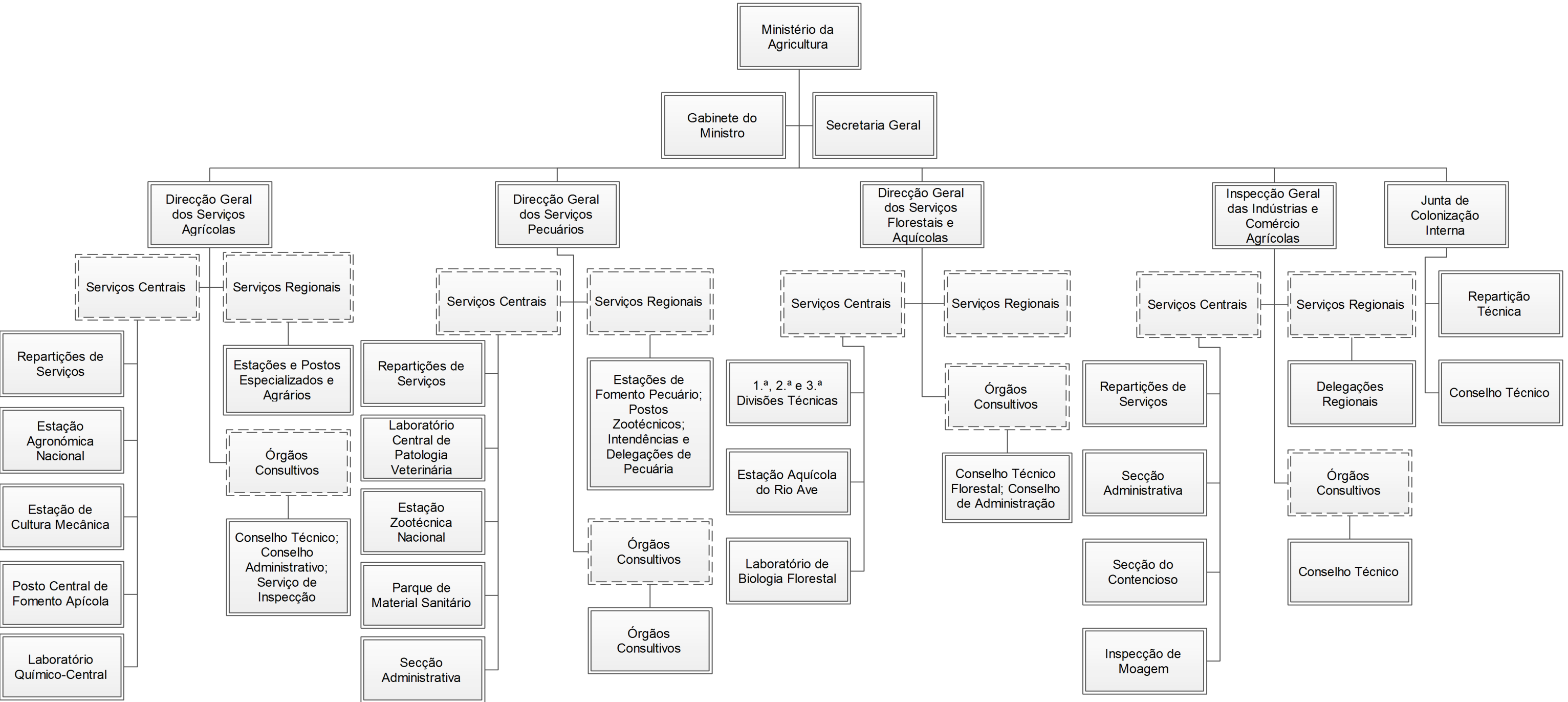


Apêndice C.4. Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940

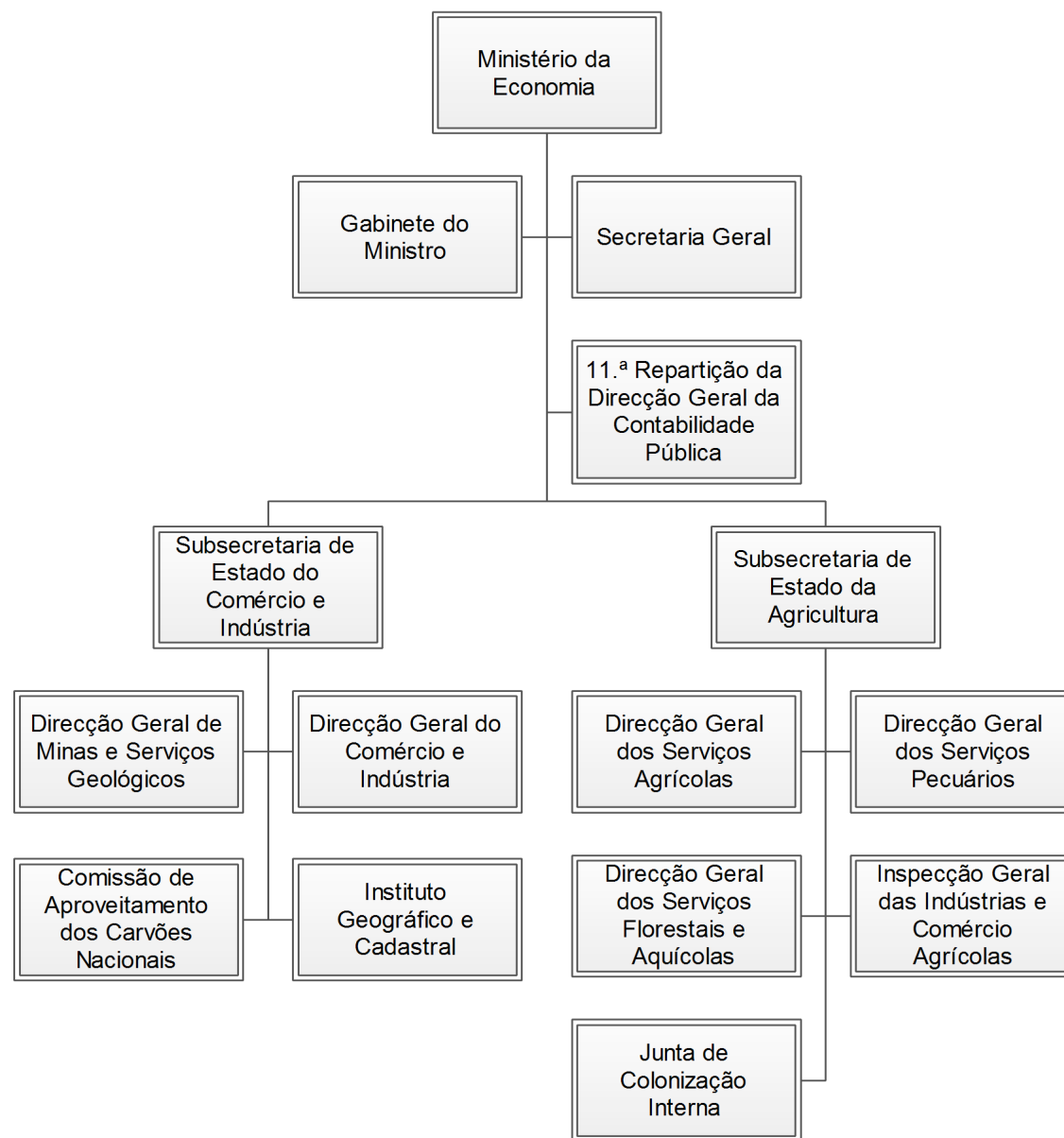
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua constituição em 24 de julho de 1933)



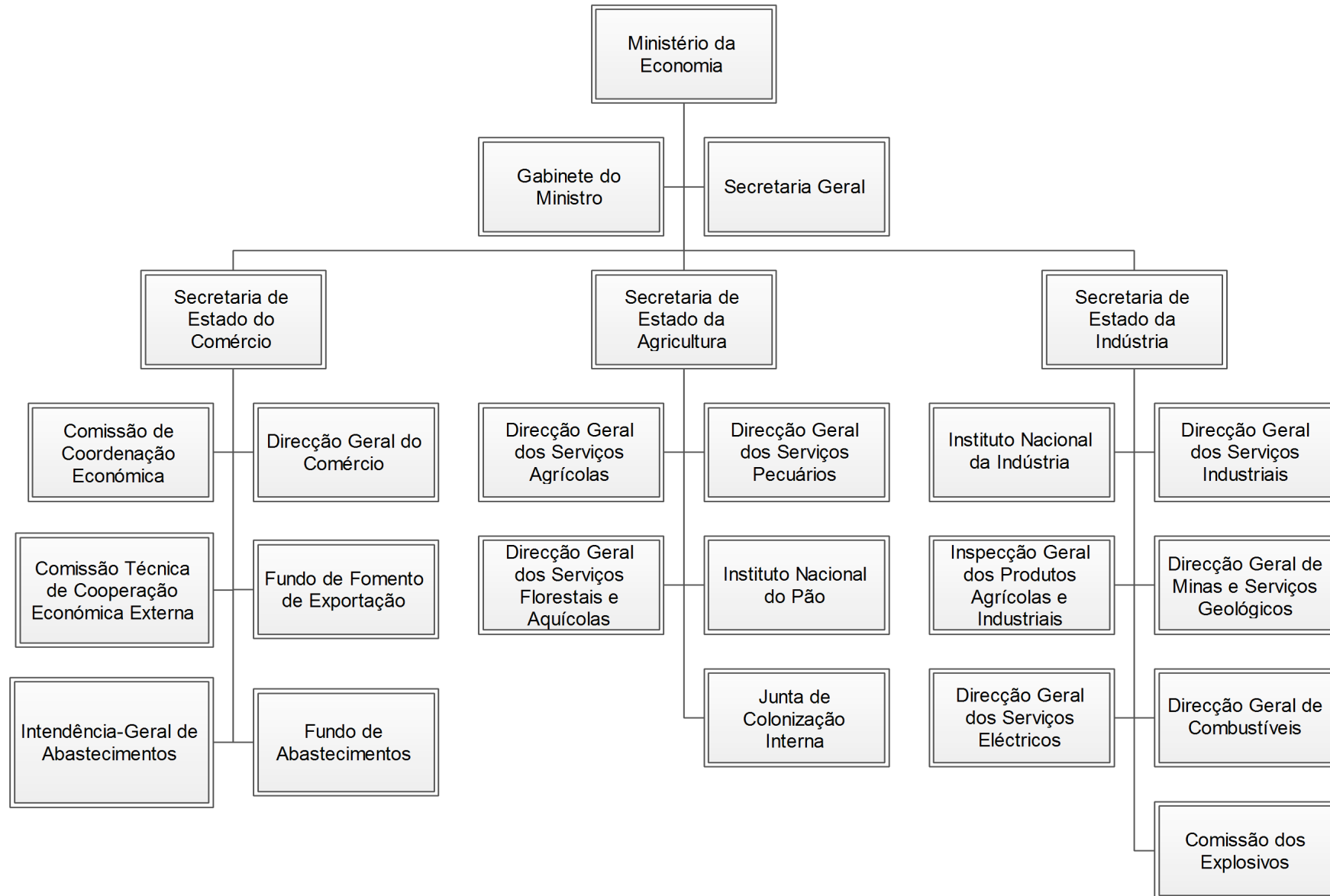
Apêndice C.5. Portugal. Ministério da Agricultura. 1933-1940
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério após a sua reestruturação em 16 de novembro de 1936)



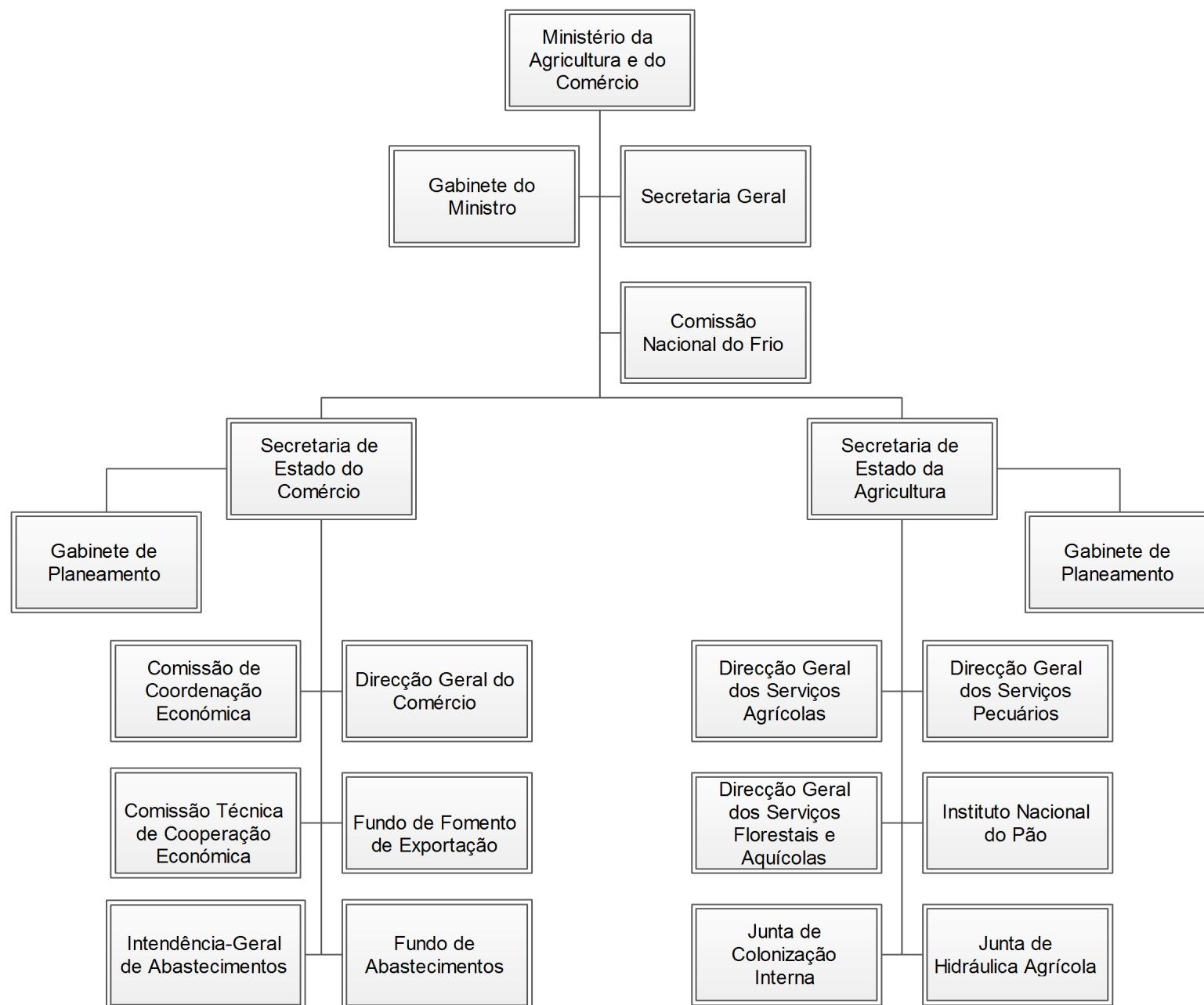
Apêndice C.6. Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério em 27 de agosto de 1940)



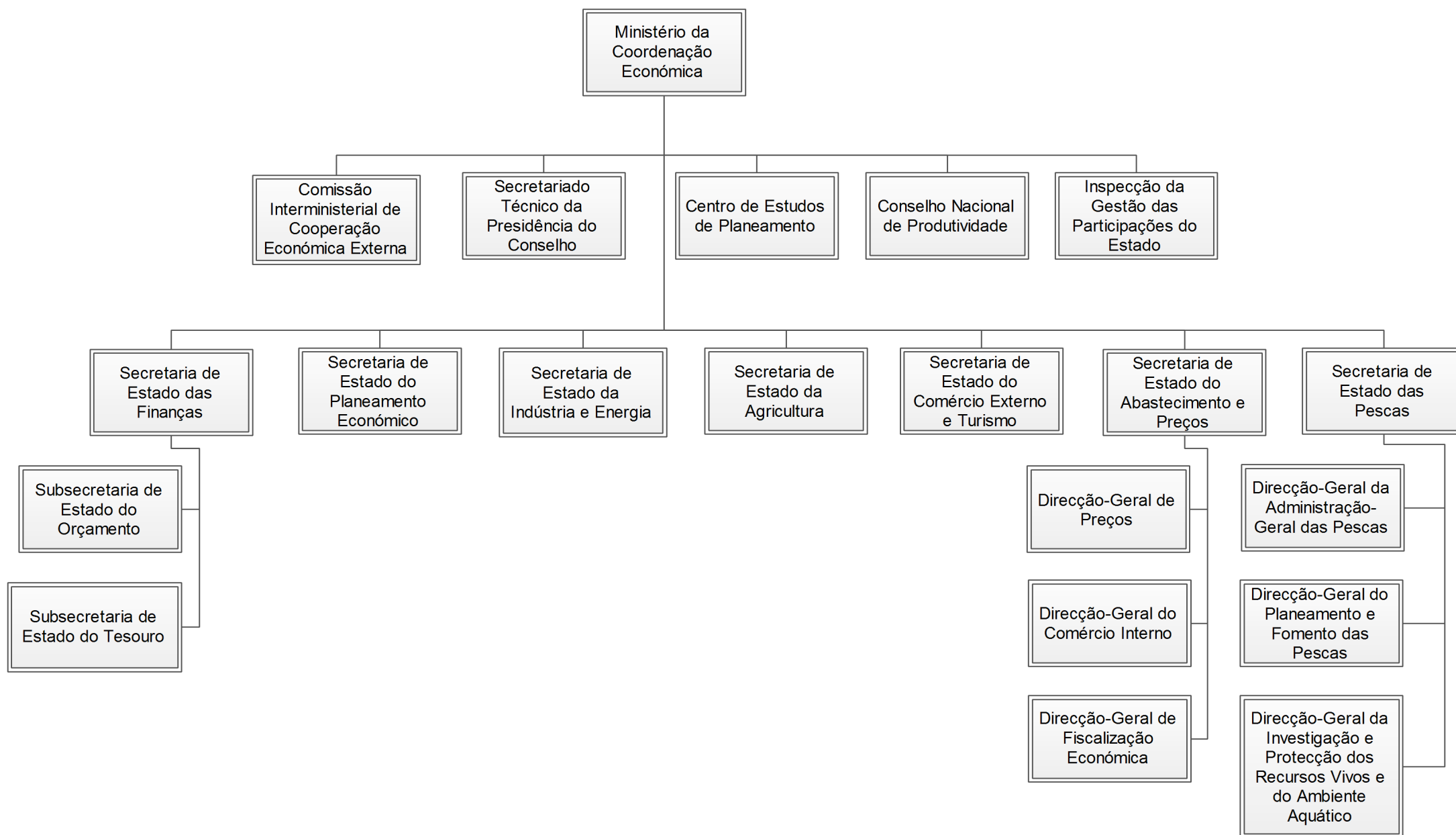
Apêndice C.7. Portugal. Ministério da Economia. 1940-1974
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério após a sua reestruturação em 13 de agosto de 1958)



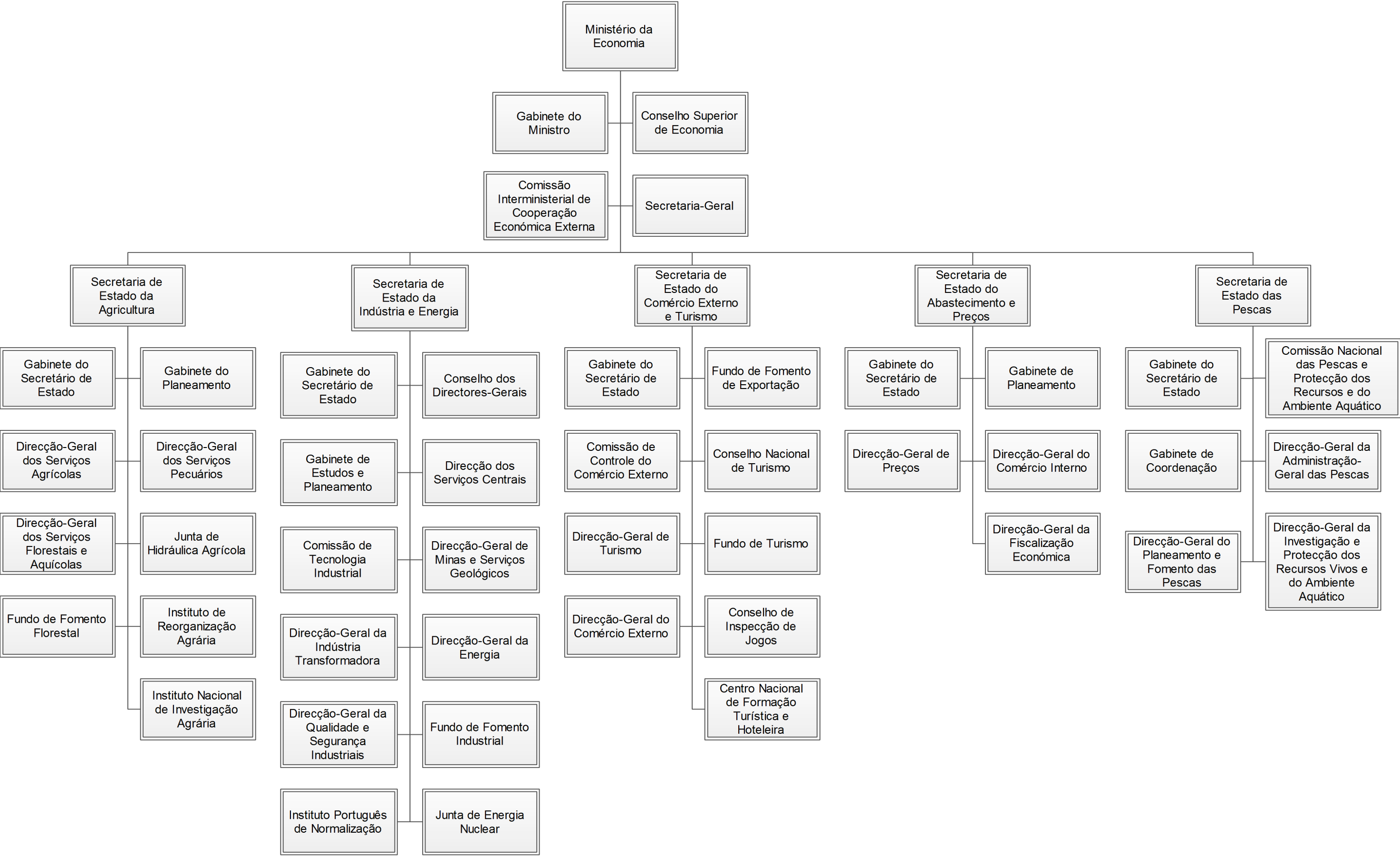
Apêndice C.8. Portugal. Ministério da Agricultura e do Comércio. 1974-1974
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua criação em 15 de março de 1974)



Apêndice C.9. Portugal. Ministério da Coordenação Económica. 1974-1974
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério em 10 de julho de 1974)

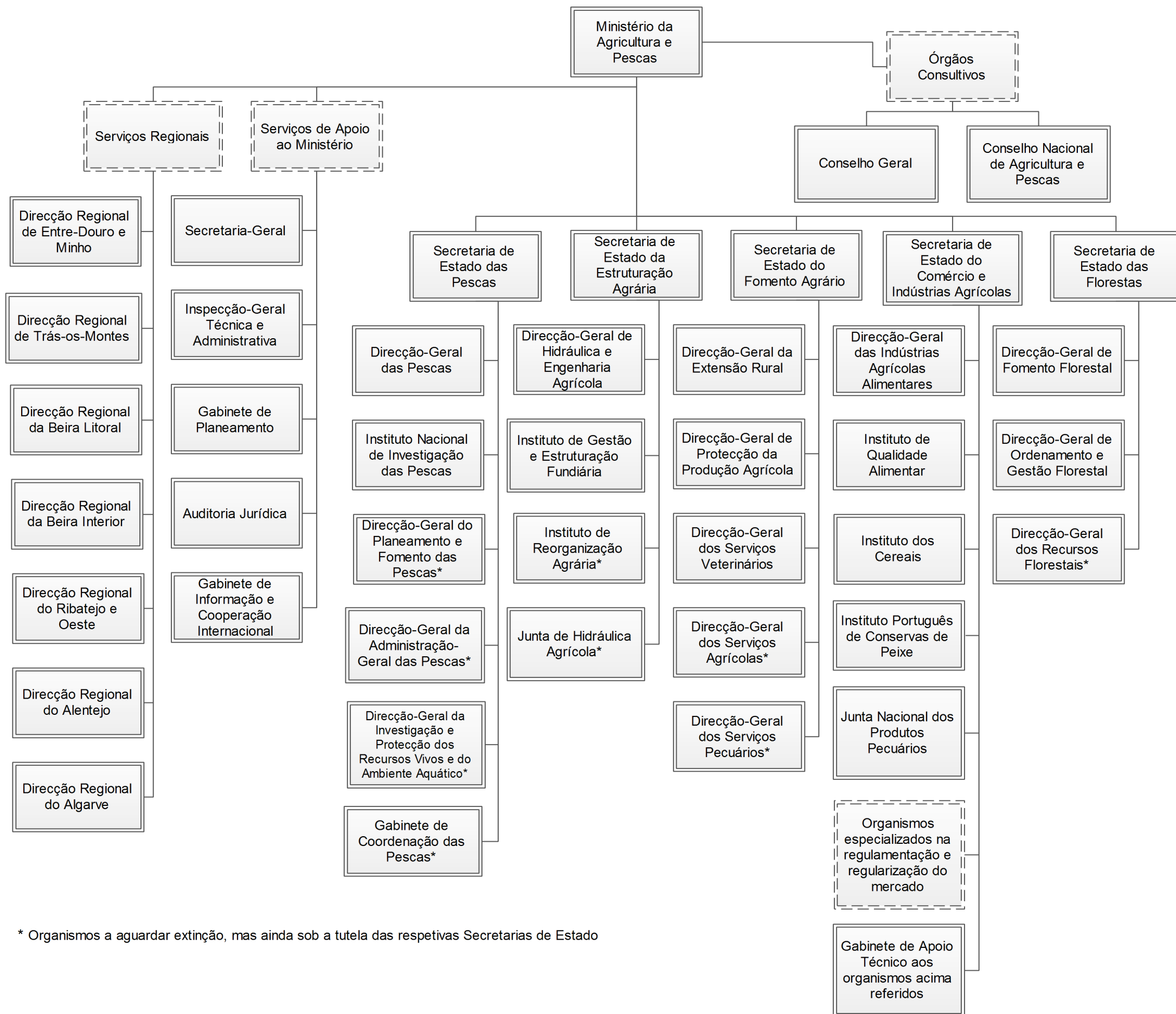


Apêndice C.10. Portugal. Ministério da Economia. 1974-1975
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 12 de outubro de 1974)



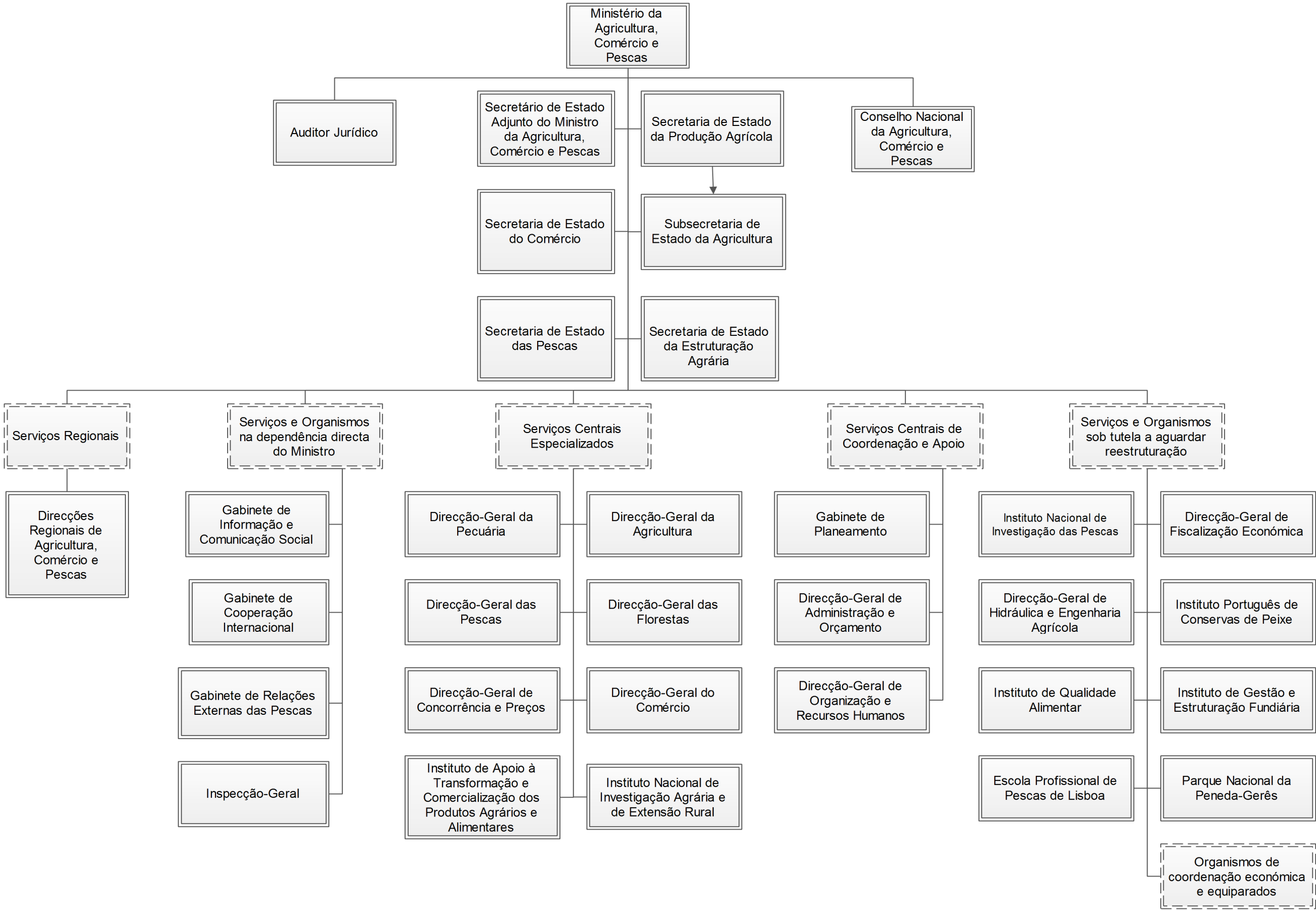
Apêndice C.11. Portugal. Ministério da Agricultura e Pescas. 1975-1981

(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 28 de maio de 1977)

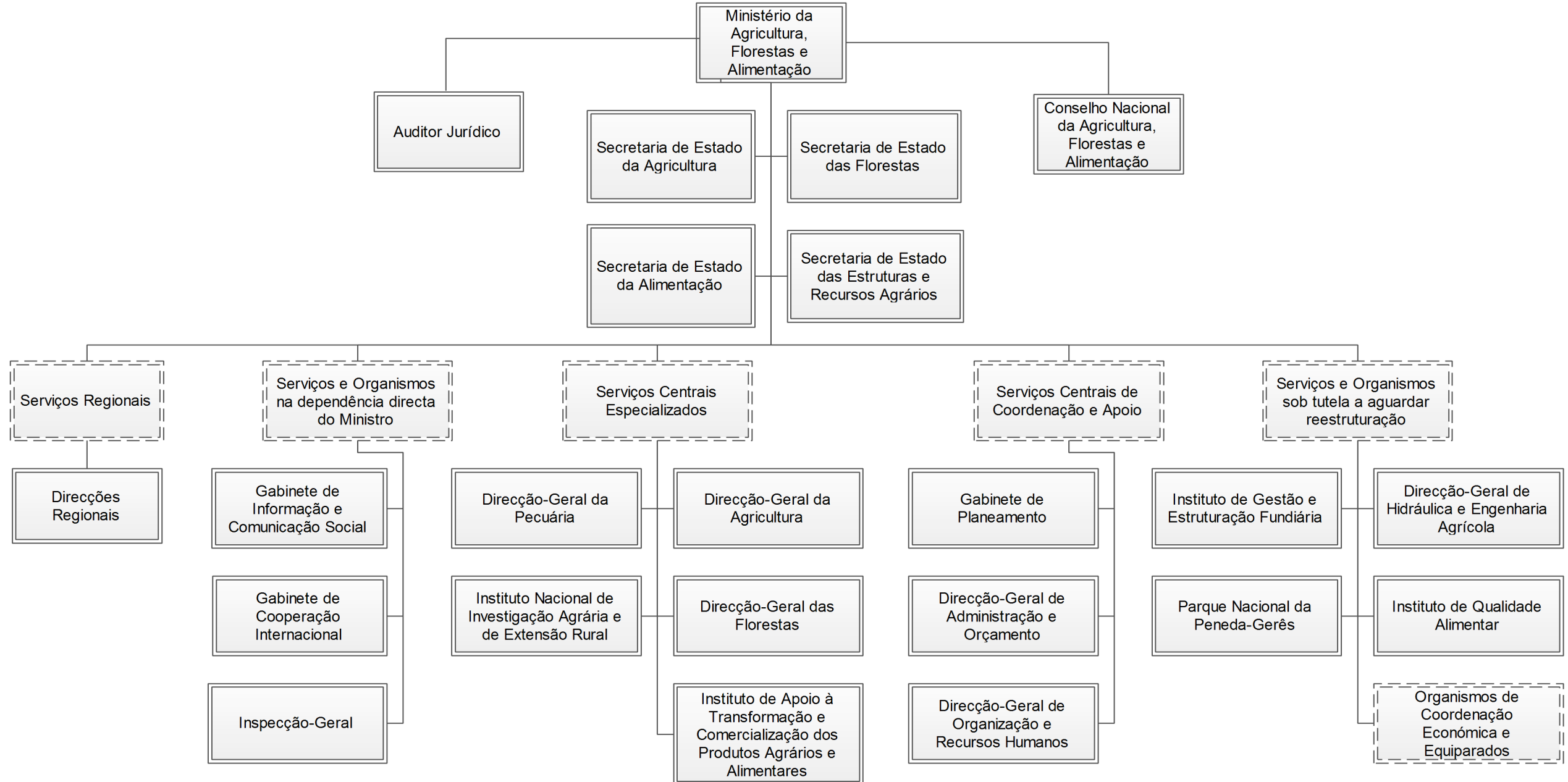


* Organismos a aguardar extinção, mas ainda sob a tutela das respectivas Secretarias de Estado

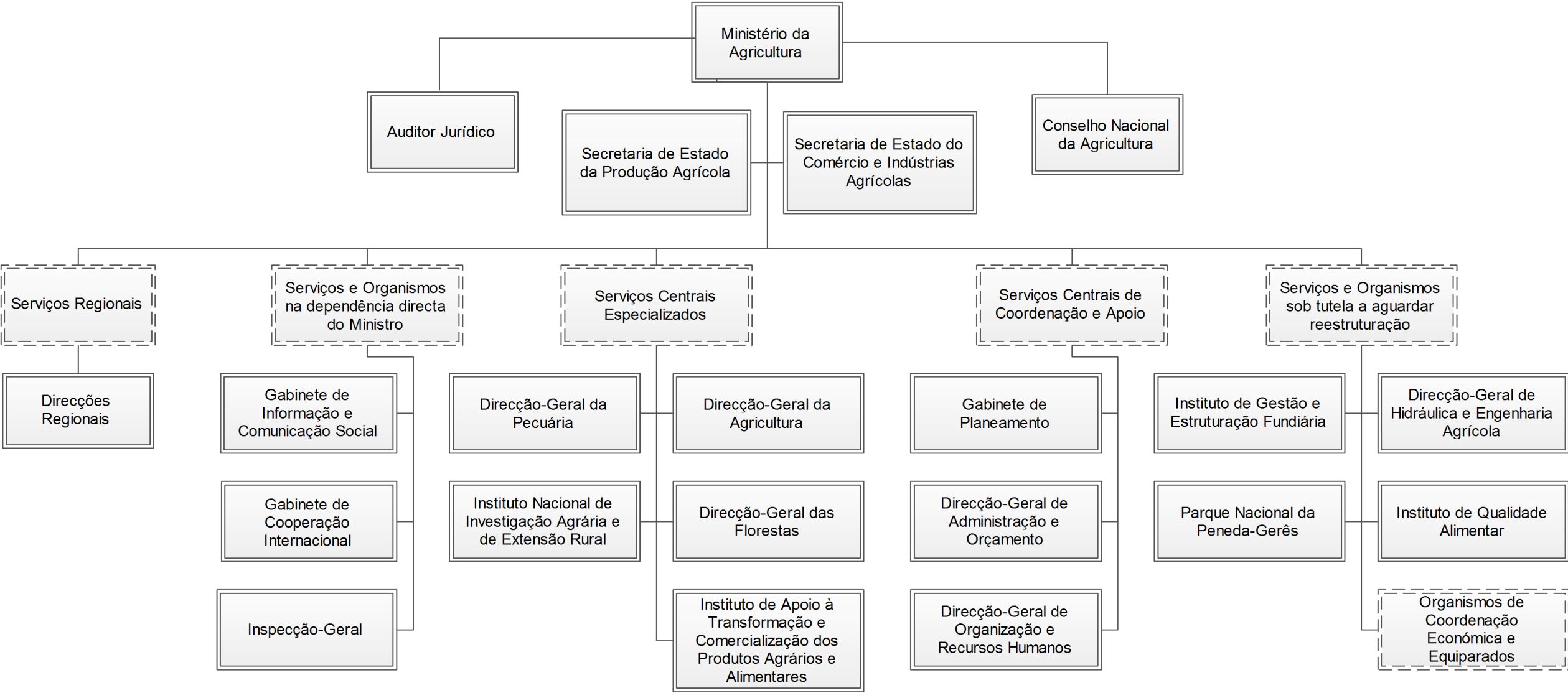
Apêndice C.12. Portugal. Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. 1981-1983
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 27 de julho de 1982)



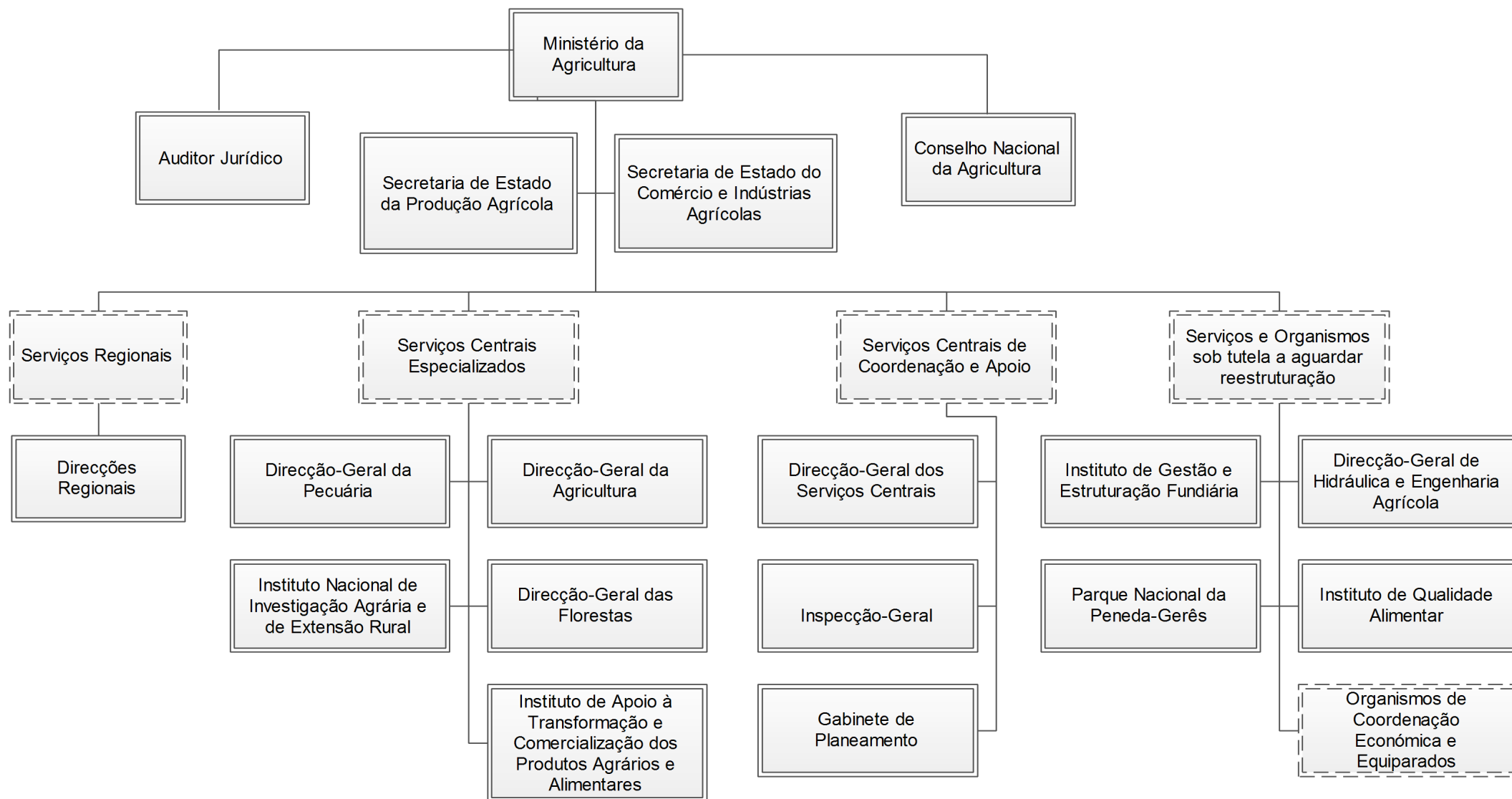
Apêndice C.13. Portugal. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação. 1983-1984
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua criação em 9 de junho de 1983)



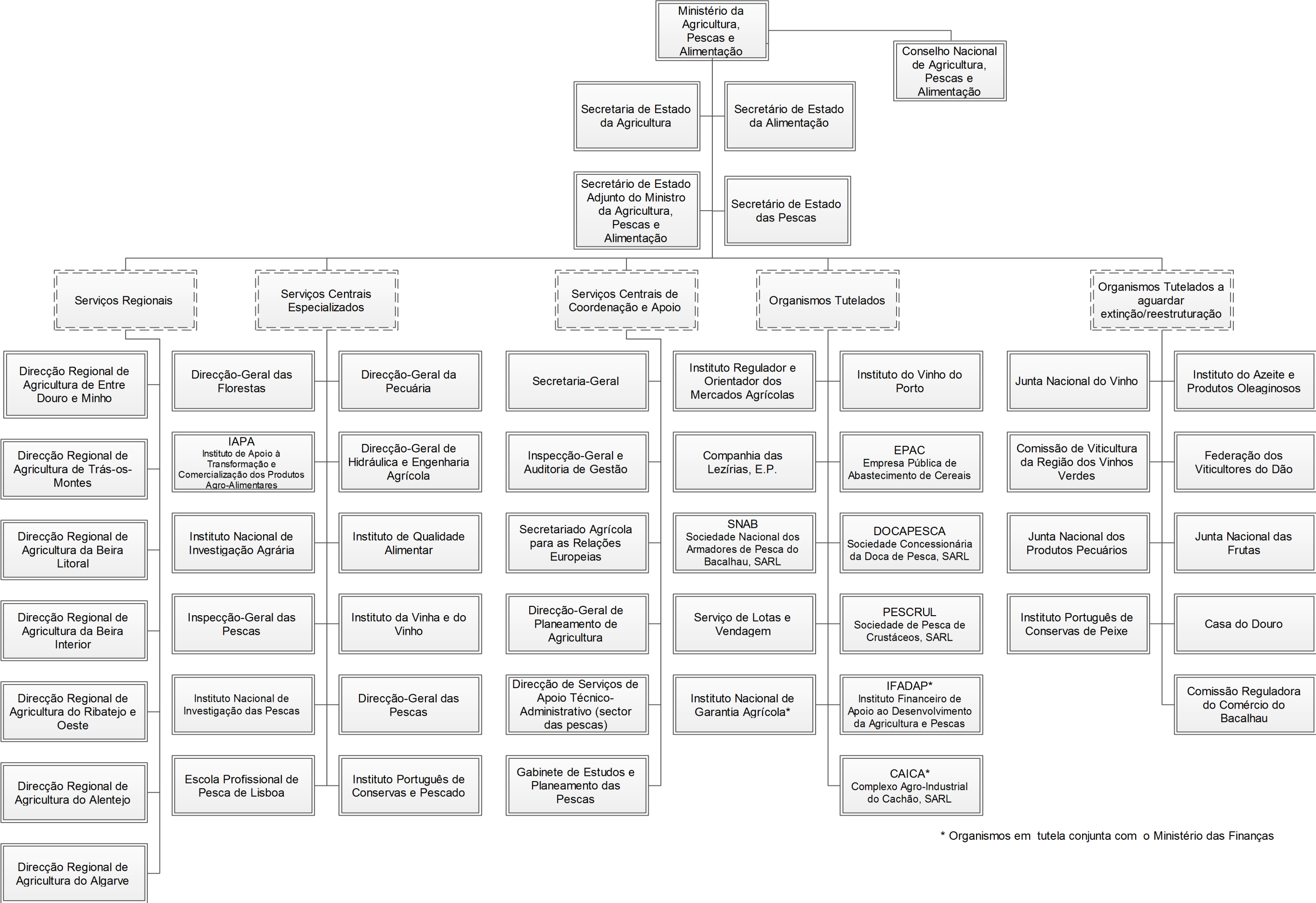
Apêndice C.14. Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua criação em 17 de outubro de 1984)



Apêndice C. 15. Portugal. Ministério da Agricultura. 1984-1985
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua reestruturação em 30 de março de 1985)



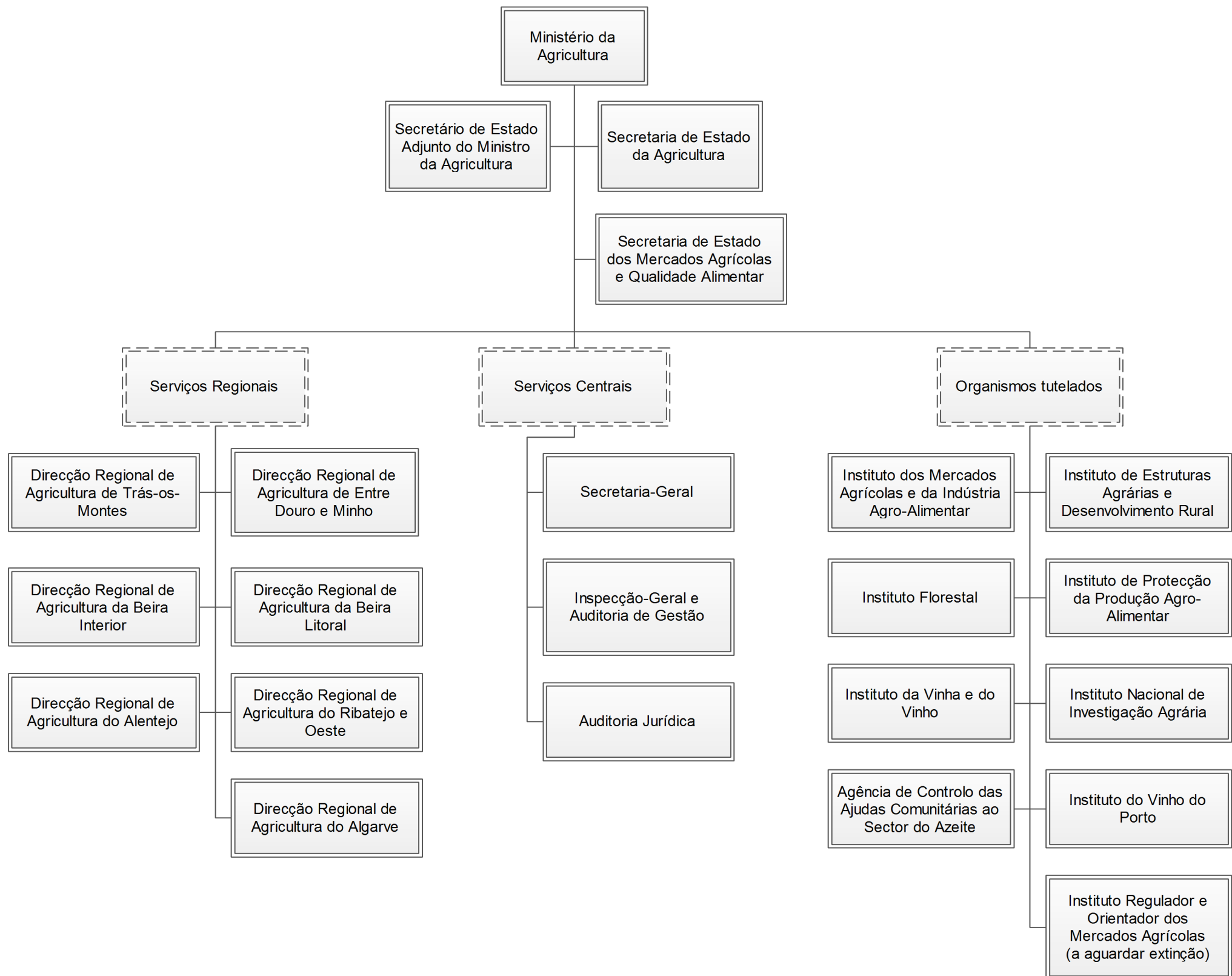
Apêndice C.16. Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. 1985-1991
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 23 de setembro de 1986)



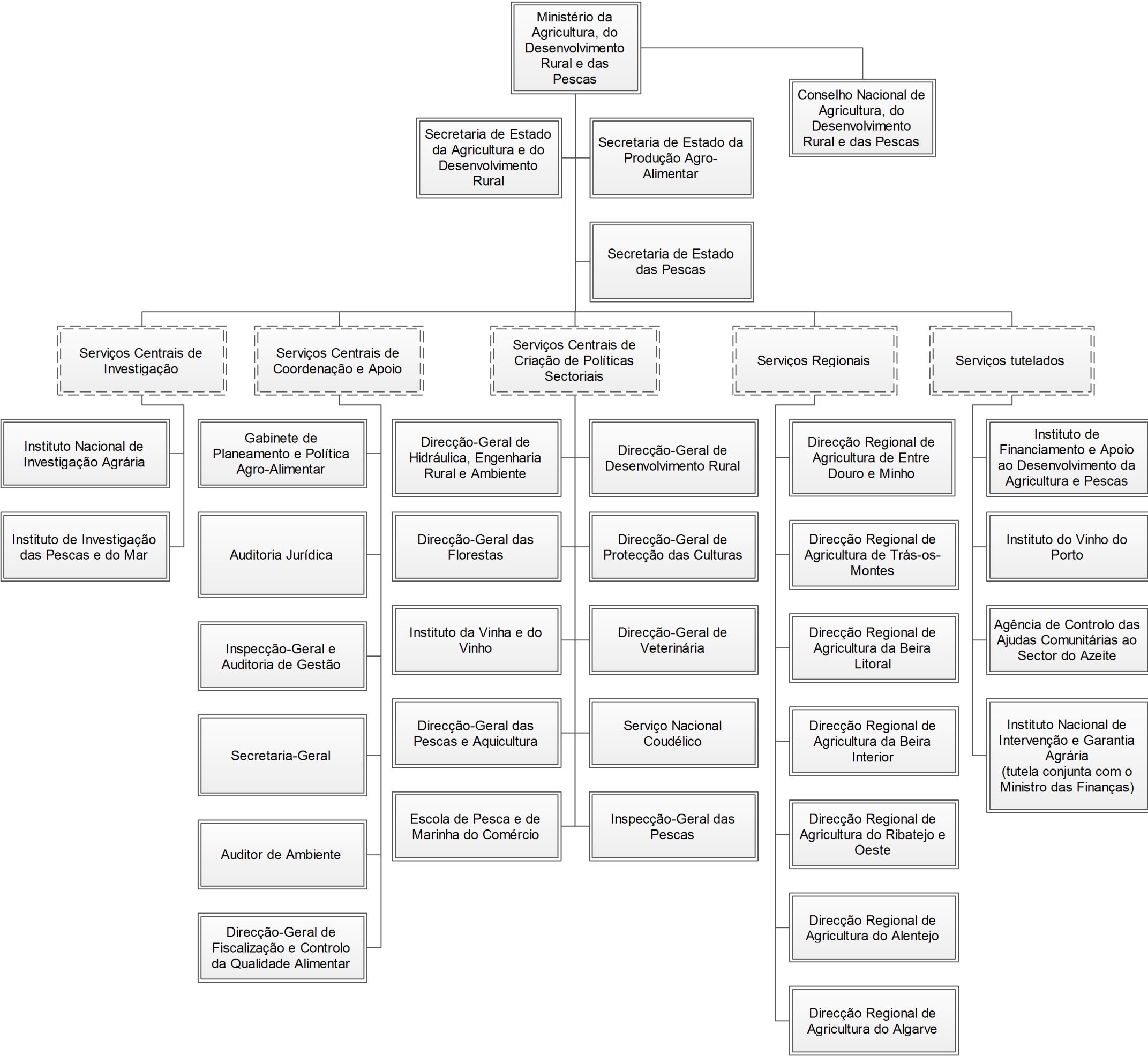
* Organismos em tutela conjunta com o Ministério das Finanças

Apêndice C. 17. Portugal. Ministério da Agricultura. 1991-1995

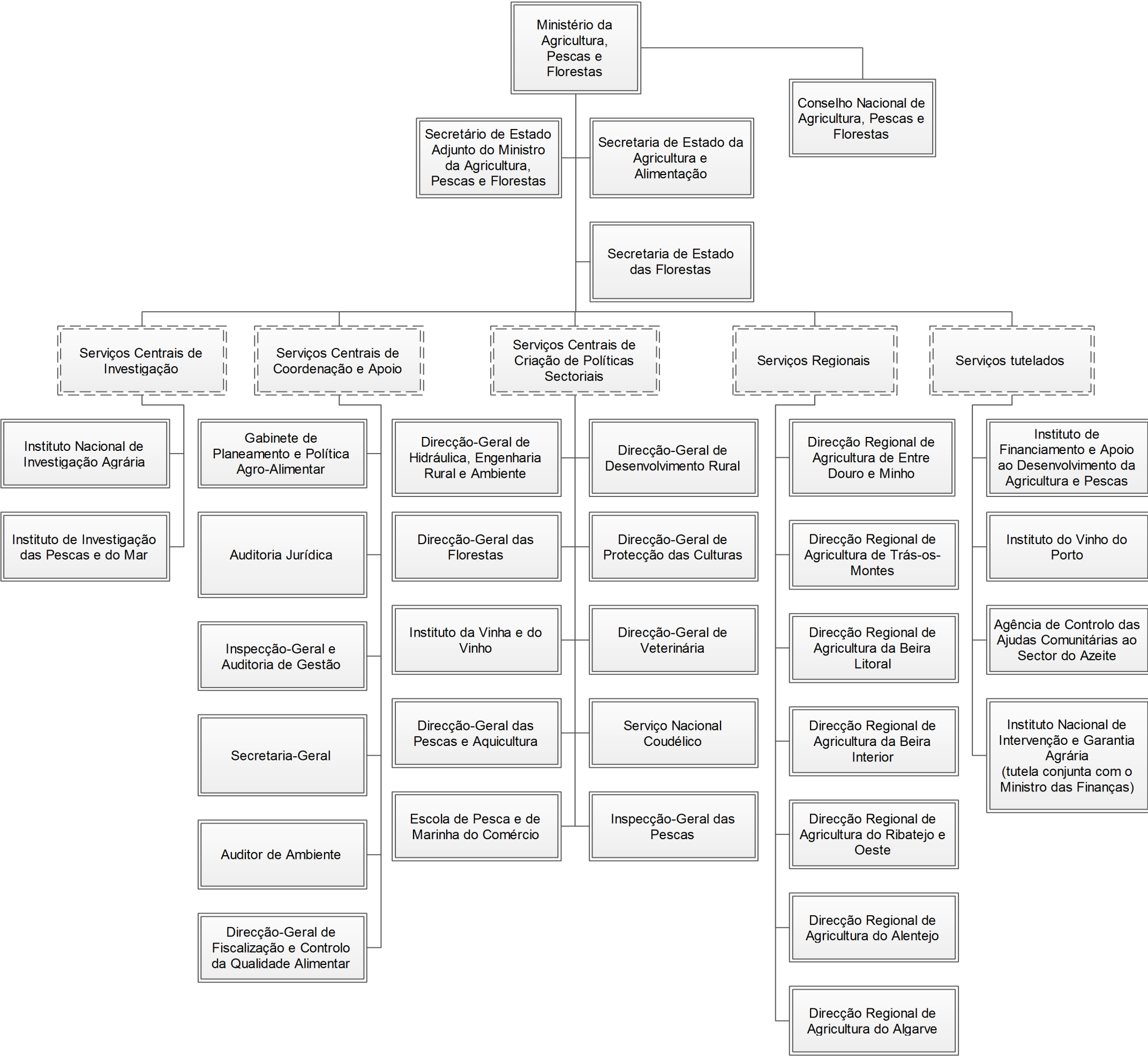
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 2 de abril de 1993)



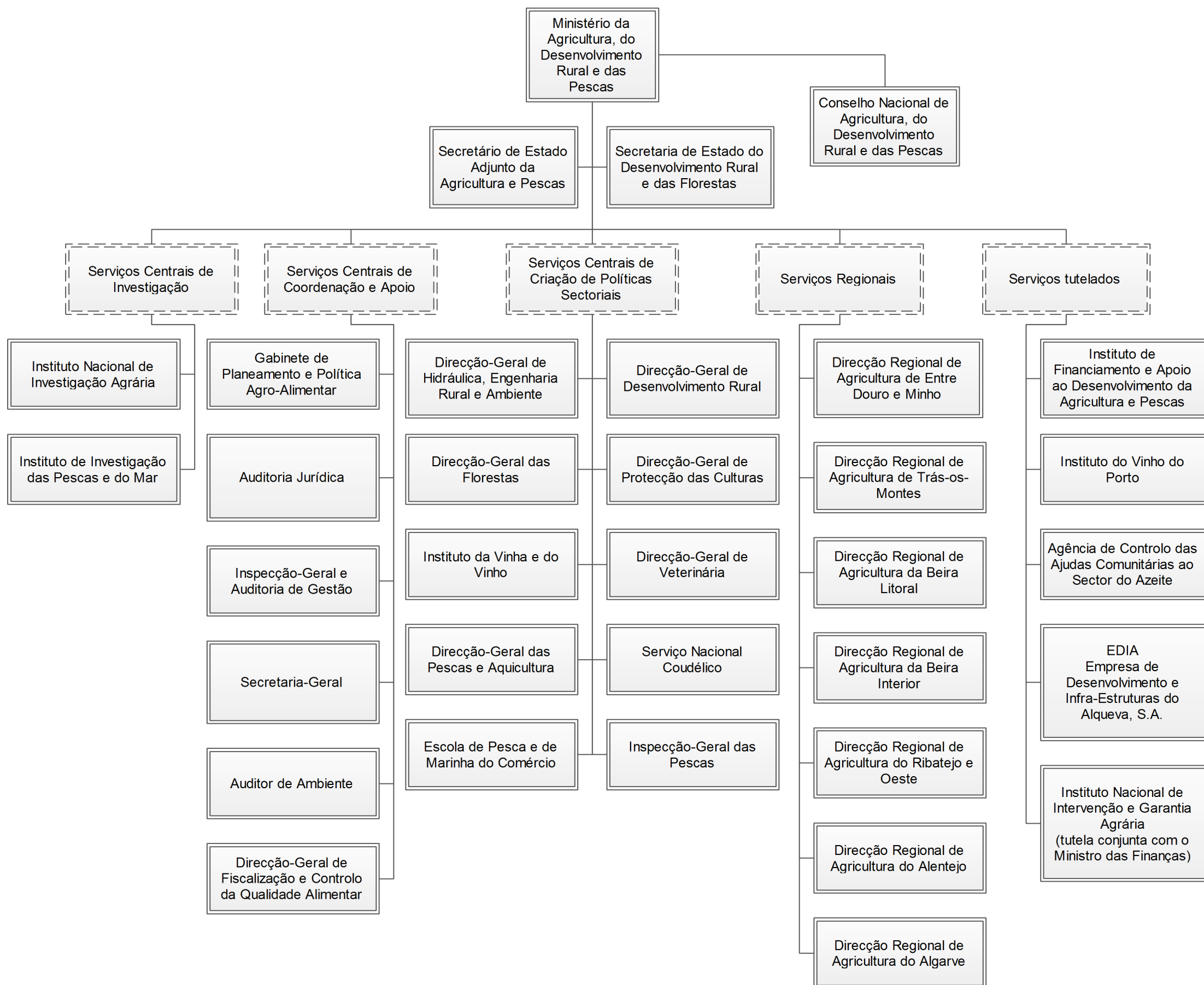
Apêndice C.18. Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1995-2004
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 18 de junho de 1996)



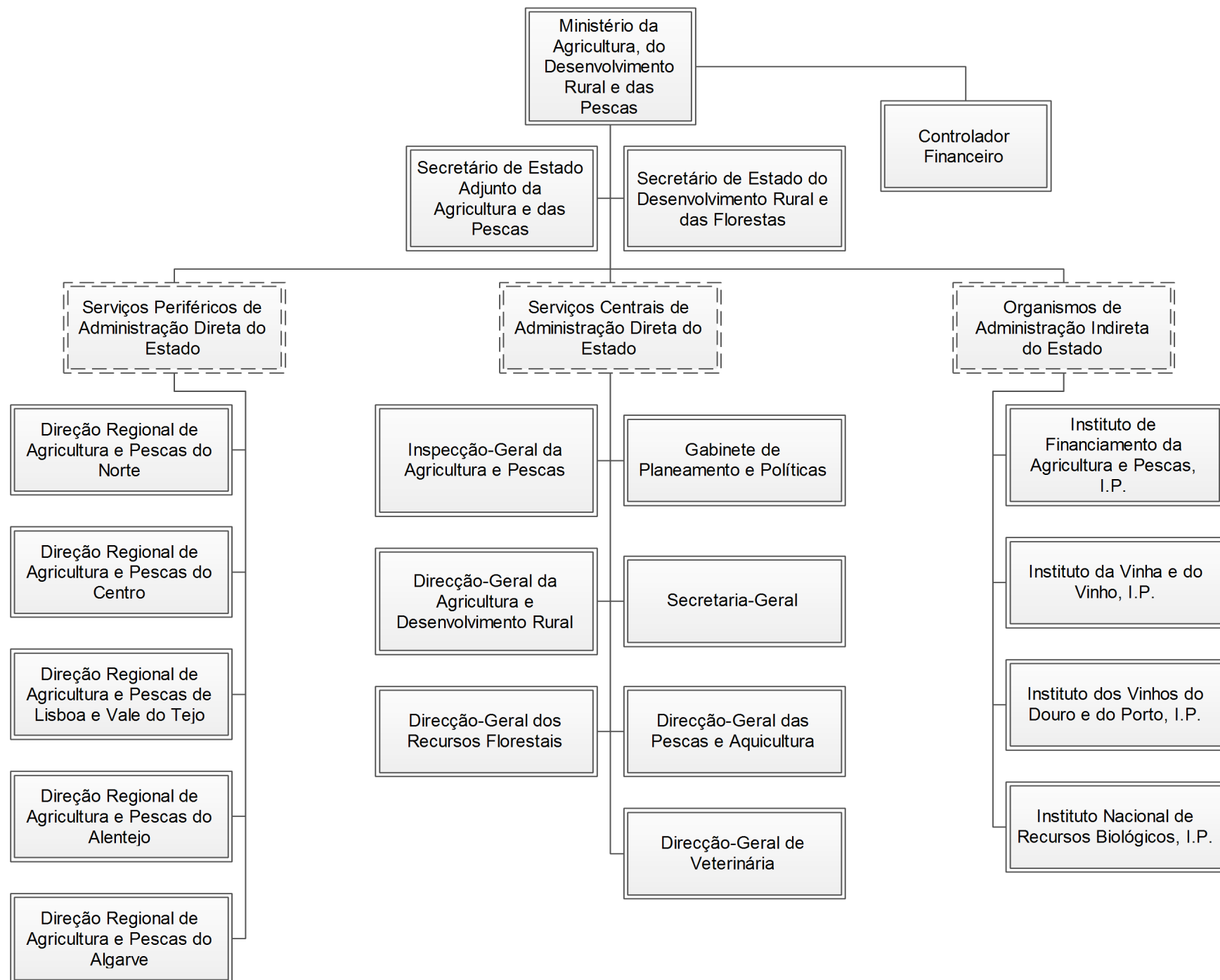
Apêndice C.19. Portugal. Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas. 2004-2005
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua criação em 17 de julho de 2004)



Apêndice C.20. Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério à data da sua criação em 12 de março de 2005)



Apêndice C. 21. Portugal. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005-2011
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério após a sua reestruturação em 27 de outubro de 2006)



Apêndice C.22. Portugal. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2011-2013
(Organograma correspondente à estrutura interna do Ministério segundo o diploma legal que aprovou a sua orgânica em 17 de janeiro de 2012)

